



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS REGIONAIS E
DESENVOLVIMENTO – PGDREDES

DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO
SUL: UMA ANÁLISE INTRARREGIONAL A PARTIR DA DISTRIBUIÇÃO DA
ATIVIDADE PRODUTIVA

MARIALDA SOUZA BUENO FERRAZ

Tramandaí-RS

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS REGIONAIS E
DESENVOLVIMENTO – PGDREDES

DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO
SUL: UMA ANÁLISE INTRARREGIONAL A PARTIR DA DISTRIBUIÇÃO DA
ATIVIDADE PRODUTIVA

MARIALDA SOUZA BUENO FERRAZ

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento - PGDEREDES da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. André dos Santos Baldraia Souza

Tramandaí-RS

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Ferraz, Marialda Souza Bueno
DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL NO LITORAL NORTE DO RS:
UMA ANÁLISE INTRARREGIONAL A PARTIR DA DISTRIBUIÇÃO DA
ATIVIDADE PRODUTIVA / Marialda Souza Bueno Ferraz. --
2022.
129 f.
Orientador: André dos Santos Baldraia Souza.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Programa de
Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e
Desenvolvimento, Tramandaí, BR-RS, 2022.

1. Litoral Norte RS. 2. Disparidades
intrarregionais. 3. Desigualdade socioeconômica. 4.
Desigualdade sócio-espacial. I. Souza, André dos
Santos Baldraia, orient. II. Título.

**DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL NO LITORAL NORTE DO RS: UMA
ANÁLISE INTRARREGIONAL A PARTIR DA DISTRIBUIÇÃO DA ATIVIDADE
PRODUTIVA**

MARIALDA SOUZA BUENO FERRAZ

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento - PGDEREDES da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. André dos Santos Baldraia Souza

Data de aprovação: 05/04/2022.

Banca examinadora

Ricardo de Sampaio Dagnino
Professor do Departamento Interdisciplinar (UFRGS)

Marlise Amália Reinehr Dal Forno
Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus Litoral Norte (CLN)

Sinthia Cristina Batista
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – POSGEA

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que desde minha graduação, me proporcionou ensino gratuito e de qualidade.

Ao conjunto de professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento e do Campus Litoral Norte da UFRGS.

A minha família, minha mãe, Aidê, meu marido, Alex e meu filho, Raul, por todos os auxílios, apoio e compreensão durante este período.

A CAPES pela bolsa, que foi fundamental nesse período de pesquisa.

Aos técnicos Claudio Santanna e Fernanda Assaife de Mello, do IBGE, pela gentileza e pelas informações prestadas.

A UEPB, pelas disciplinas que pude cursar no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e que muito contribuíram na minha formação.

Aos meus colegas de mestrado, a primeira turma do PGDREDES (2019), pelos bons momentos compartilhados no Campus Litoral Norte (CLN), pelo companheirismo nas “horas difíceis”, em especial, aos colegas Ronaldo Faller, Gilberto Paim, Solane König, pela amizade mantida “remotamente”.

Agradeço, em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. André dos Santos Baldraia Souza, pela orientação dedicada e comprometida e pelo respeito às minhas escolhas, o que tornou possível a realização dessa pesquisa.

A todas e todos que de alguma forma, em algum momento e lugar, contribuíram nessa jornada, muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação examinou as disparidades verificadas, em nível intrarregional, analisando quais fatores no Litoral Norte do RS podem ser responsáveis por concentrações espaciais de renda e pelo grau de desigualdade sócio-espacial. O Litoral Norte do RS tem características variadas, parte da região tem como principal base econômica as atividades terciárias, mais notadamente na porção praiana, voltada ao turismo sazonal, com atividades diversificadas, sobretudo, no espaço urbano. Outra parte da região tem na atividade rural sua base econômica, caracterizada por pequenas e médias propriedades familiares, pela agroindústria e por grandes propriedades rurais voltadas as monoculturas. De 1991 a 2010, os indicadores socioeconômicos e os censos do IBGE, demonstraram um crescimento de renda e demais componentes do IDH-M em diversos municípios da região, que acompanhou a tendência verificada no país, o que aponta para a elevação do desenvolvimento, em linhas gerais, dessa região. No entanto, nesse mesmo período pesquisado, o grau de desigualdade mensurado pelo Índice de GINI, revelou que em muitas porções desse espaço a desigualdade se manteve ou agravou-se. Através da investigação da estrutura produtiva, distribuída espacialmente, relacionamos o desenvolvimento, verificado a partir da década de 90, com os graus diferenciados de desigualdade na região, bem como, realizamos a proposição de uma regionalização, para fins de análise desse subespaço que considere a complexidade e heterogeneidade do Litoral Norte do RS.

Palavras-chave: Litoral Norte/RS; Disparidades intrarregionais; Desigualdade socioeconômica; Desigualdade sócio-espacial.

ABSTRACT

This dissertation examined the disparities observed, at an intra-regional level, analyzing which factors in the North Coast of RS may be responsible for spatial concentrations of income and the degree of socio-spatial inequality. The North Coast of RS has varied characteristics, part of the region has tertiary activities as its main economic base, most notably in the beach area, aimed at seasonal tourism, with diversified activities, especially in urban space. Another part of the region has its economic base in rural activity, characterized by small and medium-sized family properties, agro-industry and large rural properties focused on monocultures. From 1991 to 2010, the socioeconomic indicators and the IBGE censuses showed an increase in income and other components of the HDI-M in several municipalities in the region, which followed the trend observed in the country, which points to an increase in development, in general lines of this region. However, in the same period surveyed, the degree of inequality measured by the GINI Index revealed that in many parts of this space inequality remained or worsened. Through the investigation of the productive structure, distributed spatially, we relate the development, verified since the 90's, with the different degrees of inequality in the region, as well as, we carried out the proposition of a regionalization, for the purposes of analysis of this subspace that considers the complexity and heterogeneity of the North Coast of RS.

Keywords: North Coast/RS; Intraregional disparities; Socioeconomic inequality; Socio-spatial inequality.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento Demográfico no Litoral Norte Variação entre 2001 e 2020 (em %)	56
Gráfico 2 - Participação da agricultura familiar e não familiar no total dos estabelecimentos rurais do Litoral Norte (em %) 2017	72
Gráfico 3 - Distribuição do Total das propriedades rurais por tamanho de área (em hectares), 2017	72
Gráfico 4 - Distribuição das propriedades da agricultura familiar por tamanho de área (em hectares), 2017	74
Gráfico 5 - Distribuição das propriedades da agricultura não familiar por tamanho de áreas (em hectares), 2017	76

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Países selecionados: participação na renda total do 1% mais rico, 2010	23
Figura 2 – Distribuição percentual de pessoas ocupadas por nível de instrução segundo atividade econômica (2017)	25
Figura 3 – Crescimento do IDHM no Brasil, de 1991 a 2010	27
Figura 4 – Percentual de pessoas residentes em domicílios particulares com restrição de acesso a serviços básicos, segundo as grandes regiões, em 2017	28
Figura 5 – Proporção de pessoas residindo em domicílios sem acesso a ao menos um dos três serviços de saneamento básico, por unidades da Federação, em 2017	30

Figura 6 – Rendimento mensal médio <i>per capita</i> de residentes, por unidades da Federação, em 2017	31
Figura 7 – Recorte (linha imaginária) da Metade Sul e Metade Norte do RS	89
Figura 8 – Mapa do Litoral Norte do RS para comparativo com as áreas da Metade Sul e Metade Norte do RS.....	90

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Municípios pesquisados	41
Mapa 2 – Proposta de regionalização.....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Proposta de Regionalização	98
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo da evolução do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e do Índice de GINI para os municípios do Litoral Norte, de 1991 a 2010	46
Tabela 2 – IDHM (desagregado) – Renda <i>per capita</i> mensal (em R\$), Longevidade (em anos) e Educação (em anos)	50
Tabela 3 – Mortalidade Infantil (número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade para cada 1.000 nascidos vivos) em 2000 e 2010.....	54
Tabela 4 – Crescimento populacional do Litoral Norte do RS, de 2001 a 2020.....	55

APÊNDICE

Varição do GINI e Renda <i>per capita</i> nos municípios do litoral norte do RS – de 1991 a 2010.....	109
---	-----

ANEXOS

ANEXO 1 – Rendimento e Ocupação dos trabalhadores no Brasil, 2017.....	112
ANEXO 2 – Acesso ao ensino superior e desocupação por cor/raça no Brasil, 2017.....	114
ANEXO 3 – Concentração fundiária no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, 2017.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMLINORTE – Associação dos Municípios do Litoral Norte

AULINOR – Aglomeração Urbana do Litoral Norte

COREDE LN – Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral Norte do RS

CRS – Coordenadorias Regionais de Saúde

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler

FJP – Fundação João Pinheiro

GINI – Índice de Gini ou Coeficiente de Gini

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LN – Litoral Norte

ME – Microempresa

MEI – Microempreendedor Individual

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RS – Rio Grande do Sul

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SM – Salários-mínimos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1 Desenvolvimento e desigualdade sob o enfoque estruturalista	14
1.1. A abordagem Histórico-estrutural.....	14
1.2. Perspectivas teóricas sobre o local e o global.....	17
1.3. Desenvolvimento e desigualdade no Brasil.....	21
1.4. Disparidades intrarregionais.....	25
Capítulo 2 Desigualdade sócio-espacial no Litoral Norte do RS	32
2.1 Metodologia, procedimentos e área de abrangência da pesquisa	32
2.2 Características socioeconômicas e espaciais do Litoral Norte do RS.....	42
2.3 A distribuição da atividade produtiva no Litoral Norte do RS	56
2.3.1 Serviços e Comércio.....	64
2.3.2 Indústria.....	69
2.3.3 Agropecuária	71
Capítulo 3 Litoral Norte: Uma região? Três regiões?	88
4 Considerações Finais	100
5 Referências Bibliográficas	103
APÊNDICE	109
ANEXOS	112

INTRODUÇÃO

A maior parte dos estudos existentes sobre o Litoral Norte do Rio Grande do Sul, analisou o desenvolvimento da região, sobretudo, sob o enfoque do crescimento populacional e da urbanização, além daqueles voltados aos fenômenos existentes em municípios selecionados, portanto, em menores recortes espaciais. Estes estudos foram dirigidos, especialmente, para as áreas em que as atividades produtivas estão direcionadas ao atendimento das demandas criadas pelo turismo praiano consolidado como uma importante atividade econômica em áreas à beira mar.

Esta pesquisa, no entanto, investigou pelo viés da distribuição espacial das principais atividades produtivas existentes possíveis fatores que se relacionam com distintos graus de desenvolvimento e de desigualdade socioeconômica para o conjunto da região, evidenciando as possíveis causas da disparidade intrarregional verificada em pesquisa preliminar através de dados sobre o desenvolvimento (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM¹) e de desigualdade (GINI²).

Dada a diversidade produtiva dos municípios que compõem o Litoral Norte³ do RS, consideramos que tais disparidades entre os municípios poderiam estar relacionadas a condicionantes estruturais resultantes da formação socioeconômica, da ocupação e uso de diferentes espaços desta região.

¹ O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM - incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda (...). O IDHM é um índice composto que agrega 3 das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>

² “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Corrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O **valor zero** representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O **valor um** (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza”. Fonte: IPEA. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Nota: a grafia correta é Corrado Gini e não Conrado Gini como consta na fonte IPEA. https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Corrado_Gini

³ O recorte de área desta pesquisa são os municípios abrangidos pelo COREDE Litoral acrescido do município de Tavares, que totalizam 22 municípios, conforme consta no item Área de Abrangência, páginas 39-40.

Além da pesquisa voltada aos indicadores procuramos relacionar o caso do Litoral Norte do Rio Grande do Sul com as dinâmicas nacionais e da formação socioeconômica e espacial do estado utilizando-se de um referencial teórico fundamentado na perspectiva do Estruturalismo Latino-americano e suas abordagens sobre a questão do desenvolvimento.

O Capítulo 1, apresenta conceitos e categorias de análise do estruturalismo latino-americano, tais como o subdesenvolvimento e a relação centro *versus* periferia e, as perspectivas teóricas cepalinas. Apresentamos ainda o debate sobre o desenvolvimento regional nesta perspectiva, através da contribuição de autores estruturalistas.

Ainda no primeiro capítulo, trazemos abordagens sobre o desenvolvimento e a desigualdade no Brasil no recorte temporal proposto, uma vez que se verifica que o país experimentou um aumento em seus indicadores de desenvolvimento e a redução da desigualdade a partir dos anos 90, para o conjunto das macrorregiões nacionais.

No Capítulo 2 apresentamos os dados quantitativos sobre os municípios da região e construímos variações nos indicadores utilizados, no período selecionado, bem como, comparativos entre as localidades. Verificamos aqui o comportamento do IDHM (e seus componentes desagregados), o Índice de GINI, bem como, os dados sobre a estrutura fundiária dos municípios, além de um detalhamento sobre o setor de serviços, sobre a indústria existente, a taxa de desocupação, os níveis de mortalidade infantil e de educação, no período compreendido entre 1990 e 2021.

Salientamos que devido a não realização do Censo de 2021, do IBGE, outras fontes de dados quantitativos foram utilizadas nesse estudo, nem sempre passíveis de construção de comparativos em relação aos censos de 1991, 2000 e 2010 em função de períodos e metodologias diversas.

O Capítulo 3 traz uma reflexão sobre possíveis causas estruturais da desigualdade sócio-espacial⁴ da região, fundamentada na formação histórica do

⁴ Marcelo Lopes de Souza distingue os termos “Sócio-espacial” e “Socioespacial”, informando que não se reduzem a questões meramente ortográficas e sim a conceitos. Segundo o autor, o espaço como estrutura (materialidade), com função e uso social é definido como socioespacial; quando se refere ao espaço considerando – além da materialidade e função - a reprodução das relações sociais, as interações e os processos sociais utiliza o termo sócio-espacial (SOUZA, 2021). Interpretamos segundo essa segunda acepção.

estado do Rio Grande do Sul, nas relações sociais de produção estabelecidas em cada porção do estado que evidenciou duas metades, sul e norte, como porções distintas quanto às suas formações socioeconômicas decorrentes do estabelecimento de diferentes usos e distintas relações de produção e de propriedade.

Propomos ainda, um outro enfoque sobre o litoral norte do RS, com a proposição de uma regionalização considerando um espaço heterogêneo, ademais seus aspectos naturais, caracterizado por usos e funções de formas diversas, constituindo perfis socioeconômicos distintos, compreendendo que as concentrações verificadas no plano das macrorregiões nacionais podem ser reproduzidas em subescalas/subespaços, replicando as dinâmicas regionais que se impuseram pelo modelo de acumulação capitalista adotado no país.

Capítulo 1 Desenvolvimento e desigualdade sob o enfoque estruturalista

1.1 A abordagem Histórico-estrutural

Na América Latina e no Brasil, os estudos e debates sobre crescimento, desenvolvimento e desigualdade ocupam lugar de destaque, e controvérsias, no meio acadêmico desde a segunda metade do século XX. Sobretudo a partir dos anos 90, se verifica um movimento de retomada das abordagens consideradas pós-desenvolvimentistas - originadas na Europa nos anos 70 - ou as novas abordagens que tiveram origem e/ou foco nos países do Terceiro Mundo.

No campo mais “tradicional” das teorias críticas temos o Estruturalismo latino-americano, e uma das suas vertentes, o pensamento cepalino dos anos 60/70. O Estruturalismo latino-americano se filia às vertentes críticas da visão de crescimento como força motriz de um modelo de desenvolvimento, calcado no estritamente econômico, portanto, assentadas na visão do capitalismo ocidental herdeiro da revolução industrial do século XVIII.

Na presente pesquisa optamos por trabalhar com categorias de análise formuladas pelas vertentes do estruturalismo latino-americano, sejam elas resultantes das formulações cepalinas, como o pensamento de Celso Furtado, sejam as referenciadas em outros estruturalistas não cepalinos, como Milton Santos - expoente

da Geografia Crítica - e demais teóricos que (em que pese reformulações e atualizações teóricas), se filiam a análise *histórico-estrutural*, para observação e reflexão sobre os fenômenos sociais, econômicos e espaciais.

Segundo Bielschowsky (2000), faltava, na primeira metade do século XX, um corpo analítico que respondesse aos problemas econômicos da periferia latino-americana. Com a formação da CEPAL, em 1948, desenvolveu-se “uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazos dos países latino-americanos” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 20).

Para Rodríguez (2009) a perspectiva histórico-estrutural se referencia na construção de análises relativas às realidades ou circunstâncias específicas, que podem abranger espectros mais ou menos amplos de elementos e fenômenos e, portanto, contemplar diferentes níveis de abstração, mas tendo sempre o real como a diretriz chave dessas análises.

(...) o método próprio do estruturalismo latino-americano é ao mesmo tempo, e indissociavelmente, “histórico-estrutural”. Quanto a tal nomenclatura, muito difundida nessa corrente de pensamento, há que se começar por centrar a atenção no adjetivo “estrutural”. Ele implica que o método com o qual se trata de definir aponta para a necessidade de se colocar em primeiro plano certos traços das estruturas econômicas de determinadas realidades. Por outro, considerar a conformação ou transformação de tais estruturas implica que o método tem que se configurar ao mesmo tempo como histórico, uma vez que as mudanças das estruturas econômicas se produzem no tempo e, por conseguinte, só são definíveis e perceptíveis “historicamente” (RODRÍGUEZ, 2009, p. 46-47).

Portanto, a perspectiva teórica desse trabalho é fundamentada em conceitos como o binômio centro *versus* periferia e o conceito de subdesenvolvimento que norteiam, a análise do desenvolvimento desigual de determinadas porções espaciais, onde a partir da técnica empregada, e suas implicações, se estabeleceram usos e funções distintas, repercutindo em graus diferenciados de especialização em cada porção observada.

Para o estruturalismo latino-americano, o entendimento do subdesenvolvimento não se baseia em uma comparação entre um momento histórico pretérito das economias do centro em relação ao momento atual de subdesenvolvimento da periferia. Não seria uma etapa de um processo único de desenvolvimento. As interações e os desdobramentos históricos específicos a cada país conferem singularidade ao processo de desenvolvimento. Trata-se de um processo histórico global de desenvolvimento, no qual subdesenvolvimento e desenvolvimento são faces do mesmo processo universal. Ambas as esferas se relacionam e interagem, condicionando-se de forma mútua: uma face constituída por países

avançados, industrializados e desenvolvidos, e a contraface composta pela periferia subdesenvolvida, atrasada e marginalizada (MARCATO e SILVA, 2013, p. 6).

Na perspectiva teórica do estruturalismo latino-americano, centro e periferia se constituem, ou seja, são espaços resultantes da propagação do progresso técnico na economia mundial. A tendência verificada foi que nos centros este progresso se difundiu de forma relativamente rápida para a totalidade do aparelho produtivo, nas periferias somam-se ao atraso inicial, o fato que as novas técnicas tendem a ser implantadas nos setores exportadores de produtos primários.

Neste último, a coexistência com setores atrasados quanto a incorporação do progresso técnico, caracterizam uma base produtiva essencialmente heterogênea (pois altamente especializada somente em alguns setores) quanto a sua estrutura, ao passo, que os centros se inserem na economia mundial de forma homogênea e diversificada (RODRÍGUEZ, 2009).

(...) sobre essa diferenciação estrutural se assentam as diferentes funções próprias das pautas tradicionais da divisão Internacional do trabalho: no sistema econômico mundial, ao polo periférico cabe produzir exportar matérias-primas e alimentos, enquanto os centros cumprem a função de produzir exportar bens industriais, operando como núcleos fabris do sistema em seu conjunto (RODRÍGUEZ, 2009, p. 82).

Portanto, a perspectiva estruturalista se baseia fundamentalmente em analisar – a partir de um método histórico estrutural – as condições objetivas e materiais dos espaços situados na periferia da dinâmica capitalista “moderna”, a partir de suas formações iniciais que imprimiram um determinado papel subordinado e dependente na dinâmica global.

Para Santos (2018) os países subdesenvolvidos se organizaram e (re)organizaram em função de interesses distantes, e não são atingidos de forma homogênea pelas forças de transformação. Essas, quando atuam, sejam elas internas ou externas, são localizadas, é uma história espacial seletiva. As porções espaciais são receptoras de transformação e de modernidade em diferentes níveis que resultam em instabilidade e desequilíbrio nas regiões. Uma reflexão que corrobora com as origens - e a manutenção - de uma significativa heterogeneidade estrutural, conceito fundamental para o estruturalismo latino-americano como causa da situação de subdesenvolvimento.

1.2 Perspectivas teóricas sobre o local e o global

O debate sobre Desenvolvimento Regional, como área do conhecimento das ciências sociais, é realizado sobre diferentes prismas, de acordo com a perspectiva teórica a qual cada autor, neste debate, utiliza para suas abordagens. Na presente pesquisa, foram utilizadas abordagens que remetem ao debate entre o local, portanto as possibilidades e limites das subescalas e, o global, considerando sua influência sobre a totalidade do espaço. Nesse sentido, duas contribuições, ora aqui evidenciadas foram fundamentais para referenciar a interpretação dos resultados apresentados na pesquisa, entendendo que os fenômenos regionalizados, são, portanto, resultantes da formação histórica e espacial, tanto do Brasil, e especialmente, do Rio Grande do Sul.

A primeira abordagem, de Carlos Brandão (2012), é uma contribuição acerca das teorias que fundamentam as pesquisas em desenvolvimento regional com recortes de subescalas ou subespaços e posteriormente, algumas notas sobre a contribuição de Milton Santos, acerca da influência das estruturas socioeconômicas que comandam a dinâmica capitalista mundial nos espaços subdesenvolvidos e os reflexos nos lugares.

Para Brandão (2012), em sua obra “Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global”, uma questão preponderantemente demarca dois tipos de abordagens: 1ª aquelas que se utilizam marcadamente por perspectivas localistas; 2º: as que utilizam abordagens globais, em que o local se insere como parte influenciada pela totalidade. O autor aponta que as abordagens localistas - identificadas como “abordagens da moda” (p. 45) - abandonaram a perspectiva crítica da sociedade, citando Castells (1996)⁵, ao retornar ao conceito de “comunidade”, constituída por atores e agentes e não mais por classes sociais.

A literatura estaria assim dividida em dois grandes grupos analíticos, um que baseia sua crítica social e a sua abordagem sobre o desenvolvimento regional tendo como centralidade a divisão social do trabalho, com a dinâmica global comandando e influenciando a vida econômica que se revela nos espaços e, portanto, sob uma perspectiva macroeconômica. Outra, localista, tendo como a essência de sua

⁵ Brandão (2012) aqui utiliza-se de uma abordagem de Castells (1996), o qual Brandão compreende como pertencente a vertente do desenvolvimento localista/endógeno, mas reconhecendo que esse corpo analítico carece de coesão e convergência.

abordagem o conceito de desenvolvimento local/endógeno, sendo assim, uma perspectiva microeconômica.

Desta forma a literatura produzida para a área de desenvolvimento regional, é orientada por conceitos e noções da seguinte forma: a literatura crítica, orientada por uma categoria central que é a “divisão social do trabalho” na qual estão compreendidas as noções de sociedade, classes sociais, capital *versus* trabalho, propriedade dos meios de produção, mundo do trabalho, Estado, poder e estruturas produtivas. Em contraponto, as categorias orientadas pelo desenvolvimento local/endógeno, consideraria as categorias: comunidade, atores, capital social, agenciamento de habilidades, capital humano, mercado, economia pós-industrial/pós-fordista ou de acumulação flexível (BRANDÃO, 2012, p. 44-45).

A crítica do autor à perspectiva endógena baseia-se, fundamentalmente, no entendimento de que a fragmentação e o enfraquecimento dos Estados Nacionais proporcionaram a substituição de uma teoria crítica macroeconômica, portanto estruturalista, por uma visão microeconômica das relações de produção, estabelecidas nas diversas escalas dos espaços, em consequência do avanço do neoliberalismo no mundo, com o advento da globalização. Refuta assim a concepção de que a escala local tem um poder ilimitado e, afirma que essa interpretação invadiu o debate sobre desenvolvimento territorial no Brasil e no mundo.

Brandão (2012), considera ainda, que a produção literária que decorre dessa vertente está presente nas abordagens de *clusters*, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais, na banalização de definições como capital social, redes, economia solidária e popular, bem como, no abuso da detecção de empreendedorismo, voluntariado, talentos pessoais, micro iniciativas, comunidades solidárias e na crença de que a promoção do desenvolvimento passam por parcerias público-privadas e pelo poder de governança.

Portanto, a capacidade das localidades a partir das iniciativas de atores de uma comunidade empreendedora e sua governança virtuosa, poderia contrapor-se a hegemonia, poder, oligopólios e centros externos de decisão, que figurariam num passado superado, tendo os lugares capacidades de controle sobre seus destinos. A participação do Estado, por esse prisma, seria a de contrabalançar as falhas de mercado, criando um ambiente favorável aos investimentos para estas iniciativas, dada as vantagens em operar em uma escala menor (BRANDÃO, 2012).

Quanto as abordagens de Milton Santos (2018) sobre a influência das estruturas socioeconômicas que comandam a dinâmica capitalista mundial nos espaços subdesenvolvidos e os reflexos nos lugares, e que contribui ao debate do desenvolvimento regional numa perspectiva espacial, o autor relaciona a dinâmica global e sua influência sobre as dinâmicas territoriais nos subespaços, uma vez que compreende que os espaços dos países subdesenvolvidos – marcados por enormes diferenças de renda que se expressam no nível regional – tendem a hierarquização das atividades, e nas escalas do lugar, por atividades da mesma natureza, mas de diferentes níveis. O espaço é assim afetado por essas enormes disparidades de situação geográfica e individual, portanto, é afetado de forma seletiva.

A produção tende a se concentrar em certos pontos do território com tanto mais força quanto se trate de atividades modernas. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio, pois a capacidade de consumir não é a mesma qualitativa e quantitativamente. No entanto, como os gostos novos se difundem na escala do país, enquanto os gostos tradicionais subsistem, o aparelho econômico deve adaptar-se ao mesmo tempo aos imperativos de uma modernização poderosa às realidades sociais, novas ou herdadas (SANTOS, 2018, p. 21).

A organização dos espaços em países subdesenvolvidos se caracteriza pela subordinação destes à interesses distantes e em escala mundial. Os espaços do mundo subdesenvolvido não são, desta forma, atingidos de um modo intenso e abrangente pelas forças de transformação “O nível global e o nível local do acontecer são conjuntamente essenciais ao entendimento do Mundo e do Lugar. Mas o acontecer local é referido (em última instância) ao acontecer mundial” (SANTOS, 2006, p. 108).

O impacto das forças de transformação é localizado, uma vez que, essas forças de modernização são extremamente seletivas em suas formas e seus efeitos, não sendo as variáveis modernas acolhidas ao mesmo tempo, nem tem a mesma direção (SANTOS, 2018).

A cada modernização, novos pontos ou novas zonas são conquistadas ao espaço neutro e tornam-se uma nova porção de espaço operacional. Mas o impacto dessas forças não é o mesmo para as diversas variáveis, cuja combinação dá a característica do lugar. Disso resultou uma grande instabilidade na organização do espaço com repetidos desequilíbrios e ajustamentos (SANTOS, 2018, p. 20-21).

Segundo Santos (2006), se no mundo natural a diversificação é representada pela natureza, no mundo histórico é representada pela divisão do trabalho, que atribui, por seus movimentos, novos conteúdos e novas funções aos lugares

Ao papel que, no mundo natural, é representado pela diversificação da natureza, propomos comparar o papel que, no mundo histórico, é representado pela divisão do trabalho. Esta, movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares (2006, p. 85).

A divisão do trabalho é o processo pelo qual os recursos se distribuem socialmente e geograficamente, constituindo uma totalidade, esta distribuição muda o entorno, os lugares, resultando em outra totalidade (SANTOS, 2006).

Tal distribuição de atividades, isto é, tal distribuição da totalidade de recursos, resulta da divisão do trabalho. Esta é o valor que permite à totalidade dos recursos (mundial ou nacional) funcionalizar -se e objetivar-se. Isso se dá em lugares. O espaço como um todo reúne todas essas formas locais de funcionalização e objetivação da totalidade (SANTOS, 2006, p. 86).

Sendo desta forma a divisão do trabalho – e sua distribuição espacial – o fator de transformação do espaço, já que ela precede e condiciona, em um momento histórico, as características dos lugares, criando hierarquias entre lugares e definindo as capacidades de firmas, pessoas e instituições (SANTOS, 2006).

As desigualdades regionais podem ser definidas como diferenças duráveis, localmente interdependentes e cumulativas entre subespaços de um mesmo país. Condições não somente conjunturais, mas também estruturais são responsáveis por numerosas diferenças duráveis, ligadas umas às outras na escala do espaço considerado (SANTOS, 2018, p. 293).

Os lugares são, desta forma, resultado desta seletividade que advém da divisão do trabalho e das novas técnicas (absorvidas em diferentes níveis) em um determinado tempo histórico, constituindo assim a sua individualidade e forjando novos espaços. O movimento do espaço é, portanto, resultante deste movimento dos lugares. “Visto pela ótica do espaço como um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, desigual e combinado. Não é um movimento unidirecional” (SANTOS, 2006, p. 87).

1.3 Desenvolvimento e desigualdade no Brasil

A pobreza e a desigualdade são construções sociais, consolidadas pelas estruturas formadas a partir da história concreta. Tais fenômenos, pobreza e desigualdade, tem suas raízes na formação colonial dos países da América Latina, perdurando até os tempos atuais e adquirindo peculiaridades próprias dado o contexto histórico e geográfico de cada época e espaço. Em comum, altíssimos níveis de pobreza e desigualdade a que estão submetidos a maioria, nas diversas dimensões da vida social, política, econômica e cultural (CATTANI, 2007).

A desigualdade gera pobreza à proporção que, em um determinado ponto histórico, a distribuição do estoque de recursos econômicos faça parte de um jogo de soma zero. A esses argumentos, subjaz a hipótese de não ser possível diminuir a pobreza na América Latina sem diminuir a desigualdade (CATTANI, 2007, p.7)

A reprodução da pobreza nos espaços subdesenvolvidos não pode ser entendida alheia a dinâmica econômica de acumulação da riqueza. Na América Latina, a pobreza é um fenômeno coletivo que se manifestou no momento em que as formas de domínio e exploração coloniais romperam com os sistemas anteriores de reciprocidade das comunidades e famílias (ÁLVAREZ, 2007).

(...) os aspectos histórico-estruturais vinculados à dinâmica econômica da acumulação da riqueza são fundamentais para se entender a produção massiva da pobreza. Exemplos desse tipo podem ser: a degradação dos recursos produtivos, a alta dos preços dos produtos para a subsistência, a falta de emprego ou sua precarização, a lacuna de direitos de acesso a meios de subsistência, como água, terra e alimentos básicos, ou a impossibilidade de acesso a eles. Como produto de relações sociais, a pobreza é, também, um fenômeno que, visto do campo do conhecimento científico, tem suas regularidades, suas semelhanças, seus tipos, aos quais se associa a construção de um saber científico sobre ela, geralmente vinculado ao estudo, descrição e conhecimento das causas de sua produção, de sua persistência e reprodução, das formas que adquire e como se materializa no espaço social, de suas manifestações e magnitudes (...) (ÁLVAREZ, 2007, p. 80).

Souza (2019) destaca que, o crescimento de renda verificado no país nas últimas décadas não foi necessariamente acompanhado de redução da desigualdade. Acrescenta ainda, que um crescimento da economia, se provocado pela melhora da

vida dos mais ricos, gera aumento da renda, mas pode manter a situação do restante da população estagnada e provocar um aumento da desigualdade⁶.

Porque o padrão mais comum é medir a pobreza ou a extrema pobreza tendo como referência um valor fixo. Então quando a economia cresce e a renda dos mais pobres cresce, a pobreza vai cair. Mas se a renda dos mais ricos estiver crescendo mais rápido, a pobreza pode cair e a desigualdade aumentar. É um pouco o que está acontecendo na China e na Índia. São países que estão crescendo muito rápido, no limite está todo mundo se beneficiando, a renda de todos está subindo em algum grau, mas a desigualdade está aumentando. Isto significa que o crescimento dos mais ricos é mais rápido (SOUZA, Correio do Povo, 13/12/2019).

Em pesquisa realizada pela NEXO (2021)⁷ “O 1% mais rico do Brasil passou a deter 49,6% da riqueza total do país em 2020, ano do começo da pandemia. Esse percentual inédito é 2,7 pontos mais alto em relação ao registrado em 2019”.

Contrastando com o aumento da riqueza dos 1% mais ricos, neste mesmo período⁸, a renda total da população registrou a queda de 20%, entre 2019 e 2020 e mais de 50% da população encontrava-se em situação de insegurança alimentar, de acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em 2020 (NEXO, 2021).

Em 2018, existiam 43 bilionários no país. Desses, apenas seis possuíam o patrimônio equivalente ao de toda a metade mais pobre da população brasileira. De acordo com a revista estadunidense Forbes, o Brasil alcançou um recorde de 65 membros em sua lista de bilionários em 2014 (...). No total, a Forbes encontrou 58 bilionários no Brasil este ano (2019), que juntos totalizam uma fortuna de US\$ 175 bilhões (mais de R\$ 660 bilhões) (CALEJÓN, 2018, matéria ao Jornal GGN, em 22/10/2019).

Segundo pesquisa do IBGE/PNAD (2021), no trimestre de julho a setembro de 2021, a taxa de desocupação foi de 12,6%, o que corresponde a 13,5 milhões de

⁶ A utilização da renda *per capita*, neste sentido, por ser uma média das rendas, pode, para efeitos de mensuração da evolução da renda do total da população, acarretar distorções significativas quando há um aumento acelerado da riqueza por parte daqueles que já se encontram nas faixas mais altas de renda, como veremos no Capítulo 2, item 2.1 desta dissertação.

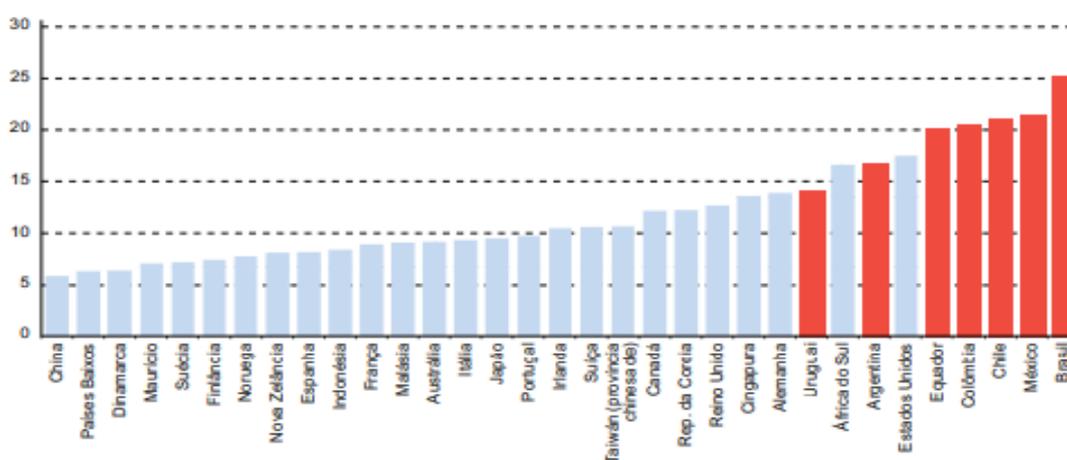
⁷ Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/extra/2021/06/25/Desigualdade-aumenta-no-Brasil-da-pandemia-o-1-est%C3%A1-mais-rico>

⁸ Dado o recorte temporal da presente pesquisa, não analisaremos os reflexos da pandemia da Covid-19 sobre a desigualdade, uma vez que a situação ainda perdura e seus resultados terão que ser mensurados por novas pesquisas a partir sobretudo do segundo semestre de 2020. No entanto, é importante destacar que os levantamentos realizados no decorrer da pandemia apontam para uma agudização do empobrecimento da população e para um quadro de aprofundamento da desigualdade no país.

peçoas. No mesmo período foi apurado que a 40,6% da população ocupada encontra-se na informalidade e 5,1 milhões de pessoas são consideradas em situação de desalento no país.

É importante nesta situação, considerando as possíveis distorções acarretadas pelo aumento pró-ricos, destacar o percentual da riqueza total apropriada pelas camadas sociais. Nesse sentido, na Figura 1, abaixo, temos um panorama do ano de 2010, quanto a apropriação do total da riqueza pelo 1% mais rico em países selecionados, inclusive o Brasil, que se destaca com maior concentração entre os países latino-americanos constantes na apuração.

Figura 1 - Países selecionados: participação na renda total do 1% mais rico, 2010



Fonte: Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável. CEPAL: México, 2016, p. 50.

Para Buarque (2001), a pobreza não pode somente ser mensurada com base em indicadores de renda, já que a pobreza corresponde a um processo de apartação social, que é a exclusão de bens e serviços sociais essenciais à população. Para o autor, o fenômeno da pobreza precisa ser “desmonetarizado”, pois, ser pobre significa não ter garantias de alimentação, saúde, educação, condições de moradia e higiene adequadas, transporte eficiente, além de toda rede de proteção da justiça e da segurança.

A erradicação da pobreza, neste sentido, passa pela oferta universal desses bens e serviços e não somente pela renda, que permite adquiri-los no mercado. Neste sentido, um dos acessos fundamentais a serviços e bens públicos é a educação. O Brasil, elevou o percentual de pessoas alfabetizadas entre 1991 e 2000, contudo,

diminuiu o percentual da população com acesso a creche ou escola, entre 2000 e 2010⁹.

- em 2000, 53.406.320 brasileiros frequentavam creche ou escola, em torno de 31,5% da população total, que era de 169.799.170;
- em 2010, 59.565.188 brasileiros frequentavam creche ou escola, em torno de 31,2% população total, que era de 190.755.799 de habitantes;
- em 1991 tínhamos 97.535.783 pessoas com mais de 5 anos alfabetizadas, que representavam 66,4% da população total, que era de 146.825.475
- em 2000 tínhamos 127.758.049 pessoas com mais de 5 anos alfabetizadas, que representavam em torno de 75,2% da população total.

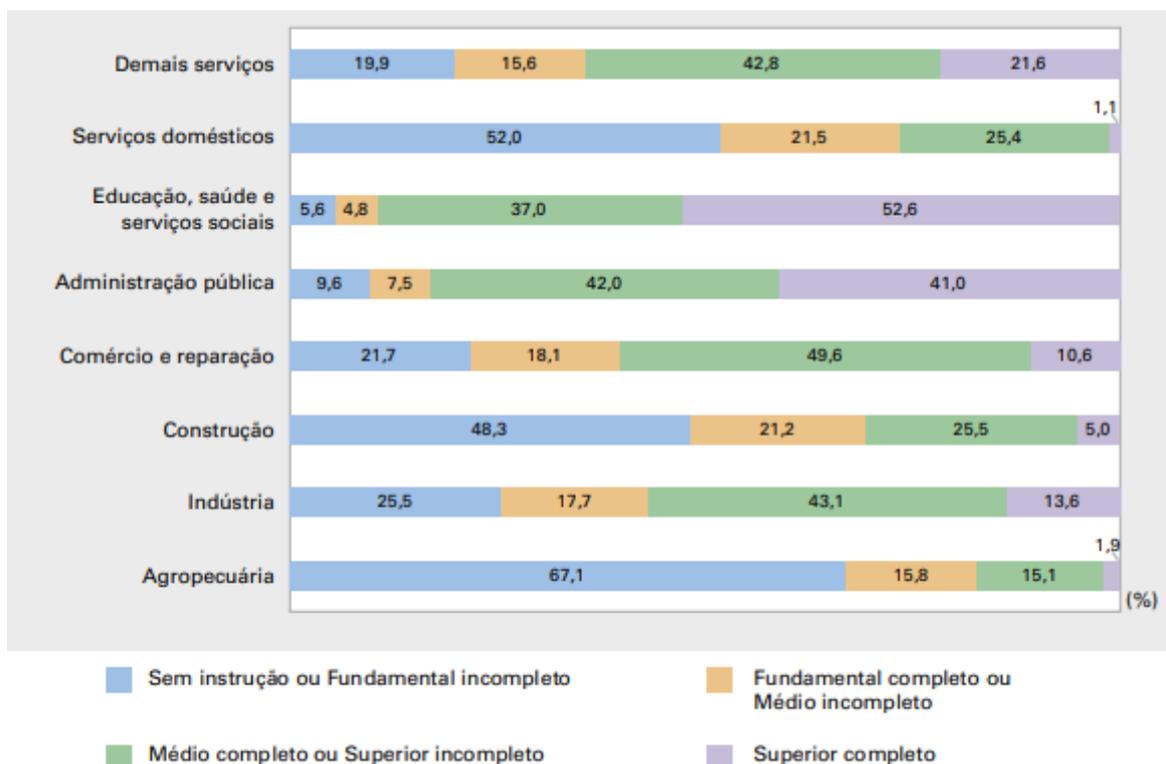
Constata-se, ainda, que quando são observados os indicadores com recorte de raça/cor, os pretos e pardos (segundo a nomenclatura utilizada pelo IBGE), possuem menor acesso, tanto ao ensino médio público como ao ensino médio privado. Entre a maior motivação para abandono (ou por não buscar acesso à educação de nível médio), entre os jovens, está a necessidade de trabalho entre os homens e a necessidade de cuidar de crianças ou outras pessoas dependentes, para as mulheres (IBGE/PNAD, 2018).

Estes dados reforçam uma situação circular e sem perspectiva de ruptura com a exclusão para essa parcela da população a um direito básico, posto que, a formação educacional é acesso para melhores condições de trabalho e maior renda.

Na figura 2, a seguir, é demonstrada que nível mais baixos de escolaridade dos trabalhadores estão entre os ocupados nos serviços domésticos e construção civil, atividades relevantes nas áreas urbanas e, na agricultura (espaços rurais), onde a questão da escolaridade é um debate à parte, pois, não necessariamente pode estar relacionada ao acesso à maiores rendas da atividade para os envolvidos.

⁹ IBGE/SIDRA. Tabelas nº 1.972 e nº 204 respectivamente; IBGE. Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

Figura 2 – Distribuição percentual de pessoas ocupadas por nível de instrução segundo atividade econômica (2017)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2017.

Fonte: extraído da Síntese dos Indicadores Sociais, uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE/PNAD, Informações Demográficas e socioeconômica nº 39, 2018.

1.4 Disparidades intrarregionais

As desigualdades regionais, no aspecto econômico, podem ser explicadas pelo modelo inicial da economia brasileira - agrário e exportador - que atraiu para determinadas regiões o desenvolvimento, e teve no mercado internacional o impulsionador deste dinamismo interno (Diniz, 2000, p.3 *apud* Nasser, 2000, p. 156).

Estas disparidades inter-regionais foram mais nitidamente percebidas e pautadas no debate econômico a partir dos anos 50, devida à expansão e à concentração de capital provocada pelos novos ramos industriais que se localizavam na região Sudeste, mais precisamente em São Paulo. As economias tradicionais que se localizavam nas regiões Norte e Nordeste foram a partir de então prejudicadas pela modernização e crescimento da região Sudeste, o que aprofundou as desigualdades inter-regionais já existentes (OLIVEIRA, 2003).

Furtado (1999), corrobora neste entendimento, pois compreende que o aprofundamento das desigualdades regionais, ocorreram neste contexto de industrialização do Sudeste com a subordinação das regiões economicamente mais débeis àquelas que se tornaram a vanguarda do processo de industrialização evidenciada a partir da segunda metade do século XX. As regiões que neste quadro mais empobreceram foram o Norte e, sobretudo, o Nordeste brasileiro. Para Francisco de Oliveira “a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização” (OLIVEIRA, 2003, p. 5).

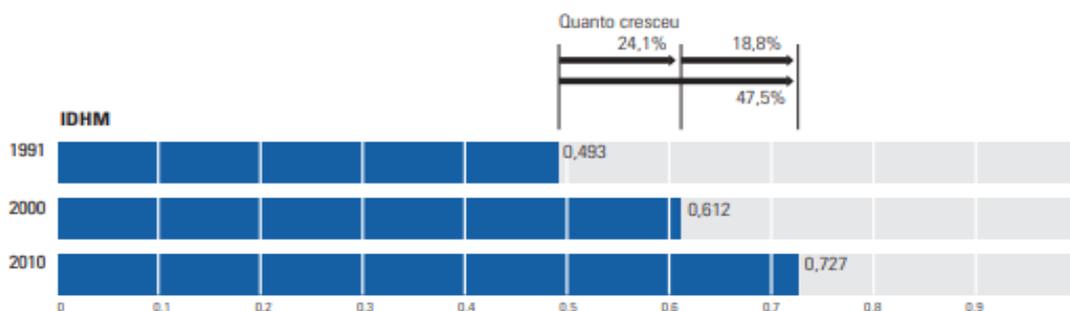
À sua interpretação teórica do subdesenvolvimento, Furtado adaptou a análise cepalina de relação centro-periferia, buscando demonstrar que a relação entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil tinha um efeito extremamente negativo sobre a economia da primeira. Furtado deixa, portanto, de analisar a região de forma isolada e passa a examiná-la por meio da articulação de sua estrutura interna com o exterior e com a região Centro-Sul do País. Nega os princípios das vantagens comparativas naturais ou ricardianas, baseada na dotação regional de fatores (terra e trabalho) e o desenvolvimento dessa corrente pelo pensamento neoclássico. De forma semelhante à análise da Cepal para as relações entre países centrais e periféricos, a relação comercial entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil tinha um duplo efeito de transferência de renda da primeira para a segunda e de impedimento do processo de industrialização do Nordeste. Por um lado, os superávits comerciais do Nordeste com o exterior eram utilizados para financiar as importações da região Centro-Sul do Brasil, beneficiando esta última. O crescimento e a concentração industrial na região Centro-Sul, a política cambial protecionista e a manutenção de uma economia primária no Nordeste faziam com que este importasse bens industrializados do Centro-Sul, a preços mais altos que os do exterior, e exportasse matérias-primas e alimentos para este, Centro-Sul. Adicionalmente, a indústria tradicional do Nordeste havia sido afetada pela construção da rodovia Rio-Bahia, facilitando a penetração dos bens industriais do Centro-Sul no Nordeste e devastando a indústria têxtil dessa região. Esse duplo mecanismo de transferência de renda provocava um efeito sobre a economia nordestina semelhante ao efeito dos países centrais sobre a periferia, caracterizado no clássico diagnóstico da deterioração dos termos de intercâmbio da Cepal (Cepal, 1949). Assim, a política de industrialização do Brasil era benéfica para a região Centro-Sul e nefasta para o Nordeste (DINIZ, 2009, p. 238).

Nas últimas décadas do século XX ocorreu uma mudança importante no índice de desenvolvimento humano (IDH) para o conjunto do país, decorrentes da implementação de políticas públicas que elevaram as condições socioeconômicas nos estados da federação; essa mudança favorável Índice de Desenvolvimento Humano (renda *per capita*, expectativa de vida e anos de estudo), ocorreu em todas as regiões brasileiras.

No entanto, essa variação positiva nos estados e municípios nem sempre é acompanhada de uma redução da desigualdade de forma proporcional. A figura 3,

abaixo, demonstra que a partir dos anos 90, ocorre um aumento significativo do IDHM no Brasil.

Figura 3 – Crescimento do IDHM no Brasil, de 1991 a 2010



Fonte: PNUD; (ATLAS BRASIL, 2013, p. 38).

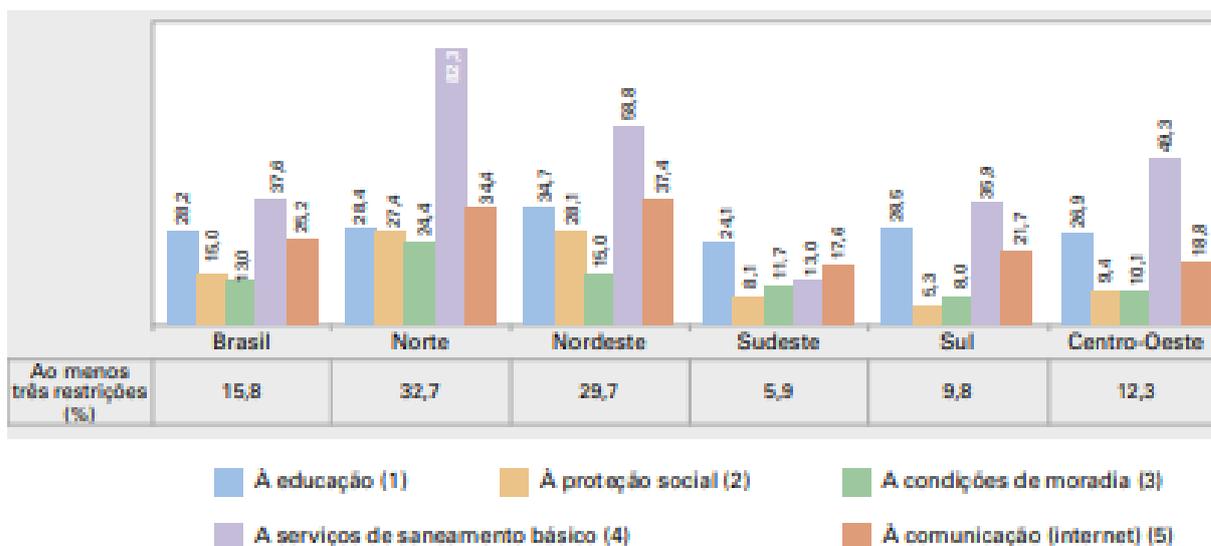
Araújo (1999), corrobora com tal entendimento, destacando que as regiões brasileiras atuais não mais estão configuradas como há décadas e, portanto, as dinâmicas sob o prisma espacial e econômico se alteraram e revelam sob novas escalas os problemas de estagnação e crescimento.

(...) as transformações pelas quais passaram as economias regionais brasileiras, nas últimas décadas, deixaram marcas profundas nas regiões anteriormente consideradas e redefiniram uma nova configuração regional que necessita ser enfatizada nas discussões sobre as políticas de desenvolvimento regional. O Nordeste dos anos 90 não é mais o mesmo Nordeste do final dos anos 50 quando foram definidas as linhas básicas da política de desenvolvimento coordenada pela SUDENE. O mesmo pode ser dito da Amazônia e do Centro-Oeste. As formas de intervenção do Estado brasileiro, através dos estímulos fiscais e financeiros, do investimento estatal e da implantação de infraestrutura econômica articularam e desarticularam espaços no interior de cada região, dando lugar a novas formas de integração e nova divisão espacial do país que não pode mais ser ignorada na década atual, quando se pretende rever as formas tradicionais de atuação do setor público na economia. As novas dinâmicas espaciais que surgiram das mudanças verificadas nas regiões brasileiras nas últimas décadas fizeram surgir ao lado de áreas de modernização dotadas de dinamismo - e seguramente competitivas quando se considera um contexto extremamente competitivo e globalizado - áreas e sub-regiões não competitivas, tradicionais e mesmo estagnadas, que embora dotadas de potencialidades podem, se atenção específica não é definida para seu tratamento, ser marginalizadas nas novas formas de inserção do país no contexto internacional (ARAÚJO, 1999, p. 20-21).

No levantamento recente do IBGE, 2017, se circunscrevermos a análise ao fator renda, o Nordeste ainda ocupa a posição de região mais pobre. Ao

considerarmos, no entanto, o mesmo período, outros aspectos, tais como acessos a educação, proteção social, saneamento básico, moradia e comunicação, aos quais podemos atribuir capacidade de revelar as disparidades inter-regionais entre as grandes regiões do país, veremos que a região Norte, em alguns fatores, apresenta piores condições que a região Nordeste.

Figura 4 – Percentual de pessoas residentes em domicílios particulares com restrição de acesso a serviços básicos, segundo as grandes regiões, em 2017



Fonte: extraído da Síntese dos Indicadores Sociais, uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE/PNAD, Informações Demográficas e socioeconômica nº 39, 2018.

Partindo da perspectiva de uma convergência nacional, evidenciada pela melhora nos indicadores de desenvolvimento em todos os estados da federação, Góes (2017), destaca que as disparidades regionais no Brasil, a partir de meados da segunda década do século XXI, necessitam de análises em subescalas, uma vez que a pobreza extrema e a concentração de riqueza estão distribuídas em todos os estados, bem como, a importância das classes intermediárias de renda.

Nesse sentido, as pesquisas e análises sobre as desigualdades no Brasil precisam superar os enfoques macrorregionais e se dedicarem a examinar o plano das concentrações existentes na escala intrarregional.

(...) o Brasil, muito mais que a *Belíndia*, é um país com uma Bélgica distribuída em todos os estados (os 5% mais ricos de cada estado), uma Índia distribuída em todos os estados (os 5% mais pobres de cada estado) e muitos países

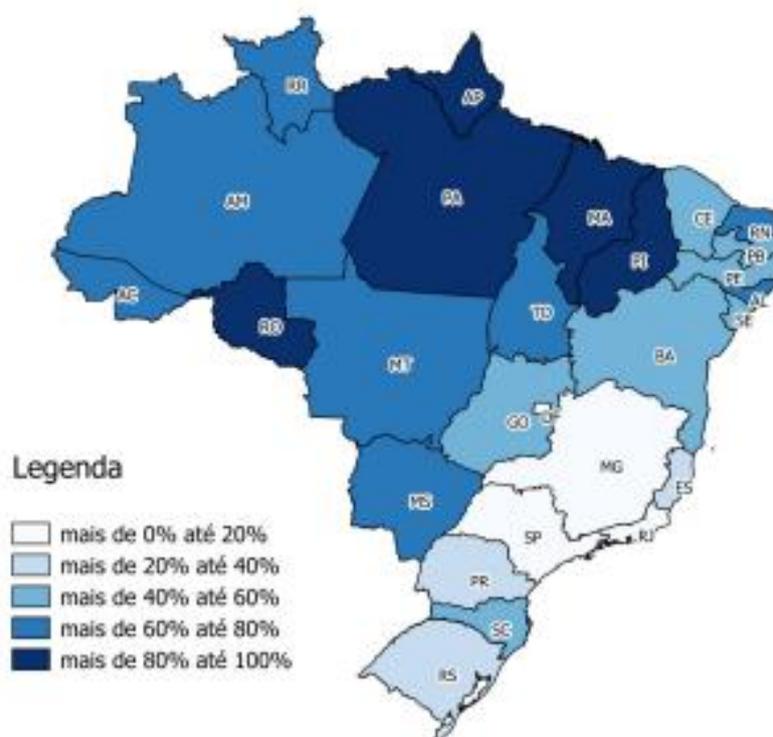
diferentes de renda média (de baixa a alta) separando as classes médias estaduais (GÓES, 2017, p. 8)¹⁰.

Corrobora a esta análise os dados verificados a seguir, figura 5, que demonstram os indicadores de saneamento para o Brasil, apurados pelo IBGE em 2017. As grandes regiões analisadas quanto a restrição do acesso ao saneamento básico, revelam condições que reforçam a necessidade de analisar a desigualdade, sob uma perspectiva além da renda *per capita*.

Este mapa demonstra que enquanto o Norte e parte do Centro-Oeste apresentaram as piores condições no quadro geral do Brasil, o estado de Santa Catarina alcançou a mesma proporção de domicílios sem acesso adequado ao saneamento que a maioria dos estados do Nordeste.

¹⁰ GÓES (2017), utiliza a expressão “Belíndia” cunhada por Edmar Bacha em sua obra “A transição incompleta, Brasil desde 1945” (1986). Este termo descrevia o Brasil como uma sociedade em parte rica e semelhante a Bélgica e outra pobre, semelhante a Índia.

Figura 5 – Proporção de pessoas residindo em domicílios sem acesso a ao menos um dos três serviços de saneamento básico, por unidades da Federação, em 2017

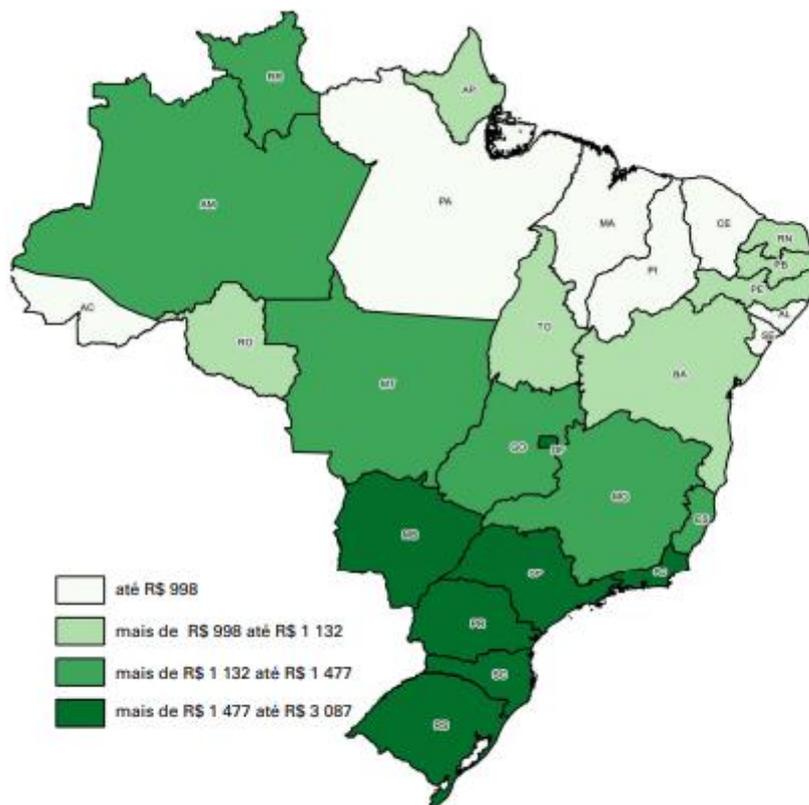


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE/PNAD. Informações demográficas e socioeconômicas nº 39, 2018.

Quando analisada a condição pelo viés da renda *per capita*, fica evidenciada a permanência de contrastes entre as regiões sul-sudeste versus norte-nordeste e no centro-oeste uma situação heterogênea, com estados situados na faixa alta-intermediária de renda e estados nas faixas mais baixas.

Figura 6 - Rendimento mensal médio *per capita* de residentes, por unidades da Federação, em 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

2. Distribuição de cores por quartos da distribuição.

Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE/PNAD. Informações demográficas e socioeconômicas nº 39, 2018.

Capítulo 2 Desigualdade sócio-espacial no Litoral Norte do RS

2.1 Metodologia, procedimentos e área de abrangência da pesquisa

O Litoral Norte do RS possui características variadas quando examinadas pelo viés das atividades produtivas que dão base ao crescimento desse espaço. Essas características não são claramente evidentes espacialmente, já que a região é geralmente descrita no RS como um espaço homogêneo voltado sobretudo a atividades decorrentes da exploração de seus aspectos naturais.

Os indicadores utilizados na presente pesquisa nos mostram que embora tenham ocorrido variações positivas no aspecto socioeconômico da região, intrarregionalmente permanecem disparidades relevantes. Aqui evidenciaremos e relacionaremos com a distribuição espacial e possíveis concentrações econômicas dada a natureza das próprias atividades e sua distribuição.

O **recorte temporal** desta pesquisa, é o período compreendido entre o Censo do IBGE de 1991, ao período de dados coletados em outras apurações – tanto do IBGE como de outras instituições – até o ano de 2020, dada a inexistência de dados via Censo no ano de 2021.

Quando se verificou a relação IDHM e GINI para os municípios que compõem a região Litoral Norte do RS, constatamos que alguns municípios mesmo que tenham auferido elevadas taxas de variação de seus indicadores componentes do IDHM (renda, longevidade e educação), tiveram, no mesmo período de apuração, uma elevação da desigualdade, medida por GINI.

É o caso do município de Capivari do Sul, onde embora a renda *per capita* tenha se elevado, no período pesquisado, em mais de 159%, o índice de desigualdade piorou em mais de 17%. No mesmo período Imbé, que possui características econômicas diversas do primeiro, aumentou sua renda *per capita em* 198,53%, mas, aprofundou a desigualdade (GINI), passando de 0,470 para 0,680 entre 1991 e 2010¹¹.

Observa-se também o aumento relevante de algumas variáveis componentes do IDH-M e piora de outros componentes, no mesmo município, quando observamos

¹¹ Ver apêndice, página 103.

essas variáveis isoladamente. Essa diferenciação interna e a disparidade intrarregional verificada na região, são decorrentes das características da ocupação e uso espacial dos municípios à beira-mar, da encosta da serra e da porção situada ao extremo sul da região, e pode se constituir em um elemento de causa da desigualdade sócio-espacial.

Os aspectos naturais atraíram à beira-mar as condições para a constituição de um espaço voltado ao turismo, o que foi fator de atração para a instalação de uma diversidade de serviços afim de atender a esses contingentes populacionais que se deslocavam sazonalmente para o turismo praiano, bem como, o estabelecimento de segunda residência.

Na porção litorânea portanto, voltada ao turismo sazonal e à segunda residência, se observa uma crescente urbanização gerando um aumento da demanda por determinadas atividades econômicas, sobretudo o setor de serviços, sejam eles de caráter privado, sejam serviços ofertados pelos entes públicos, decorrentes do avanço migratório para essas localidades e da política de incentivo ao turismo (dada a proximidade com a metrópole).

Já nos municípios atualmente voltados à atividade rural, se dividem entre aqueles onde está consolidada a agricultura familiar, através de pequenas e médias propriedades, além de uma embrionária atividade de turismo rural e aqueles onde predominam as atividades primárias em grandes propriedades rurais, voltadas à agropecuária, extração vegetal e silvicultura na porção ao sul do Litoral Norte.

Essas questões podem ser resumidas ao **problema central** da presente pesquisa que é - dentro dos limites impostos - responder por que a melhora nos indicadores que compõem o IDHM dos municípios do Litoral Norte do RS, nas duas décadas pesquisadas (de 1990 a 2010), não foram acompanhados de uma redução da desigualdade, nas mesmas proporções, no conjunto da região.

Relacionar esse “crescimento” à permanência de problemas estruturais, aqui no caso a desigualdade nas regiões estudadas, nos parece ser relevante para o entendimento dessa contradição. Essa disparidade por vezes não é evidente, pois, o discurso corrente pode fazer crer que o crescimento econômico e demográfico, em si, é um indicador de desenvolvimento e melhora da condição social e econômica da maioria das populações locais. Isto **justifica** o tema escolhido.

Investigar se a distribuição espacial das atividades produtivas corrobora, ou não, para essa disparidade e contribuem para a discrepância verificada quando confrontamos indicadores de desenvolvimento e desigualdade é o **objetivo geral** deste trabalho. Tendo como **objetivos específicos** examinar se as diversas estruturas produtivas existentes na região evidenciam concentrações espaciais que se relacionam com a desigualdade e, se a ocupação do espaço por diferentes atividades produtivas pode apontar para a melhora das condições gerais socioeconômicas da região pesquisada.

As **hipóteses** aqui apontadas são que:

- A diversificação das atividades econômicas na porção praiana (municípios com orla marítima, com atividades econômicas voltadas ao turismo de forma preponderante) e a consolidação da agricultura familiar na porção situada junto a encosta da serra (municípios sem orla marítima, localizados no interior da região), constituem-se como fatores de desconcentração econômica;

- Nas atividades rurais, onde há concentração fundiária (municípios ao sul da região, que possuem orla marítima e lacustre, mas não tem no turismo a atividade preponderante), podem se constituir como elementos que determinam níveis diferenciados de concentração da riqueza, formando assim, porções com características significativamente diferenciadas quanto ao uso produtivo desse espaço denominado como Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

O presente estudo foi realizado utilizando-se dos seguintes critérios de metodologia de pesquisa científica:

a) Quanto a abordagem: Metodologia mista de pesquisa (abordagem quanti-qualitativa), que envolveu primeiramente a coleta de dados quantitativos e qualitativos e a análise integral destes dados, interpretando os resultados quantitativos pesquisados, configurando, desta forma, uma pesquisa mista de estratégia explanatória sequencial (CRESWELL, 2007).

A estratégia explanatória sequencial é a mais direta das seis técnicas de métodos mistos. Ela é caracterizada pela coleta e análise de dados quantitativos, seguida pela coleta e análise de dados qualitativos. Geralmente dá-se prioridade para os dados quantitativos, e os dois métodos são integrados durante a fase de interpretação do estudo (CRESWELL, 2007, p. 217).

b) Quanto ao nível: 1) Explicativa, no que se refere a parte quantitativa, pois, realizou-se o registro, a análise e interpretação dos dados coletados, procurando identificar suas razões, seus fatores determinantes, suas causas, buscando aprofundar o conhecimento sobre a realidade pesquisada; 2) Descritiva, quanto a parte qualitativa, buscando registrar, analisar, classificar e interpretar os dados sem interferência do pesquisador (ASSIS, 2009);

c) Quanto aos procedimentos: Bibliográfica, utilizando-se dados secundários, livros e outras fontes bibliográficas (ASSIS, 2009);

d) Quanto a estrutura de apresentação: a presente pesquisa, caracterizou-se por um estudo concomitante, que segundo Creswell (2007), é caracterizado da seguinte forma

Em um estudo concomitante, a coleta de dados quantitativos e qualitativos pode ser apresentada em seções separadas, mas a análise e a interpretação combinam as duas formas de dados para buscar convergência entre os resultados. A estrutura deste tipo de estudo de métodos mistos não faz uma distinção clara entre as fases quantitativas e qualitativas. (CRESWELL, 2007, p. 224).

Corrobora neste sentido a observação de O’Leary (2019), sobre a crítica da dicotomia “*quanti versus quali*”

(...) esses termos implicam que projetos situados sob a bandeira quantitativa menosprezam ‘palavras’, enquanto os projetos enquadrados sob a bandeira qualitativa não têm tempo nem espaço para lidar com os ‘números’. Isso é simplesmente falso. Afinal, dados quantitativos não são apenas um sistema de codificação para conceitos qualitativos? (O’LEARY, 2019, p.176).

É necessário destacar que os dados quantitativos demonstram a situação apurada nas décadas pesquisadas, via censos e apurações específicas. Jannuzzi (2006), ressalta que os indicadores sociais

possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2006a, p. 15).

O autor nos lembra ainda que “a sensibilidade de um indicador diz respeito a sua capacidade em refletir mudanças significativas se as condições que afetam a dimensão social referida se alteram” (JANNUZZI, 2006b, p. 28).

O problema central evidenciado na pesquisa não pode ser explicado somente no que os números revelam através dos indicadores de renda, que isoladamente, não permitem a investigação do grau de concentração espacial da riqueza (ou da pobreza), bem como, das demais melhorias sócios-econômicas destas populações.

A análise da concentração, através da pesquisa quantitativa se amparou em indicadores disponíveis, mas limitados e controversos no que tange a mensuração afinada à realidade, dada a utilização de parâmetros questionáveis quanto a sua capacidade em mensuração desses fenômenos. Sendo assim, achamos necessário que se façam algumas considerações sobre os indicadores utilizados IDH e IDHM, quais sejam:

a) o indicador utilizado inicialmente é considerado um avanço na mensuração da situação socioeconômica, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); mas, também é um alvo de um debate crítico quanto a sua precisão ao mensurar a desigualdade em países subdesenvolvidos, uma vez que uma das variáveis componentes é a renda média (ou renda *per capita* = por cabeça) da população pesquisada.

O IDH permitiu que fossem colocadas no centro do debate internacional, aspectos tais como a pobreza, as disparidades sociais e econômicas, estreitando-se a relação entre crescimento econômico e bem-estar. Facilitou a análise das políticas públicas governamentais e as conseqüências daquelas na vida dos cidadãos. [...] É uma ferramenta excelente para avaliar aspectos estruturais, mas lhe falta sensibilidade para medir as mudanças conjunturais. A criação do IDH contribuiu também para chamar a atenção sobre as deficiências na coleta e processamento de dados na área social. (MIQUEL, 1997, p. 16 apud BUENO, 2007, p. 65). (...) buscando caracterizar a fragilidade do IDH calculado de acordo com metodologia desenvolvida pelo PNUD, Lemos e Jiménez (1999, p. 1) afirmaram que a sua grande fragilidade consiste em não incorporar os aspectos distributivos do crescimento do produto gerado no sistema econômico, muito embora os relatórios do PNUD, freqüentemente, se referiram à equidade e a sustentabilidade do desenvolvimento. Isto porque, segundo autor, o índice se mostra mais adequado às economias desenvolvidas, nas quais inexistente a pobreza absoluta definida como: “[...] a incapacidade de um indivíduo satisfazer os padrões mínimos de carências estabelecidas em uma determinada sociedade e onde as desigualdades na distribuição pessoal e espacial da renda nacional tendem a ser menores do que nos países subdesenvolvidos” (BUENO, 2007, p. 64).

b) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹², que agrega três importantes dimensões do desenvolvimento humano, representadas pela saúde, educação e renda foi elaborado considerando as dimensões constantes no IDH global, com adaptações metodológicas para a utilização em uma escala subnacional e para as particularidades demográficas do Brasil, bem como, a disponibilidade de indicadores nacionais. São assim conceituadas as variáveis componentes do IDHM:

- Longevidade: Vida longa e saudável, medida pela expectativa de vida ao nascer (número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os padrões de mortalidade observados no ano de referência);
- Educação: acesso ao conhecimento, medido pela combinação de 2 variáveis (a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem);
- Renda: padrão de vida, medido pela renda *per capita*, ou seja, a renda média de cada residente, obtida do resultado da renda de todos os residentes dividida pelo número de pessoas que moram no município, inclusive, crianças e pessoas sem registro de renda (PNUD, 2021).

c) persiste, porém, a limitação colocada pela variável Renda, tanto no IDH global quanto no mensurado nos municípios, dada sua forma de cálculo que resulta em uma média, e que poderá acarretar uma baixa compreensão da realidade quanto a concentração de renda em espaços de grandes contrastes entre a riqueza e a pobreza, que é característico das economias e países subdesenvolvidos.

Renda per capita é o indicador utilizado para medir o grau de desenvolvimento de um país, obtido a partir da divisão de renda total pela população. Embora útil oferece desvantagens, pois, tratando de uma média, esconde as disparidades na distribuição de renda. Um país pode ter uma renda per capita elevada, mas uma distribuição desigual dessa renda, ou, ao

¹² “Em 2013, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. Também se recalculou o IDHM, a partir da metodologia adotada, para os anos de 1991 e 2000, por meio de uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010 para levar em conta as divisões administrativas ocorridas no período e permitir a comparabilidade temporal e espacial entre os municípios” (IPEA, 2013, p. 27).

contrário, pode ter uma renda per capita baixa, mas bem distribuída, não registrando grandes disparidades entre ricos e pobres (SANDRONI, 2002, p. 524).

Reconhecendo a limitação dos indicadores utilizados e mesmo o cancelamento do Censo – IBGE/2020, precisamos, para a realização deste trabalho, amparar-nos em uma variedade de fontes sobre os municípios pesquisados, bem como, a construção de séries, gráficos e outros demonstrativos que relacionem as diversas variáveis envolvidas.

Neste sentido os **procedimentos de pesquisa** para a análise quantitativa foram aplicados à busca de informações e dados junto aos órgãos de pesquisa, bem como os censos de 1990, 2000 e 2010, além do Censo Agropecuário de 2017 e outros documentos disponíveis nos dados do IBGE e do SIDRA. Primeiramente se partiu de um levantamento para os municípios pesquisados quanto ao IDHM e GINI dos mesmos nesse recorte temporal (de 1990 a 2010) e se elaborou as variações para cada município nos períodos a fim de identificar as taxas positivas e negativas em cada caso específico.

Posteriormente se fez um quadro comparativo com o GINI verificado nos municípios a fim de verificar possíveis disparidades entre desenvolvimento e desigualdade, a partir dos quantitativos (índices). Realizou-se ainda a análise e a variação dos componentes desagregados do IDHM buscando identificar quais as variáveis que obtiveram um crescimento positivo e negativo por dimensão do desenvolvimento (renda, educação e longevidade).

Foram pesquisados os dados relativos à mortalidade infantil nos municípios e a sua evolução, considerando o atingimento das metas recomendadas pela ONU, bem como, dados sobre educação, salário médio dos trabalhadores e o percentual de trabalhadores ocupados, objetivando caracterizar a situação socioeconômica dos 22 municípios da área de abrangência selecionada.

No que se refere a distribuição espacial da atividade produtiva, foram pesquisados os quantitativos por setores da economia (Indústria de transformação, Serviços e Agropecuária) e, em alguns casos, quando possível, o desdobramento “Serviços e Comércio” e “Indústria e Construção Civil”, identificando o número de empresas por segmentos, a participação por valor adicionado (VA), e ainda

identificando as atividades componentes no Setor Serviços, haja vista, a diferenciação que foi encontrada, e que deu a dimensão da dinâmica do Setor Serviços de acordo com as características socioeconômicas em cada espaço/porção do Litoral Norte do RS.

Para a realização da pesquisa sobre a concentração fundiária nos municípios utilizou-se o SIDRA, com os dados apurados pelo Censo Agropecuário de 2017. Desta forma foi possível a identificação da relação “número de propriedades e tamanho das propriedades” e sua distribuição espacial na região, fazendo ainda a aferição dessas concentrações por tipologia, no caso agricultura familiar e não familiar.

A parte qualitativa da pesquisa foi realizada a partir da pesquisa e revisão bibliográfica, consoante com o referencial teórico escolhido, das obras de autores nacionais de acordo com a linha interpretativa delimitada, bem como, com o trabalho acadêmico realizado por pesquisadores voltados às pesquisas sobre desenvolvimento, desenvolvimento regional, desigualdade socioeconômica, desigualdade espacial e sobre o Litoral Norte do RS.

Para a definição da **área de abrangência** espacial foram consultados os limites utilizados pela Associação dos municípios do Litoral Norte (AMLINORTE), pelo Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral (COREDE Litoral) e pela Lei Complementar Estadual nº 12.100 de 27/05/2004¹³, que institui a Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINOR), bem como, a abrangência estabelecida pela Microrregião Osório.

AMLINORTE utiliza os 23 municípios, a Microrregião de Osório, com abrangência idêntica. A Lei Complementar nº 12.100/2004 (AULINOR), abrange 20 municípios, pois não considera os municípios de Mostardas, Santo Antônio da Patrulha e Tavares. O COREDE Litoral trabalha com a abrangência da AULINOR acrescido do município de Mostardas, totalizando 21 municípios.

Nesta pesquisa foi escolhida a abrangência estabelecida pelo COREDE Litoral, que agrupa os seguintes municípios: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba,

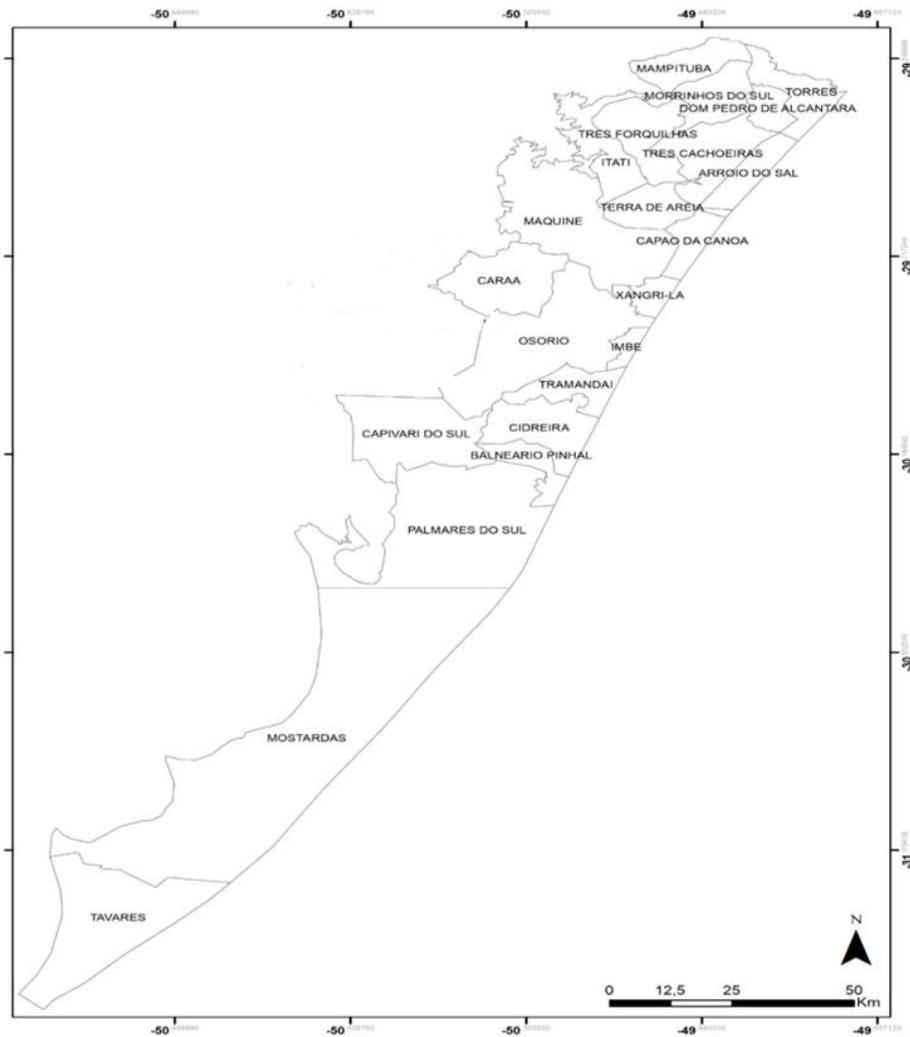
¹³ Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.100.pdf>

Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá.

Acrescentamos ainda o município de Tavares, por entendermos que se configura num *continuum* territorial do município de Mostardas, tanto pelo viés espacial, propriamente, como pelo *continuum* histórico e econômico. O atual município de Tavares desmembrou-se de Mostardas em 12 de maio de 1982, no entanto, o município guarda estreita similitude pelo histórico de ocupação, o que influenciou fortemente a estrutura produtiva daquela parte da região do Litoral Norte.

Ali se estabeleceram os mesmos povos, culturas e relações sociais características do espaço originário (Mostardas) que se constituem como antecedentes fundamentais nos tipos de atividades econômicas que foram se desenvolvendo e se consolidando ao longo do tempo. Nos parece, nesse caso e para a presente pesquisa, que estas questões se sobrepõem a delimitação político-administrativa da repartição dos municípios, bem como, das abrangências distintas utilizadas pelas instituições de representação da região e seus dissensos.

Mapa 1 – Municípios pesquisados



Fonte: ORTIZ, Bárbara C. Base cartografia contínua do Rio Grande do Sul – escala 1:50.000. Porto Alegre: UFRGS, 2020

2.2 Características socioeconômicas e espaciais do Litoral Norte do RS

O Litoral Norte do RS acompanhou, em termos gerais, a variação positiva de indicadores socioeconômicos que se percebeu no país e no Estado do RS, a partir dos anos 90, apurados no Censo do IBGE em 2000. No referido Censo percebe-se a elevação no IDH municipal para todos os municípios, ainda que não tenha ocorrido de forma homogênea. Quando avaliada a evolução com base nos COREDES do RS, verifica-se um menor grau de desenvolvimento nos COREDES Litoral, Campanha e Sul nesse período (STROHAECKER, 2006; BAGOLIN, 2012).

Municípios como Capão da Canoa, Capivari do Sul, Imbé, Osório, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras e Xangri-lá não alcançaram maior elevação percentual de seus indicadores, no entanto já gozavam de um IDH Municipal maior que 0,500 em 1991, superior às demais municipalidades do litoral norte.

Percebe-se que os municípios com menor IDH, abaixo de 0,400, em 1991, foram os que obtiveram as maiores variações no decorrer de duas décadas (Caraá, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Morrinhos do Sul e Três Forquilhas). Essa verificação corrobora com a afirmação de Bagolin (2012), que ocorreu no período um crescimento pró-pobre¹⁴, no período, que beneficiou as localidades, anteriormente aos anos 2000, mais empobrecidas.

No Corede Litoral, o crescimento pró-pobre deu-se tanto em municípios com população predominantemente rural como naqueles onde a maioria é urbana (...). Os índices de desenvolvimento para esses municípios também variaram, o crescimento pró-pobre ocorrendo independentemente de possuírem níveis mais elevados, ou não, de desenvolvimento (BAGOLIN e CARNEIRO 2012, p. 103).

Os demais municípios se situaram em uma faixa intermediária no Censo de 1991, entre 0,400 e 0,500 e obtiveram uma variação também intermediária quando comparado aos indicadores de 2010, mas mais próximas aos índices dos daqueles de maior IDH municipal em 1991. As localidades de menor índice na apuração de

¹⁴ Segundo Bagolin e Carneiro (2012, p. 99) “Não há somente uma definição acerca desse conceito, porém duas são as mais utilizadas e expressam, de forma mais clara, o conceito. A primeira é a de Ravallion e Chen (2003), que trabalha com a ideia de que crescimento pró-pobre é aquele que reduz a pobreza, utilizando para tal análise somente o indicador de pobreza absoluta; a outra definição é a de Kakwani e Pernia (2000), em que crescimento pró- -pobre é aquele que ocorre quando há uma redução do índice de pobreza escolhido, acompanhado de uma diminuição da desigualdade de renda”.

1991 obtiveram, todos, variações de mais de 70% em duas décadas, o que confirma uma elevação significativa do IDH em municípios mais empobrecidos até então.

Quanto aos estudos voltados aos fatores que se relacionam com o crescimento de alguns municípios do Litoral Norte do RS, Alexandre Costa Ramos apresentou, em 2014, Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, intitulada “Fatores de atração migratória no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento regional: um estudo a partir dos municípios de Capão da Canoa e Osório”.

O autor aborda os fatores de crescimento populacional, do período 1991-2010, investigando quais variáveis impulsionaram tal ocorrência.

Os municípios do Litoral Norte apresentam uma diferenciação ambiental, social e econômica, bastante desigual entre os mesmos. A existência de diferentes elementos na natureza da região os torna diferentes, refletindo nas suas atividades econômicas (RAMOS, 2014, p. 33).

Quanto a caracterização dos municípios examinados, o autor afirma que “Determinadas características como sazonalidade e ocupação rural são claramente distintas pela linha divisória que separa municípios à beira mar, daqueles na encosta da serra” (RAMOS, 2014, p. 34).

Outro trabalho que dialoga com o tema apresentado foi realizado por Amanda da Silveira Duarte Gomes. A dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (FACCAT) em 2020, sob título “A economia de Torres e de sua região de influência: estrutura produtiva, dinâmica social e demográfica e potencial de desenvolvimento” em que analisa as taxas de crescimento populacional de maneira desigual entre as mesorregiões, destacando o crescimento demográfico expressivo nas últimas décadas.

Gomes (2020) parte da hipótese que o município de Torres é um polo turístico de veraneio e ainda é destino de uma população aposentada em busca de segunda residência.

Defender a importância da especialização não implica em negar a importância da diversificação. Implica, sobretudo, em reconhecer que a especialização proporciona vantagens competitivas a partir das aglomerações produtivas e de desdobramentos das atividades, desde que

haja distribuição de renda, para atendimento de demandas internas ao território (GOMES, 2020, p. 59).

Outro relevante trabalho que destacamos é a Tese de Doutorado de Luiz Alberto Morelli, apresentada em 2011, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Nele o autor trata da silvicultura de eucalipto na metade sul do RS. Esse trabalho contribui no processo de caracterização das porções litorâneas rurais ao sul da região, onde se destacam a monocultura e a silvicultura. Morelli (2011) destaca aspectos que caracterizam essa porção territorial do estado.

Os ciclos econômicos baseados em monoculturas no sul do estado apresentaram ao longo dos seus processos, dificuldades de comercialização, de produção, de uso e manejo do solo, entre outras, sendo superados economicamente pelo processo de desenvolvimento da policultura familiar e seus desmembramentos praticados no norte do estado, ocorrendo uma diferenciação socioeconômica. As características físicas, sociais, culturais e identidades regionais, influenciados pela estrutura fundiária e pelas dinâmicas demográficas de ocupação do território podem ter sido decisivas nas diferenciações socioeconômicas percebidas atualmente entre as metades norte e sul do estado (MORELLI, 2011, p. 80).

Durante o processo de realização da revisão de literatura, um importante trabalho examinado foi o artigo elaborado por Sergio Schneider e Marco Antônio Verardi Fialho, intitulado “Pobreza Rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul”, apresentado no ano 2000, na Revista Teoria e Evidência Econômica da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Nesse artigo os autores discutem o desenvolvimento agrário, as desigualdades regionais e a pobreza nas áreas rurais do Rio Grande do Sul. Apresentam indicadores para o país e as diferenças entre os pobres rurais e urbanos. Discutem, ainda, as transformações tecnológicas e ocupacionais da agricultura e avaliam as perspectivas para a inserção social dos pobres do campo no mercado de trabalho urbano e na dinâmica do setor agrícola. Analisam o processo histórico de transformação da agricultura gaúcha, mostrando como a sua evolução foi responsável não apenas pelo aprofundamento da pobreza rural como também pela ampliação dos desequilíbrios regionais (FIALHO e SCHNEIDER, 2000).

Quando se comparam as metades sul e norte do estado, logo se percebem diferenças marcantes, que começam pelo processo de ocupação de terras diferenciado. A primeira região, também chamada de "metade-sul", apresenta estrutura fundiária com maior concentração de grandes propriedades,

ocupadas na pecuária extensiva e na produção de arroz irrigado. A segunda, chamada de "metade-norte", foi ocupada por imigrantes de origem europeia ou por seus descendentes, originários predominantemente da Itália e da Alemanha, e se baseia na pequena propriedade, onde predomina a agricultura familiar. Ao longo do presente século, em virtude das formas diferenciadas de ocupação e de uso das terras, das características culturais e de padrões de fecundidade distintos de seus habitantes e de processos migratórios ocorridos em períodos não coincidentes, os contrastes entre as duas regiões ampliaram-se consideravelmente (FIALHO e SCHNEIDER, 2000, p. 128).

Destacamos ainda, o trabalho de Douglas Mesquita Carneiro e Izete Pengo Bagolin, que abordam a distribuição da renda do trabalho *versus* perfil socioeconômico e crescimento nos três COREDES de menor PIB *per capita* do Rio Grande do Sul, nos anos 2000. Neste artigo os autores apresentam uma análise sobre a qualidade do crescimento econômicos em três COREDES, incluindo o COREDE Litoral Norte, verificando a qualidade deste crescimento para o aumento do emprego formal e a redução da pobreza e desigualdade de renda. Este estudo considerou que houve crescimento pró-pobre em relação a renda em alguns municípios, aumentando a remuneração dos trabalhadores de baixa remuneração na maioria dos locais pesquisados. Constataram, no entanto, que houve elevação da desigualdade.

No COREDE Litoral, o crescimento pró-pobre deu-se tanto em municípios com população predominantemente rural como naqueles onde a maioria é urbana, não se podendo, assim, fazer uma inferência mais concisa a respeito de diminuição de pobreza rural ou urbana. Os índices de desenvolvimento para esses municípios também variaram, o crescimento pró-pobre ocorrendo independentemente de possuírem níveis mais elevados, ou não, de desenvolvimento (BAGOLIN e CARNEIRO 2012, p. 103).

Tabela 1 – Comparativo da evolução do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e do Índice de GINI para os municípios do Litoral Norte, de 1991 a 2010

Município	INDICADOR	ANO			variação (%)
		1991	2000	2010	
Arroio do Sal	IDH-M	0,480	0,664	0,740	54,2
	GINI	0,510	0,500	0,470	-7,8
Balneário Pinhal	IDH-M	0,440	0,618	0,696	58,2
	GINI	0,500	0,610	0,500	0,0
Capão da Canoa	IDH-M	0,526	0,639	0,743	41,3
	GINI	0,590	0,520	0,470	-20,3
Capivari do Sul	IDH-M	0,511	0,658	0,766	49,9
	GINI	0,580	0,650	0,680	17,2
Caraá	IDH-M	0,370	0,508	0,652	76,2
	GINI	0,490	0,480	0,390	-20,4
Cidreira	IDH-M	0,466	0,640	0,729	56,4
	GINI	0,520	0,580	0,490	-5,8
Dom Pedro de Alcântara	IDH-M	0,395	0,572	0,691	74,9
	GINI	0,520	0,460	0,430	-17,3
Imbé	IDH-M	0,547	0,677	0,764	39,7
	GINI	0,470	0,530	0,680	44,7
Itati	IDH-M	0,397	0,554	0,669	68,5
	GINI	0,580	0,490	0,470	-19,0
Mampituba	IDH-M	0,372	0,518	0,649	74,5
	GINI	0,460	0,480	0,460	0,0
Maquiné	IDH-M	0,460	0,579	0,682	48,3
	GINI	0,580	0,540	0,430	-25,9
Morrinhos do Sul	IDH-M	0,397	0,593	0,711	79,1
	GINI	0,440	0,500	0,470	6,8
Mostardas	IDH-M	0,439	0,571	0,664	51,3
	GINI	0,630	0,550	0,550	-12,7

Osório	IDH-M	0,565	0,671	0,741	31,2
	GINI	0,560	0,550	0,530	-5,4
Palmares do Sul	IDH-M	0,498	0,609	0,715	43,6
	GINI	0,670	0,520	0,530	-20,9
Tavares	IDH-M	0,426	0,542	0,656	54,0
	GINI	0,610	0,590	0,420	-31,1
Terra de Areia	IDH-M	0,487	0,611	0,689	41,5
	GINI	0,500	0,580	0,430	-14,0
Torres	IDH-M	0,538	0,681	0,762	41,6
	GINI	0,490	0,550	0,510	4,1
Tramandaí	IDH-M	0,504	0,633	0,719	42,7
	GINI	0,520	0,580	0,500	-3,8
Três Cachoeiras	IDH-M	0,509	0,638	0,718	41,1
	GINI	0,620	0,480	0,400	-35,5
Três Forquilhas	IDH-M	0,378	0,541	0,662	75,1
	GINI	0,560	0,460	0,410	-26,8
Xangri-lá	IDH-M	0,502	0,642	0,735	46,4
	GINI	0,510	0,500	0,470	-7,8

Fonte de dados: IBGE Cidades, 2020; AtlasBrasil, 2020. Elaboração própria.

Os dados compilados e apresentados na Tabela 1 acima demonstram que municípios, como Balneário Pinhal, obtiveram, no período pesquisado, uma elevação superior a 58% do seu IDH-M, contudo não houve redução de desigualdade, mantendo a taxa de GINI, bem como, o município de Mampituba, que teve a renda elevada sem verificar a redução da desigualdade.

Destaca-se ainda o comportamento dos indicadores de Imbé, onde o significativo aumento de renda *per capita* foi acompanhado de uma elevação expressiva da desigualdade, medida pelo GINI, o mesmo fenômeno ocorreu em Torres, Capivari do Sul e Morrinhos do Sul. O município de Capivari do Sul, onde a renda *per capita* cresceu nesse período uma taxa de 159,5%, e elevou seu índice de desigualdade em 17% no mesmo período. Imbé elevou sua renda *per capita* em 47% e aumentou a desigualdade em 44,7% de 1991 a 2010.

Quando verificadas isoladamente as variáveis componentes do IDH-M (Renda *per capita*, Longevidade e Educação) percebe-se que é na Educação, que ocorreu a menor evolução e, em alguns casos, houve uma variação negativa durante as décadas apuradas, caso dos municípios de Capão da Canoa, Capivari do Sul, Imbé, Maquiné, Osório, Palmares do Sul, Tavares, Terra de Areia e Tramandaí. Nesse sentido cabe destacar que o Rio Grande do Sul ocupou em 2019 a 10ª posição no conjunto dos Estados brasileiros, calculado pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)¹⁵.

Quanto a escolaridade dos trabalhadores formais, considerando a participação dos empregados na indústria com pelo menos Ensino Médio completo em 2019, o RS obteve o percentual de 57,1%, enquanto a região Sul, obteve 60,8% e o Brasil 65,7%¹⁶.

O componente Renda *per capita* obteve elevação nos períodos pesquisados para o conjunto da região Litoral Norte, bem como, o componente Longevidade. Quanto ao grau de desigualdade medido pelo indicador de GINI para o Litoral Norte, percebemos que houve aumento da desigualdade – nesse caso da concentração da riqueza – nos municípios de Capivari do Sul, Imbé, Morrinhos do Sul e Torres. Capivari do Sul apresentou a maior concentração econômica nas duas décadas passando de 0,580 (em 1991) para 0,680 (em 2010).

Arroio do Sal, Capão da Canoa, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Maquiné, Mostardas, Osório, Palmares, Tavares, Terra de Areia, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá apresentaram desconcentração econômica, destacadamente Três Cachoeiras onde o GINI variou de 0,620 para 0,400 em duas décadas. Os municípios de Balneário Pinhal e Mampituba mantiveram-se estagnados quanto ao indicador de desigualdade e, possuem indicadores próximos, de 0,500 e 0,460 respectivamente.

O COREDE Litoral, segundo o ranking do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), em 2016 ocupava a 21ª posição quanto ao fator Educação,

¹⁵ Disponível em <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/ranking?cat=17&id=3237>

¹⁶ Disponível em <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/tudo/rs>

dentre os 28 COREDES, se situando na 27ª posição, ou seja, penúltimo colocado no quesito Renda e 22ª colocação quanto a variável Saúde¹⁷.

¹⁷Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/?unidade=coredes&ano=2016&ordem=idese>

Tabela 2 - IDHM (desagregado) - Renda *per capita* mensal (em R\$), Longevidade (em anos) e Educação (em anos) ¹⁸

Município	Indicador	Ano			variação de 1991 para 2010
		1991	2000	2010	(em %)
Arroio do Sal	Longevidade	70,03	74,51	75,61	7,97
	Educação	9,26	10,71	9,68	4,54
	Renda per capita	427,95	619,14	800,40	87,03
Balneário Pinhal	Longevidade	65,67	70,63	75,17	14,47
	Educação	9,25	9,85	9,63	4,11
	Renda per capita	338,95	621,31	662,85	95,56
Capão da Canoa	Longevidade	69,69	74,30	76,11	9,21
	Educação	10,21	9,92	8,75	-14,30
	Renda per capita	423,32	614,43	884,47	108,94
Capivari do Sul	Longevidade	70,79	73,40	75,17	6,19
	Educação	10,67	10,67	8,49	-20,43
	Renda per capita	460,97	823,36	1196,47	159,55
Caraá	Longevidade	68,20	71,55	74,79	9,66
	Educação	8,55	8,99	9,31	8,89
	Renda per capita	207,10	291,31	490,65	136,91
Cidreira	Longevidade	67,37	72,41	75,89	12,65
	Educação	8,68	9,90	9,08	4,61
	Renda per capita	381,85	589,20	750,55	96,56
Dom Pedro de	Longevidade	67,91	70,43	74,21	9,28

Alcântara	Educação	6,96	10,65	10,58	52,01
	Renda per capita	197,15	341,98	611,05	209,94
Imbé	Longevidade	69,65	72,3	75,82	8,86
	Educação	10,26	10,54	9,65	-5,95
	Renda per capita	455,45	683,13	1359,66	198,53
Itati	Longevidade	67,91	70,43	74,61	9,87
	Educação	9,10	9,17	9,94	9,23
	Renda per capita	250,14	411,21	592,80	136,99
Mampituba	Longevidade	65,67	70,81	73,8	12,38
	Educação	8,54	9,75	10,68	25,06
	Renda per capita	245,63	300,14	456,27	85,75
Maquiné	Longevidade	68,02	73,23	77,77	14,33
	Educação	10,57	9,88	9,62	-8,99
	Renda per capita	280,37	448,96	604,04	115,44
Morrinhos do Sul	Longevidade	65,67	69,79	75,51	14,98
	Educação	7,57	11,69	9,93	31,18
	Renda per capita	241,54	305,65	705,78	192,20

¹⁸ O acesso ao conhecimento no componente Educação do IDHM “é medido por meio de dois indicadores: a escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e tem peso 1; o fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo e tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Isso facilitará aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE” (IPEA, 2013, p. 29).

Mostardas	Longevidade	70,3	72,6	75,9	7,97
	Educação	9,08	9,38	9,73	7,16
	Renda per capita	412,92	403,81	627,16	51,88
Osório	Longevidade	72,29	74,85	76,18	5,38
	Educação	10,17	10,38	10,11	-0,59
	Renda per capita	523,37	660,42	957,94	83,03
Palmares do Sul	Longevidade	70,26	72,56	76,12	8,34
	Educação	9,98	10,01	9,91	-0,70
	Renda per capita	453,66	460,99	730,31	60,98
Tavares	Longevidade	69,7	72,1	74,7	7,17
	Educação	10,06	8,87	9,89	-1,69
	Renda per capita	350,69	450,71	594,12	69,41
Terra de Areia	Longevidade	68,20	71,54	74,75	9,60
	Educação	10,28	10,16	9,46	-7,98
	Renda per capita	347,59	493,64	620,36	78,47
Torres	Longevidade	69,69	75,78	76,73	10,10
	Educação	10,36	10,17	10,38	0,19
	Renda per capita	476,87	631,08	853,62	79,00
Tramandaí	Longevidade	67,84	72,82	75,51	11,31
	Educação	10,18	9,85	9,31	-8,55
	Renda per capita	383,76	655,46	737,84	92,27
Três Cachoeiras	Longevidade	69,65	72,59	75,82	8,86

	Educação	10,07	10,22	10,16	0,89
	Renda per capita	568,37	516,86	713,84	25,59
Três Forquilhas	Longevidade	67,91	70,43	73,8	8,67
	Educação	8,39	10,17	10,34	23,24
	Renda per capita	196,54	332,19	489,32	148,97
Xangri-lá	Longevidade	70,03	74,51	75,61	7,97
	Educação	9,26	10,71	9,68	4,54
	Renda per capita	479,67	544,38	798,62	66,49

Fonte: IBGE Cidades, 2020. Elaboração própria.

Outro indicador, que consideramos importante, foi a taxa de Mortalidade Infantil, nos Censos de 2000 e 2010. Constatamos que houve redução importante em todos os municípios ainda que não se tenha atingido plenamente a meta da Organização das Nações Unidas que estabelece que os óbitos dos nascidos vivos devem estar abaixo de 12 óbitos por cada mil crianças (Meta 3.2. dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deverá estar abaixo de 12 óbitos por mil nascidos vivos em 2030).

Somente os municípios de Imbé, Maquiné, Mostardas, Palmares do Sul, Torres e Três Cachoeiras conseguiram, em 2010, alcançar os patamares recomendados pela ONU. Apresentamos a variação na tabela a seguir, Tabela 3.

Tabela 3 – Mortalidade Infantil (número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade para cada 1.000 nascidos vivos) em 2000 e 2010.

Municípios	Ano 2000	Ano 2010	Varição (redução de óbitos em %)
Arroio do Sal	14,6	12	-17,81
Balneário Pinhal	21,4	12,5	-41,59
Capão da Canoa	15	12,1	-19,33
Capivari do Sul	16,4	12,5	-23,78
Caraá	19,7	13	-34,01
Cidreira	18,1	12,4	-31,49
Dom Pedro de Alcântara	21,8	13,8	-36,70
Imbé	18,3	11,7	-36,07
Itati	21,8	13,3	-38,99
Mampituba	21,1	14,4	-31,75
Maquiné	16,7	9,3	-44,31
Morrinhos do Sul	23,2	12,1	-47,84
Mostardas	17,8	11,5	-35,39
Osório	14,1	12	-14,89
Palmares do Sul	17,8	11,3	-36,52
Tavares	18,7	13,2	-29,41
Terra de Areia	19,7	13,1	-33,50
Torres	12,7	11,3	-11,02
Tramandaí	17,4	12,1	-30,46
Três Cachoeiras	17,8	11,7	-34,27
Três Forquilhas	21,8	14,4	-33,94
Xangri-lá	15,2	12,1	-20,39

Fonte: Atlas Brasil/Perfil dos municípios, 2020. Elaboração própria.

O crescimento demográfico do Litoral Norte é objeto de estudo de vários trabalhos acadêmicos e é um fator importante de análises sobre o desenvolvimento da região. Na presente pesquisa, destacamos que o crescimento da população

residente ocorreu em todos os municípios à beira-mar e somente nos municípios do interior da região houve queda dessas taxas no transcorrer de 20 anos de apurações e estimativa do IBGE.

Tabela 4 - Crescimento populacional do Litoral Norte do RS, de 2001 a 2020

Variável - População residente estimada (Pessoas)				
Município	Ano			Variação (%)
	2001	2011	2020	De 2001 a 2020
Arroio do Sal	5535	7930	10279	85,71
Balneário Pinhal	7881	11118	14363	82,25
Capão da Canoa	31797	42926	54051	69,99
Capivari do Sul	3176	3951	4728	48,87
Caraá	6452	7382	8350	29,42
Cidreira	9337	12959	16583	77,61
Dom Pedro de Alcântara	2682	2544	2527	-5,78
Imbé	12844	18087	23271	81,18
Itati	2872	2565	2397	-16,54
Mampituba	3113	2996	2973	-4,50
Maquiné	7371	6875	6681	-9,36
Morrinhos do Sul	3543	3156	2919	-17,61
Mostardas	11972	12160	12847	7,31
Osório	36825	41273	46414	26,04
Palmares do Sul	11074	10978	11330	2,31
Tavares	5375	5352	5483	2,01
Terra de Areia	8709	9976	11315	29,92
Torres	31547	34946	39064	23,83
Tramandaí	32264	42395	52632	63,13
Três Cachoeiras	9682	10271	11115	14,80
Três Forquilhas	3232	2890	2669	-17,42
Xangri-lá	8548	12760	16775	96,24

Legenda:

Crescimento (acima de 50%)	7
Crescimento (abaixo de 50%)	9
Total de municípios com crescimento populacional	16
Crescimento negativo	6
Total de municípios pesquisados	22

Fonte: IBGE/SIDRA - Estimativas de População de 2001/2006;2008/2009;2011/2021. Elaboração própria.

Gráfico 1 – Crescimento Demográfico no Litoral Norte Variação entre 2001 e 2020 (em %)



Fonte: IBGE/SIDRA - Estimativas de População de 2001/2006;2008/2009;2011/2021. Elaboração própria.

2.3 A distribuição da atividade produtiva no Litoral Norte do RS

A partir dos dados apurados, (constantes nas páginas 55 a 58 e 60 a 65), verifica-se a predominância de atividades dos setores de serviços sobretudo nas localidades voltadas ao turismo de verão, nos municípios que se situam à beira mar. Na maioria das localidades que se situam em porções interiorizadas da região predominam as atividades ligadas ao setor de agropecuária. Somente em Palmares do Sul a atividade industrial tem uma participação significativa. Os maiores Produtos

Internos brutos (PIB municipal) pertencem aos municípios voltados ao turismo à beira mar e em Osório¹⁹.

Ainda que a maioria dos municípios interiorizados tenham significativas atividades agropecuárias (uma exceção é Osório, onde a participação da agropecuária é bastante inferior que o setor de serviços)²⁰, somente Itati, Mampituba, Morrinhos do Sul e Três Forquilhas tem uma participação do setor de agropecuária que se iguala ou supera os demais setores quanto ao Valor Adicionado. Nos demais é o setor de serviços que participa de forma mais significativa no total do VA. Essa participação está detalhada na Tabela 6, a seguir, página 59.

Estes serviços, porém, tem características distintas dada a espacialidade onde ocorrem. Na porção litorânea/praiana, as áreas de alimentação pronta, como restaurantes e bares, de beleza, do comércio de vestuário e hotelaria, imobiliárias e da construção civil²¹ são predominantes. Se verifica que nas porções interiorizadas os serviços são voltados a população residente fixa, como mercados e similares. Nas porções ao sul, a partir de Capivari do Sul em direção a Tavares, atividades classificadas no setor de serviços, como fretes, venda e manutenção de máquinas e veículos tem relevância que não ocorre em outras localidades da região. Estas atividades estão detalhadas na página 62 (2.3.1 Serviços e Comércio).

Quanto a renda média mensal dos trabalhadores formais, o Litoral Norte ocupa uma posição abaixo da renda média mensal do Brasil, considerando a renda de todos os trabalhos dos maiores de 14 anos, segundo Pnad/Contínua-IBGE²². Na apuração realizada em 2019 a renda média mensal do Brasil foi de R\$ 2.862,00. Abaixo, também, da renda média mensal da região Sul que foi R\$ 3.124,00. No RS a renda média mensal na mesma apuração foi R\$ 3.171,00. A renda média mensal da capital

¹⁹ Ainda que o município de Osório possua orla, a atividade de turismo praiano não o caracteriza.

²⁰ Foram considerados os números de estabelecimentos por setores da economia e o percentual destes no valor adicionado conforme consta nas tabelas das páginas 57, 58, 59 e 60.

²¹ A construção civil foi apurada separadamente das demais atividades industriais dada sua relevância em alguns municípios do litoral norte.

²² Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua realizada pelo IBGE; Tabela: 7446 – SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7446#resultado>

do RS, Porto Alegre, era de 4,1 SM (salários-mínimos), ou R\$ 4.091,00, em 2019²³. A média para o Litoral Norte²⁴ em 2019 era de 2,1 SM mensais ou R\$ 2.095,80²⁵.

A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total no Litoral Norte também apresentou percentuais²⁶ bem abaixo dos registrados para o Brasil, que era de 55,1% (4º trimestre de 2019/PNAD-IBGE)²⁷ e para o estado do RS, 60% no mesmo período. Na tabela 7, a seguir, página 60, constam os percentuais de trabalhadores ocupados por município do litoral norte.

²³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>

²⁴ Média calculada a partir dos dados municipais disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/panorama>

²⁵ O Salário-mínimo em 2019 era de R\$998,00. Série histórica disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?stub=1&serid1739471028=1739471028>

²⁶ Panorama dos municípios. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>

²⁷ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>

Tabela 5 - Participação das empresas por setor econômico (em número de unidades) Ano 2020

Municípios ²⁸	Serviços	Comércio	Industria	Construção Civil	Agropecuária, Extração vegetal, caça e pesca	Totais
Arroio do Sal	732	748	178	307	14	1.979
Balneário Pinhal	724	754	164	140	7	1.789
Capão da Canoa	3.680	3.723	941	1.617	11	9.972
Capivari do Sul	217	229	71	66	11	594
Caraá	89	151	92	31	3	366
Cidreira	979	880	191	186	17	2.253
Dom Pedro de Alcântara	54	95	46	22	3	220
Imbé	1.273	1.144	281	341	2	3.041
Itati	65	80	25	16	3	189
Mampituba	38	59	21	11	2	131
Maquiné	204	199	88	61	6	558
Morrinhos do Sul	54	109	34	14	1	212
Mostardas	465	596	146	101	88	1.396

²⁸ Municípios onde estão **sediadas** as empresas.

Osório	2.296	2.019	498	559	28	5.400
Palmares do Sul	617	717	167	119	33	1.653
Tavares	160	215	29	29	23	456
Terra de Areia	394	451	173	115	7	1.140
Torres	2.635	2.317	708	624	10	6.294
Tramandaí	2.574	3.021	649	775	11	7.030
Três Cachoeiras	516	492	240	105	0	1.353
Três Forquilhas	53	60	18	18	4	153
Xangri-lá	1.105	1.162	292	507	8	3.074
TOTAL						47.900

Fonte: Painel das Empresas, DATASEBRAE, 2020. Elaboração própria

Nota: não estão incluídas as atividades da administração pública ou outras sem fins lucrativos. Considera somente empresas de caráter mercantil

Tabela 6 - Participação dos setores no Valor Adicionado e PIB dos municípios do Litoral Norte, 2018

Participação dos setores no total do Valor Adicionado Bruto (à preços correntes, em %) ²⁹					PIB municipal (à preços correntes)	
Municípios	Serviços	Industria	Agropecuária	Administração Pública	Municípios	R\$
Arroio do Sal	52,5	8,8	2,2	29,6	Arroio do Sal	223.819,67
Balneário Pinhal	51,4	6	4	32,2	Balneário Pinhal	217.645,01
Capão da Canoa	57,3	13,2	0,1	22	Capão da Canoa	1.435.685,37
Capivari do Sul	38,8	12,5	26,2	13,3	Capivari do Sul	208.195,25
Caraá	19,8	11,6	28,4	36,5	Caraá	110.247,95
Cidreira	49,4	5,9	4,2	34,9	Cidreira	279.898,93
Dom Pedro de Alcântara	44,7	5,2	10,6	31,9	Dom Pedro de Alcântara	54.618,26
Imbé	56,3	7,3	0,4	29,4	Imbé	455.657,20
Itati	18,2	4,2	48,7	26,4	Itati	64.403,47
Mampituba	17,1	5,3	40,4	34,7	Mampituba	53.267,73
Maquiné	31,4	16,4	19,2	27,4	Maquiné	121.496,34
Morrinhos do Sul	22,6	3,5	35	35,3	Morrinhos do Sul	55.187,94
Mostardas	29,4	5,9	41,8	18,9	Mostardas	358.693,02

²⁹ Não foram considerados os valores “impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes”, que perfazem - junto aos percentuais de participação dos setores - o total de 100% do PIB municipal, à preços correntes, no ano apurado, 2018.

Osório	58,6	15,2	2,1	16,2	Osório	1.566.249,77
Palmares do Sul	31,9	29,9	18,2	13,5	Palmares do Sul	469.286,29
Tavares	29,9	3,6	27,9	34,7	Tavares	82.796,10
Terra de Areia	54,8	6,1	5,9	23,8	Terra de Areia	224.290,14
Torres	61,7	10,8	2,3	18,5	Torres	1.138.734,29
Tramandaí	58,1	8,5	1,3	25,2	Tramandaí	1.028.739,35
Três Cachoeiras	55	7,1	7,7	20,1	Três Cachoeiras	254.376,09
Três Forquilhas	20	4	36,7	36,5	Três Forquilhas	50.915,52
Xangri-lá	54,5	11,3	0,3	26,4	Xangri-lá	500.513,16

Fonte: Perfil das Cidades Gaúchas/SEBRAERS, 2020; IBGE/Cidades, 2018. Elaboração própria.

Tabela 7 - Rendimento mensal e Ocupação dos trabalhadores nos municípios, ano 2019

Municípios	Rendimento médio (em Salários-Mínimos)	Percentual de ocupados (%)
Arroio do Sal	2,0	24,2
Balneário Pinhal	2,2	13,0
Capão da Canoa	2,2	31,0
Capivari do Sul	2,3	23,6
Caraá	1,6	14,5
Cidreira	2,1	15,6

Dom Pedro de Alcântara	2,2	17,9
Imbé	2,1	20,0
Itati	2,1	13,9
Mampituba	2,1	9,3
Maquiné	2,1	13,3
Morrinhos do Sul	2,3	12,8
Mostardas	2,0	16,5
Osório	2,5	29,7
do Sul	2,3	18,0
Tavares	1,9	12,5
Terra de Areia	1,8	19,8
Torres	2,2	31,4
Tramandaí	2,1	21,4
Três Cachoeiras	2,0	26,6
Três Forquilhas	2,4	12,8
Xangri-lá	2,4	33,3

Fonte: IBGE/Cidades, 2019. Elaboração própria.

2.3.1 Serviços e Comércio³⁰

Atividades predominantes com base no número de empresas atuantes nos municípios no ano de 2020³¹:

Arroio do Sal: caracteriza-se por ser um município onde o setor de serviços e o comércio (aqui destacado separadamente do grande setor serviços) tem maior relevância, participando com 74,8% do total de estabelecimentos existentes no município no ano de 2020. Nesses setores destacam-se as obras de alvenaria, o comércio varejista de vestuário e acessórios, os bares e similares (restaurantes, lanchonetes) e os serviços voltados a beleza (cabeleireiros, manicures e similares). Do total de empresas no município 95,6% se enquadram como MEI (Micro empreendedor individual) e ME (Micro empresa).

Balneário Pinhal: caracteriza-se pela predominância de empresas nos setores de serviços e comércio, que correspondem a 82,6% do total de empresas atuantes no município em 2020. Na composição desses setores destacam-se as atividades de comércio varejista de vestuário, os bares e lanchonetes, comércio de alimentos para preparo (mercados, armazéns e similares), obras de alvenaria e serviços voltados a beleza (cabeleireiros, manicures e similares). Do total de empresas no município 96,5% se enquadram como MEI e ME.

Capão da Canoa: caracterizado preponderantemente pelos setores de serviços e comércio que correspondem a 74,2%, seguido pela construção civil que responde por 16,2% do total de empresas. Estes setores são compostos principalmente por empresas de vestuário e acessórios, obras de alvenaria, lanchonetes e similares, serviços voltados a beleza, construção de edifícios, restaurantes e similares. Do total de empresas no município 92% se enquadram como MEI e ME.

Capivari do Sul: os serviços e o comércio representam 75% das empresas atuantes no município em 2020. Compõem esses setores as atividades de obras de alvenaria, empreendimentos de vestuário e acessórios, transporte rodoviário de

³⁰ Se tratará separadamente a prestação de serviços e o comércio (venda) de produtos para efeito de detalhamento desta seção.

³¹ Os percentuais foram calculados com base no número de empresas constantes no Painel das Empresas/DATASEBRAE, 2020; Receita Federal do Brasil, 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas-11-05-2020/>

cargas, comércio de peças novas para veículos automotores. As atividades de serviços voltados a beleza e o comércio de alimentos em mercados e similares também compõem tem relevância no município. Do total das empresas 90% estão enquadradas como MEI e ME.

Caraá: no município 65,5% das empresas atuantes foram classificadas nos setores de prestação de serviços e comércio. Destacam-se as atividades de comércio de alimentos em mercados, armazéns e similares e os acabamentos de couro sob contrato. As obras de alvenaria e os serviços voltados a beleza (cabeleireiros, manicures e similares) representam também das atividades nesses setores. O município ainda apresenta um percentual relevante quanto ao número de empresas nos setores da indústria e da construção civil que somados representam 33,6%. Do total de empresas, em todos os setores, 95% são enquadradas como MEI e ME.

Cidreira: também predominam os setores de serviços e comércio, que participam com 82,5% do total de empresas no município. Destacam-se os serviços e comércio relacionadas ao varejista de vestuário, os bares e lanchonetes, de alimentos para preparo (mercados, armazéns e similares), obras de alvenaria e serviços voltados a beleza (cabelereiros, manicures e similares). O porte das empresas tem prevalência de MEI e ME, que correspondem a 96,5% do total de empresas apuradas.

Dom Pedro de Alcântara: os setores de serviços e comércio representam 67% do total das empresas no município. As atividades que têm destaque referem-se a venda de produtos alimentícios por mercados, armazéns e similares, o de vestuário e acessórios, as obras de alvenaria e a fabricação de esquadrias de madeiras e peças de madeira para indústria e a venda varejista de hortifrutigranjeiros. As empresas do setor industrial e do setor da construção civil representam 31% do total no município. Do total de empresas atuantes em todos os setores da economia no ano de 2020, 93,6% se enquadram como MEI e ME.

Imbé: As empresas vinculadas aos setores de serviço e comércio representam 79,5% do total do município. As atividades que se destacam são as relacionadas as lanchonetes e similares, comércio de vestuário e acessórios, obras de alvenaria, restaurantes e similares, prestação se serviços voltados a beleza e o comércio de produtos alimentícios através de mercados, armazéns e similares. Do total de empresas no município 93,7% são classificadas como MEI e ME pelos seus portes.

Itati: as empresas de comércio e de serviços representam juntas 76,7% do total de empresas atuantes no município. Se destacam as atividades de comercialização de produtos alimentícios em geral ou especializados; os restaurantes e similares, o comércio de produtos alimentícios através de mercados, armazéns e similares, e ainda as lanchonetes e similares. Também tem relevância as empresas de obras de alvenaria e o comércio de vestuário e acessórios. Do total das empresas em todos os setores, 97,4% correspondem as classificadas como MEI e ME pelo porte das mesmas.

Mampituba: no município 74% das empresas estão classificadas nos setores de serviços e de comércio. As atividades mais destacadas são as de comércio de vestuário e acessórios, comércio de produtos alimentícios através de mercados, armazéns e similares, a prestação de serviços voltadas a beleza e as obras de alvenaria. As empresas classificadas como MEI e ME representam 94,6% do total das empresas atuantes em todos os setores.

Maquiné: no município 72,2% das empresas estão classificadas nos setores de serviços e de comércio. As atividades mais destacadas são as de comércio de vestuário e acessórios, obras de alvenaria, comércio de produtos alimentícios através de mercados, armazéns e similares, a prestação de serviços voltadas a beleza. As empresas classificadas como MEI e ME representam 95% do total das empresas atuantes em todos os setores.

Morrinhos do Sul: no município 77% das empresas estão classificadas nos setores de serviços e de comércio. As atividades mais destacadas são as vendas de vestuário e acessórios, serviço de transporte rodoviário de cargas, venda de produtos alimentícios através de mercados, armazéns e similares, venda atacadista de hortifrutigranjeiros, serviços de obras de alvenaria. As empresas classificadas como MEI e ME representam 94,3% do total das empresas atuantes em todos os setores.

Mostardas: as empresas classificadas nos setores de serviços e de comércio representam 76% do total. Destacam-se as atividades de comércio de produtos alimentícios através de mercados, armazéns e similares, comércio de vestuário e acessórios, obras de alvenaria, os serviços voltados a beleza, o transporte rodoviário de cargas e os serviços de reparação e manutenção de veículos automotores. As

empresas classificadas como MEI e ME representam 93% do total das empresas atuantes em todos os setores.

Osório: As empresas vinculadas aos setores de serviço e comércio representam 79,9% do total de empresas atuantes no município. As atividades em destaque são relacionadas ao comércio de vestuário e acessórios, obras de alvenaria, os serviços voltados a beleza, lanchonetes e similares e o transporte rodoviário de cargas. As empresas classificadas como MEI e ME representam 87,8% do total das empresas atuantes em todos os setores.

Palmares do Sul: As empresas vinculadas aos setores de serviço e comércio representam 80,7% do total de empresas atuantes no município. As atividades em destaque são relacionadas ao comércio de vestuário e acessórios, lanchonetes e similares, comércio de produtos alimentícios através de mercados, armazéns e similares, obras de alvenaria, os serviços voltados a beleza, serviços ambulantes de alimentação. Do total das empresas atuantes no município em todos os setores, 92,4% são classificadas como MEI e ME quanto ao porte das mesmas.

Tavares: As empresas vinculadas aos setores de serviço e comércio representam 82,2% do total das empresas atuantes. Destacam-se as seguintes atividades: comércio de vestuário e acessórios, comércio de produtos alimentícios através de mercados, armazéns e similares, os serviços voltados a beleza, obras de alvenaria e o transporte rodoviário de cargas. Tem relevância ainda o comércio atacadista de resinas e elastômeros e os serviços ambulantes de alimentação. Do total das empresas atuantes no município em todos os setores, 94,7% são classificadas como MEI e ME quanto ao porte das mesmas.

Terra de Areia: 74% das empresas estão classificadas nos setores de serviços e de comércio. As atividades mais destacadas são as de comércio de vestuário e acessórios, obras de alvenaria, os serviços voltados a beleza (cabeleireiros, manicures e similares), transporte rodoviário de cargas, lanchonetes e similares e ainda o comércio de peças novas para veículos automotores. Do total das empresas atuantes no município em todos os setores, 93,5% são classificadas como MEI e ME quanto ao porte das mesmas.

Torres: As empresas vinculadas aos setores de serviço e comércio representam 78,7% do total de empresas atuantes no município. Destacam-se as

seguintes atividades de comércio de vestuário e acessórios, lanchonetes e similares, obras de alvenaria, serviços voltados a beleza, restaurantes e similares, comércio de alimentos através de mercados e similares, outros serviços voltados a estética e beleza (além dos já mencionados), serviços domésticos, incorporação de empreendimentos imobiliários. Do total das empresas atuantes no município em todos os setores, 91,6% são classificadas como MEI e ME quanto ao porte das empresas.

Tramandaí: no município 79,6% das empresas estão classificadas nos setores de serviços e de comércio. As atividades mais destacadas são as de comércio de vestuário e acessórios, obras de alvenaria, lanchonetes e similares, serviços voltados a beleza, restaurantes e similares, comércio de alimentos através de mercados e similares, construção de edifícios, instalações e manutenções elétricas e serviços ambulantes de alimentação. Do total das empresas atuantes no município em todos os setores, 92,7% são classificadas como MEI e ME quanto ao porte das empresas.

Três Cachoeiras: neste município 74,5% das empresas atuantes em 2020 estão classificadas nos setores de serviços e de comércio. As atividades mais destacadas são as de transporte rodoviário de cargas, comércio de vestuário e acessórios, obras de alvenaria, serviços voltados a beleza, comércio de peças novas para veículos automotores, fabricação de esquadrias de madeiras e peças de madeira para a indústria, móveis de madeira, lanchonetes e similares, serviços de reparação e manutenção mecânica de veículos automotores. Do total das empresas atuantes no município em todos os setores, 93% são classificadas como MEI e ME quanto ao porte das empresas.

Três Forquilhas: neste município 73,8% das empresas atuantes em 2020 estão classificadas nos setores de serviços e de comércio. As atividades mais destacadas são as de transporte rodoviário de cargas, obras de alvenaria, comércio de vestuário e acessórios, comércio de alimentos através de mercados e similares, serviços domésticos, comércio (varejista e atacadista) de hortifrutigranjeiros, comercio varejista de combustíveis automotores. Do total das empresas atuantes no município em todos os setores, 95,4% são classificadas como MEI e ME quanto ao porte das empresas.

Xangri-lá: neste município 73,7% das empresas atuantes em 2020 estão classificadas nos setores de serviços e de comércio. As atividades mais destacadas são as de obras de alvenaria, comércio de vestuário e acessórios, lanchonetes e

similares, atividades paisagísticas, restaurantes e similares, serviços voltados a beleza, construção de edifícios, comércio de alimentos através de mercados e similares, comércio de imóveis, serviços domésticos e corretagem na compra e venda e avaliações de imóveis. Do total das empresas atuantes no município em todos os setores, 90% são classificadas como MEI e ME quanto ao porte das empresas.

2.3.2 Indústria³²

A atividade industrial do Litoral Norte é basicamente constituída pela Agroindústria. Nota-se pelos dados apurados que essa atividade está estabelecida preponderantemente nos municípios do interior da região, que tem na agricultura sua base econômica mais relevante. Os municípios à beira mar têm pouco ou nenhuma atividade de agroindústria.

A maior parte dessa agroindústria está classificada por tipologia como agroindústria da agricultura familiar e sua localização é majoritariamente nos municípios interiorizados localizados na encosta da serra. Os municípios localizados ao sul do Litoral Norte possuem um menor número de estabelecimentos, tanta na agricultura familiar como na não familiar, menor valor das produções e menor renda da venda da produção.

Tabela 8 – Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (em unidades), 2017

Municípios	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Arroio do Sal	4	6
Balneário Pinhal	0	2
Capivari do Sul	2	2
Caraá	115	155
Cidreira	4	6
Dom Pedro de Alcântara	4	4
Itati	26	32
Mampituba	15	19
Maquiné	30	34
Mostardas	17	35
Osório	27	37
Palmares do Sul	2	8
Tavares	7	9
Terra de Areia	3	7
Torres	17	27
Tramandaí	2	4

³² Não foram consideradas neste item os estabelecimentos da construção civil.

Três Cachoeiras	12	14
Três Forquilhas	4	8

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário, 2017. Elaboração própria.

NOTAS:(1) Os municípios de **Capão da Canoa, Imbé, Morrinhos do Sul e Xangri-lá** não apresentaram dados sobre número de estabelecimentos da agroindústria; (2) Agricultura familiar referente ao Decreto 9.064 de 31/05/2017 e PRONAF referente ao MCR/BACEN em 31/12/2017 (MCR - Manual de Crédito Rural); (3) Agricultura não familiar inclui os atendidos PRONAMP e os não atendidos. (Pronamp - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural)

Tabela 9 – Valor da produção e valor da venda na agroindústria rural – Agricultura familiar (2017)

Municípios	Valor da produção (em mil reais)	Valor de venda (em mil reais)
Caraá	3219	1143
Cidreira	2	1
Dom Pedro de Alcântara	55	51
Itati	722	715
Mampituba	123	112
Maquiné	383	343
Mostardas	45	16
Osório	353	311
Tavares	345	343
Torres	198	171
Três Cachoeiras	564	225

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário, 2017. Elaboração própria.

NOTA: Os municípios de **Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capivari do Sul, Palmares do Sul, Terra de Areia, Tramandaí, Três Forquilhas, Capão da Canoa, Imbé, Morrinhos do Sul e Xangri-lá** não apresentaram dados sobre os valores da produção e da venda da agroindústria rural proveniente da agricultura familiar.

Tabela 10 – Valor da produção e valor da venda na agroindústria rural – Agricultura não familiar (2017)

Municípios	Valor da produção (em mil reais)	Valor de venda (em mil reais)
Caraá	3341	1215
Dom Pedro de Alcântara	55	51
Itati	800	793
Mostardas	192	16
Osório	559	515
Torres	274	221

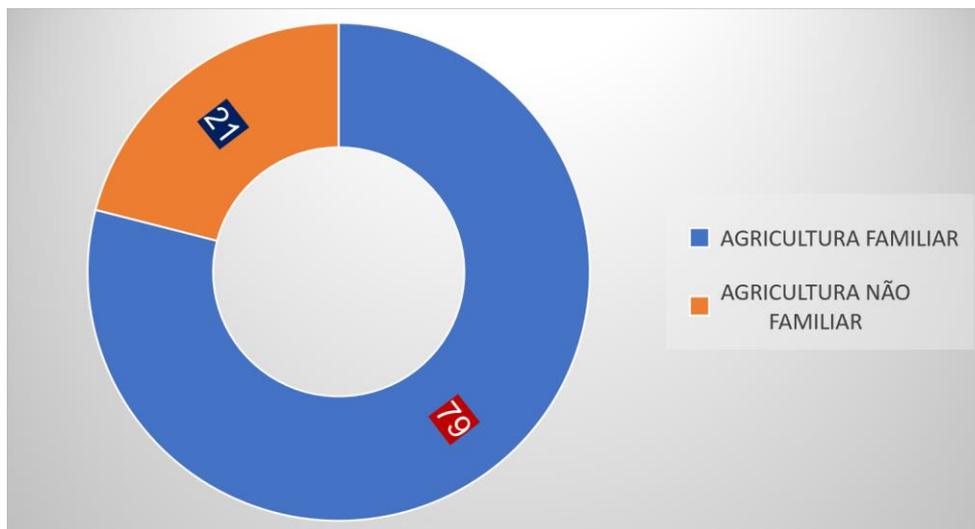
Fonte: IBGE/Censo Agropecuário, 2017. Elaboração própria.

NOTA: Os municípios Os municípios de **Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Cidreira, Capivari do Sul, Palmares do Sul, Terra de Areia, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Capão da Canoa, Imbé, Mampituba, Maquiné, Tavares, Morrinhos do Sul e Xangri-lá** não apresentaram dados sobre os valores da produção e da venda da agroindústria rural proveniente da Agricultura não familiar.

2.3.3 Agropecuária

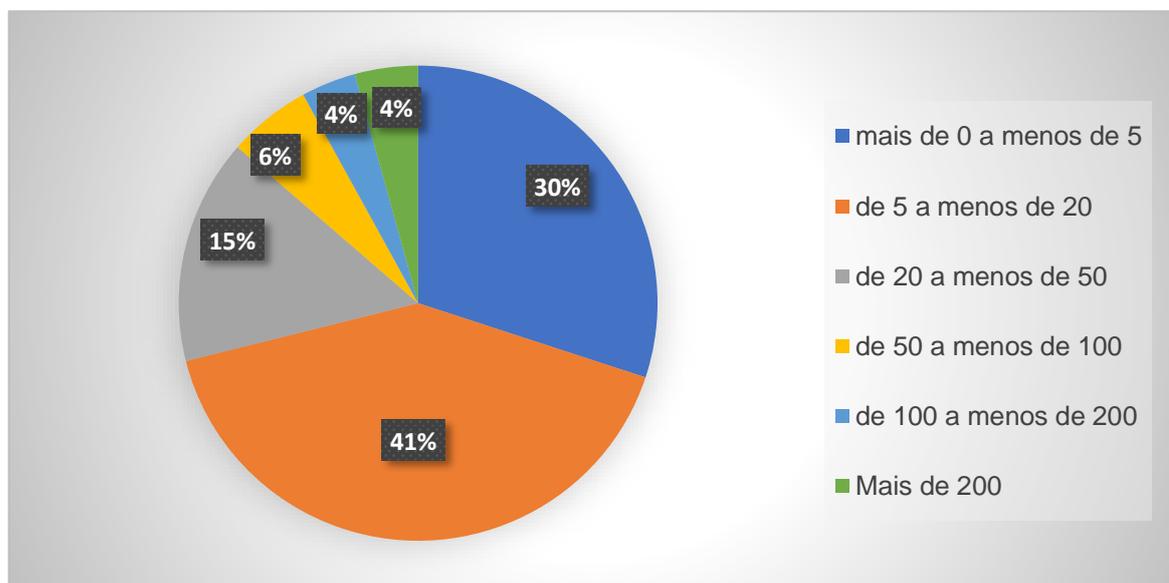
No Rio Grande do Sul, 80,5% (293.892) do total dos estabelecimentos agropecuários são classificados como agricultura familiar e 19,5% (71.202) como agricultura não familiar, num total de 365.094 estabelecimentos apurados no Censo Agropecuário de 2017. O Litoral Norte possui um perfil semelhante quando se trata do conjunto da região, onde 79% (6.180) do total das propriedades são classificadas como agricultura familiar, enquanto 21% (1.631) estão na classificação de estabelecimentos agropecuárias da agricultura não familiar. A região possui um total de 7.811 estabelecimentos.

Gráfico 2 - Participação da agricultura familiar e não familiar no total dos estabelecimentos rurais do Litoral Norte (em %) 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, Censo Agropecuário, 2017. Elaboração própria.

Gráfico 3 - Distribuição do Total das propriedades rurais por tamanho de área (em hectares), 2017



Fonte: IBGE/SIDRA, Censo Agropecuário, 2017. Elaboração própria.

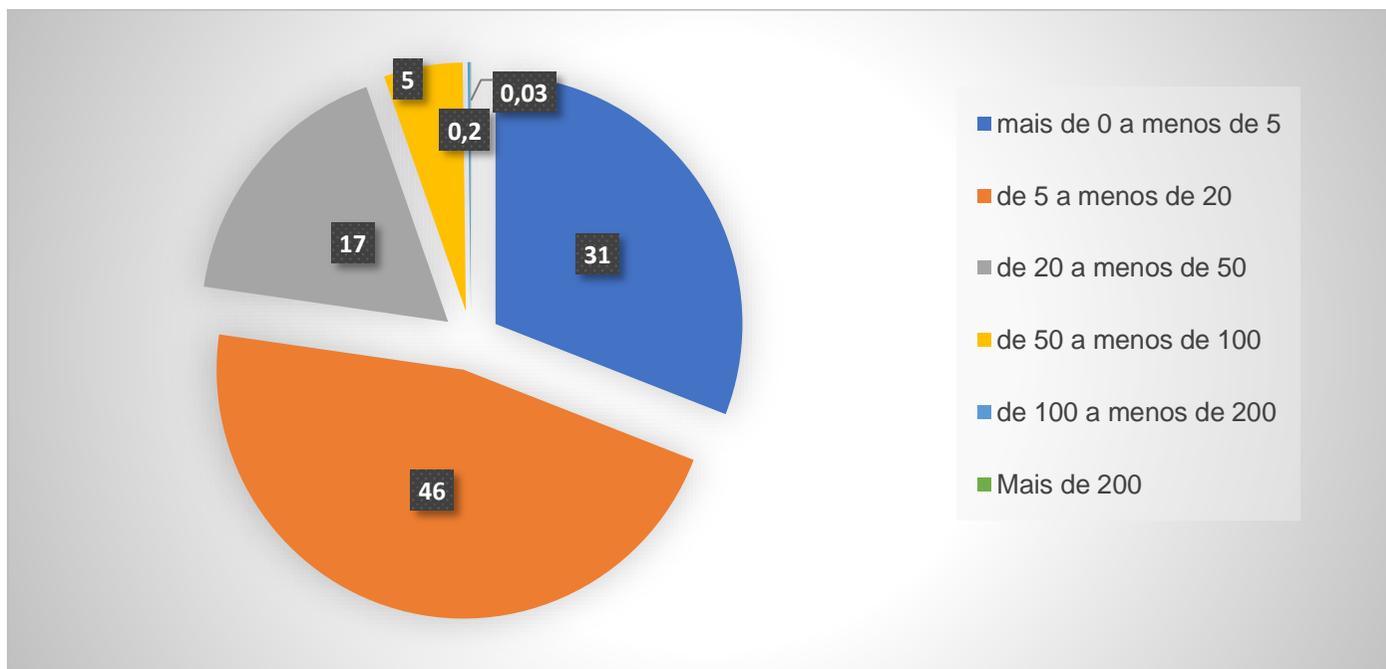
Tabela 11 - Total de estabelecimentos rurais com atividades agropecuárias nos municípios do Litoral Norte do RS (em classes de extensão de áreas, medidas em hectares), 2017

Municípios	mais de 0 a menos de 5	de 5 a menos de 20	de 20 a menos de 50	de 50 a menos de 100	de 100 a menos de 200	Mais de 200	total
Arroio do Sal	8	22	13	12	9	3	67
Balneário Pinhal	4	1	2	1	5	4	17
Capão da Canoa	3	5	5	3	6	4	26
Capivari do Sul	5	10	10	12	13	45	95
Caraá	518	603	137	32	11	1	1302
Cidreira	2	4	14	14	9	14	57
Dom Pedro de Alcântara	141	108	12	3	2	0	266
Imbé	3	3	3	1	3	4	17
Itati	136	138	45	14	4	1	338
Mampituba	147	245	47	3	3	0	445
Maquiné	156	225	112	28	9	2	532
Morrinhos do Sul	180	325	71	10	4	2	592
Mostardas	160	183	119	89	77	105	733
Osório	147	204	78	29	31	37	526
Palmares do Sul	11	57	68	35	31	53	255
Tavares	83	269	197	79	46	43	717
Terra de Areia	114	132	37	12	6	0	301
Torres	112	141	68	26	5	0	352

Tramandaí	16	22	11	8	6	6	69
Três Cachoeiras	249	325	85	16	5	1	681
Três Forquilhas	149	181	63	10	2	2	407
Xangri-lá	4	1	0	3	2	6	16

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Agropecuário, 2017. Elaboração própria.

Gráfico 4 - Distribuição das propriedades da agricultura familiar por tamanho de área (em hectares), 2017



Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Agropecuário, 2017. Elaboração própria.

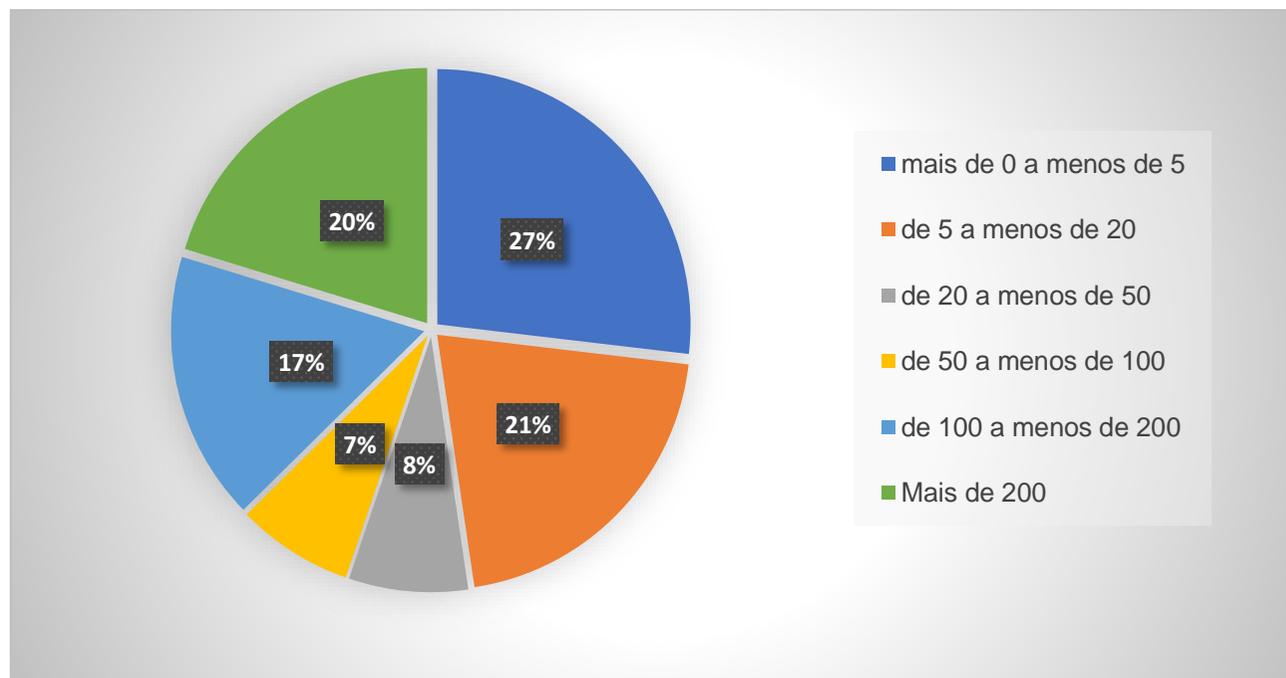
Tabela 12 – Distribuição das propriedades da agricultura familiar por tamanho de área (em hectares), 2017

Municípios	mais de 0 a menos de 5	de 5 a menos de 20	de 20 a menos de 50	de 50 a menos de 100	de 100 a menos de 200	Mais de 200	Total
Arroio do Sal	8	19	12	6	0	0	45
Balneário Pinhal	2	1	1	1	0	0	5
Capão da Canoa	2	0	2	1	0	0	5
Capivari do Sul	4	9	10	8	0	0	31
Caraá	325	518	124	20	0	1	988
Cidreira	2	2	13	8	0	0	25
Dom Pedro de Alcântara	138	106	9	2	0	0	255
Imbé	3	3	3	1	0	0	10
Itati	115	128	43	11	0	0	297
Mampituba	140	238	44	3	0	0	425
Maquiné	150	214	106	18	0	0	488
Morrinhos do Sul	175	309	66	6	0	0	556
Mostardas	95	149	108	78	2	0	432
Osório	128	188	69	17	0	1	403
Palmares do Sul	9	47	64	24	0	0	144
Tavares	71	223	171	72	9	0	546
Terra de Areia	98	108	23	4	0	0	233
Torres	96	123	65	18	0	0	302
Tramandaí	9	16	9	5	0	0	39

Três Cachoeiras	222	304	75	8	0	0	609
Três Forquilhas	117	159	56	8	0	0	340
Xangri-lá	1	1	0	0	0	0	2
Total	1910	2865	1073	319	11	2	6180

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Agropecuário, 2017. Elaboração própria.

Gráfico 5 - Distribuição das propriedades da agricultura não familiar por tamanho de áreas (em hectares), 2017



Fonte: IBGE/Sidra/Censo Agropecuário, 2017. Elaboração própria.

Nota explicativa sobre a legenda (Gráfico 4):

hectares	mais de 0 a menos de 5	de 5 a menos de 20	de 20 a menos de 50	de 50 a menos de 100	de 100 a menos de 200	Mais de 200
percentual	31	46	17	5	0,2	0,03

Tabela 13 - Distribuição das propriedades da agricultura não familiar por tamanho de áreas (em hectares), 2017

Municípios	mais de 0 a menos de 5	de 5 a menos de 20	de 20 a menos de 50	de 50 a menos de 100	de 100 a menos de 200	Mais de 200	Total
Arroio do Sal	0	3	1	6	9	3	22
Balneário Pinhal	2	0	1	0	5	4	12
Capão da Canoa	1	5	3	2	6	4	21
Capivari do Sul	1	1	0	4	13	45	64
Caraá	193	85	13	12	11	0	314
Cidreira	0	2	1	6	9	14	32
Dom Pedro de Alcântara	3	2	3	1	2	0	11
Imbé	0	0	0	0	3	4	7
Itati	21	10	2	3	4	1	41
Mampituba	7	7	3	0	3	0	20
Maquiné	6	11	6	10	9	2	44
Morrinhos do Sul	5	16	5	4	4	2	36
Mostardas	65	34	11	11	75	105	301
Osório	19	16	9	12	31	36	123

Palmares do Sul	2	10	4	11	31	53	111
Tavares	12	46	26	7	37	43	171
Terra de Areia	16	24	14	8	6	0	68
Torres	16	18	3	8	5	0	50
Tramandaí	7	6	2	3	6	6	30
Três Cachoeiras	27	21	10	8	5	1	72
Três Forquilhas	32	22	7	2	2	2	67
Xangri-lá	3	0	0	3	2	6	14
TOTAL	438	339	124	121	278	331	1631

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Agropecuário, 2017. Elaboração própria.

As concentrações de áreas das propriedades rurais da agricultura familiar³³ estão distribuídas da seguinte forma:

Arroio do Sal: o município conta com 45 propriedades rurais. Na faixa entre 5 a menos de 50 hectares, possui 31 unidades rurais ou 69%. Apenas 8 propriedades contam com menos de 5 hectares (18%) e apenas 6 estão situadas na faixa de 50 a 100 hectares (13%).

Balneário Pinhal: poucas propriedades, apenas 6, concentradas em duas faixas distintas. De 0,5 a 2 hectares (2) e de 10 a menos de 50 hectares (2) sem relevância entre as faixas intermediárias de extensão de propriedades. Uma (1) propriedade com mais de 50 hectares e menos de 100 HA e um produtor sem área.

Capão da Canoa: Possui 7 propriedades rurais concentradas em duas faixas de extensão. Entre 0,5 e menos de 2 hectares e de 20 a menos de 100 hectares. De 0,5 a menos de 2 hectares possui 2 unidades; outras 2 propriedades situam-se na faixa de 20 a menos de 50 hectares. Possui ainda uma (1) propriedade entre 50 e menos 100 hectares e 2 produtores sem área.

Capivari do Sul: Num total de 31 propriedades rurais, 25 se situam acima de 10 hectares com concentração de propriedades de mais de 20 HA a menos de 100 hectares, que representam 58% do total das propriedades.

Caraá: num total de 988 propriedades apuradas há prevalência de propriedades na faixa de 5 a 20 HA (518) que representam 52,4% do total de propriedades. Entre 20 e 50 HA a região possui 124 propriedades rurais (12,5%). Acima de 50 HA existem apenas 21 propriedades (2%). As menores propriedades – de 0,1 a 5 HA (325 unidades) correspondem a 32,8% do total de propriedades rurais. E ainda existem 13 produtores sem área, que representam 1%.

Cidreira: o município conta com 25 propriedades rurais, das quais 21 estão na faixa de 20 a 100 hectares (84%). As 4 demais unidades estão situadas em faixas de menor extensão de terras (abaixo de 20 hectares) distribuídas de forma homogênea.

Dom Pedro de Alcântara: a maioria das propriedades rurais estão situadas na faixa de 0,5 a 5 hectares, 138 das 255 unidades apuradas no município (54,1% do total);

³³ Ver no anexo 3, p. 109, dados em formato de tabela.

existem ainda 106 propriedades na faixa de 10 a menos de 20 hectares (41,5%), 9 unidades de 20 a menos de 50 hectares (3,5%) e apenas 2 propriedades de 50 a 100 hectares (0,8).

Imbé: possui apenas 10 áreas, sendo que 4 (40%) estão situadas de 0,5 a 5 hectares, 5 (50%) de 10 a menos de 50 HA e apenas 1(10%) propriedade que conta com mais de 50 hectares de extensão.

Itati: o município abrange 298 propriedades rurais das quais 115 estão situadas na faixa de 0,2 a menos de 5 hectares (38,6%). Há ainda 128 propriedades situadas na faixa de 5 a menos de 20 HA (43%) e 54 áreas que possuem de 20 a menos de 100 hectares (18%). Conta ainda com 1 produtor sem área própria (0,3%).

Mampituba: o município conta com 425 propriedades rurais de agricultura familiar. Distribuídos em 140 propriedades de 0,2 hectares a menos de 5 HA que representam 33% do total. Do total, 238 propriedades se situam na faixa de 5 a menos de 20 hectares (56%) e 47 propriedades possuem mais de 20 hectares e menos de 100 HA (11%).

Maquiné: Das 488 propriedades rurais do município 150 possuem de 0,1 a menos de 5 hectares que correspondem a 30,7% do total de propriedades. Possuem ainda 214 propriedades que possuem de 5 a menos de 20 hectares (43,8%) e 124 unidades que possuem de 20 a menos de 100 HA (25,4%).

Morrinhos do Sul: o município possui 556 propriedades rurais da agricultura familiar. Destas 175 são áreas que possuem de 1 a menos de 5 hectares e correspondem a 31,5% do total de unidades (propriedades); possui ainda 309 propriedades de 5 a menos de 20 hectares (55,6%) e 66 propriedades que possuem de 20 a menos de 50 hectares (11,9) e 6 que possuem mais de 50 e menos de 100 HA (1,08%).

Mostardas: o município possui um total de 435 propriedades rurais da agricultura familiar. Deste total 21,8% são compostas de unidades com áreas entre 0,2 a menos de 5 hectares (95 propriedades); 34,2% (149 unidades) são compostas de propriedades que possuem de 5 a menos de 20 hectares e 108 (24,8%) propriedades possuem entre 20 HA e menos de 50 Hectares; 80 (18,3%) possuem mais de 50 hectares e menos de 200. Aqui se apresentam um número significativo de

propriedades com grandes extensões de terra. Existem ainda no município 3 (0,7%) produtores que não são proprietários de suas áreas de cultivo.

Osório: conta com 403 propriedades rurais da agricultura familiar. Deste total 31,7% unidades se encontra na faixa de propriedades que possuem de 0,1 a menos de 5 hectares, que correspondem a 128 unidades. Na faixa de propriedades de mais de 5 hectares até menos de 20 hectares se concentram o maior número de propriedades, 188 (46,6%); 21,3% das propriedades do município possuem entre 20 a menos de 50 hectares (86 propriedades). O município ainda conta com uma grande propriedade rural na agricultura familiar situada na faixa de 200 ha até menos de 500 ha (0,25%) e um produtor sem área própria.

Palmares do Sul: se caracteriza por propriedades com maiores extensões territoriais. Num total de 144 unidades, apenas 6,25% se situam na faixa de 0,5 a 5 hectares, ou seja, 9 propriedades. As propriedades que possuem de 5 a menos de 20 há (47 unidades) correspondem a 32,6% do total; Do total 88 propriedades possuem de 20 a menos de 100 hectares, 61%, onde a prevalência se dá em propriedades de 20 a menos de 50 nessa faixa (64 das 88 propriedades). Conta ainda com 3 produtores sem área própria.

Tavares: o município conta com 546 propriedades rurais. Destas 71 (13%) possuem de 0,2 a menos de 5 hectares de extensão. As propriedades de 5 a menos de 20 hectares representam 40,8% (223 áreas) do total. Na faixa de propriedades com 20 ha a menos de 50 ha, existem 171 unidades de produção da agricultura familiar, que representam 31,3% do total. Propriedades de 50 a menos de 200 hectares representam 14,8% (81).

Terra de Areia: o município abrange um total de 232 propriedades rurais da agricultura familiar. Destas 97 possuem entre 0,5 a menos de 5 hectares (41,8%); entre 5 e menos de 20 hectares foram encontradas 108 propriedades (46,5%) e de 20 a menos de 100 hectares existem 27 unidades (11,6%).

Torres: possui 302 propriedades rurais da agricultura familiar, sendo que as propriedades estão situadas entre menos de 0,1 hectare a 5 HA representam 31,8% (96 unidades) do total. Propriedades de 5 ha a menos de 20 ha representam 40,7% (123) e de 20 a menos de 100 hectares representam 27,5% (83 propriedades) do total.

Tramandaí: nesse município existem 39 propriedades rurais, sendo que 9 áreas possuem entre 0,2 a menos 5 hectares (23%); conta ainda com 16 propriedades que possuem entre 5 a menos de 20 hectares (41%) e 14 unidades que estão situadas na faixa de 20 a menos de 100 hectares (36%).

Três Cachoeiras: o município conta com 609 propriedades da agricultura familiar. Deste total 222 possuem de 0,1 a menos de 5 hectares e representam 36,5%; as propriedades com 5 ha e menos de 20 hectares representam 49,9% (304 propriedades) e ainda de 20 a menos de 100 hectares existem 83 unidades (13,6%).

Três Forquilhas: o município conta com 340 propriedades da agricultura familiar, sendo que desse total as propriedades com menos de 0,1 a menos de 5 hectares representam 34,4% no total que correspondem a 117 unidades. De 5 a menos de 20 hectares o município conta com 159 propriedades (46,7%) e as propriedades com mais de 20 hectares e menos de 100 ha representam 18,8% (64 propriedades).

Xangri-lá: possui apenas 02 propriedades rurais; 1 propriedade possui de 1 a 2 hectares; uma propriedade com 10 a menos de 20 hectares e 2 produtores sem área.

As concentrações de áreas das propriedades rurais da agricultura não familiar³⁴ estão distribuídas da seguinte forma nos municípios pesquisados:

Arroio do Sal: o município conta com 4 propriedades rurais concentradas na faixa entre 5 a menos de 50 hectares, que representam 18,1%. Entre 50 a menos de 100 hectares existem 6 propriedades que representam 27,3%. De 100 a menos de 200 existem 9 propriedades (40,9%). Entre 200 a menos de 500 hectares são 3 propriedades (13,6%). Total de 22 propriedades rurais.

Balneário Pinhal: Até 5 hectares existem 2 propriedades rurais, que representam 16,7% do total. Entre 20 a menos de 50 hectares uma única propriedade (8,3%); Além destas possui 5 propriedades na faixa de 100 a menos de 200 hectares (41,7%). Entre 200 a menos de 10.000 hectares possui 4 propriedades (33,3%). Total de 12 unidades.

Capão da Canoa: possui apenas 1 propriedade de até 5 hectares que representa 4,8% e outra (1) entre 5 a 10 Ha (4,8%). Entre 10 a menos de 20 ha, possui 4 unidades,

³⁴ Ver no anexo 3, p. 109, dados em formato de tabela.

19%. Entre 20 a menos de 50 ha são 3 unidades, 14,3%. De 50 a menos de 100 hectares são 2 unidades (9,5%) De 100 a menos de 200 ha possui 6 propriedades, 28,6%, e na faixa de 200 a menos de 2.500 ha, possui 4 propriedades, 19,1%. Total de 21.

Capivari do Sul: Num total de 64 propriedades rurais, somente 1 tem extensão de menos de 5 hectares e 1 na faixa de 10 a menos de 20 hectares, que juntas representam 3,2% do total. De 50 a menos de 100 hectares são 4 propriedades (6,3%); entre 100 a menos de 200 ha existem 13 unidades que representam 20,3%. Entre 200 a menos de 500 o município possui 24 propriedades (37,5%) e 21 propriedades entre 500 a menos de 10.000 hectares que representam 32,9% do total.

Caraá: num total de 314 propriedades apuradas há prevalência de propriedades na faixa até 5 hectares, 193 que representam 61,5% do total de propriedades. Entre 5 a menos de 10 hectares são 57 unidades (18,2%). De 10 a menos de 20 hectares são 28 unidades (8,9%). Entre 20 e menos de 50 HA possui 13 propriedades rurais (4,1%). Entre 50 HA a menos de 100 existem apenas 12 propriedades (3,8%) e as 11 propriedades restantes se encontram na faixa de 100 a menos de 200 hectares (3,5%).

Cidreira: o município conta com 32 propriedades rurais. Não possui nenhuma unidade com menos de 5 hectares. Possui 1 unidade de 5 a menos de 10 hectares e 1 (uma) de 10 a menos de 20 hectares, que representam juntas 6%. Entre 20 a 50 hectares possui 1, (3%). De 50 a menos de 100 hectares, possui 6 unidades (19%); entre 100 a menos de 200 hectares, 9 propriedades (28%); de 200 até menos de 10.00 ha, são 14 unidades que juntas representam (44%).

Dom Pedro de Alcântara: Num total de 11 propriedades estão situadas na faixa de 0,5 a menos de 5 hectares, 3 unidades (27,3%); existem ainda 2 propriedades na faixa de 10 a menos de 20 hectares (18,2%), 3 unidades de 20 a menos de 50 hectares (27,3%); apenas 1 propriedade de 50 a 100 hectares (9,1%) e entre 100 a menos de 200 ha, existem 2 unidades (18,2%).

Imbé: possui apenas 7 áreas, sendo que 3 (43%) estão situadas entre 100 a menos de 200 hectares e 4 (57%) entre 200 a menos de 500 hectares de extensão.

Itati: conta com 41 propriedades rurais das quais 21 estão situadas de menos de 5 hectares (51,3%); de 5 a menos de 20 hectares são 10 unidades (24,4%); 2 propriedades de 20 a menos de 50 hectares (4,9%); 3 na faixa de 50 a menos de 100 ha (7,3%); 4 unidades entre 100 a menos de 200 ha (9,8) e apenas 1 propriedade entre 200 a menos de 500 ha (2,4%).

Mampituba: conta com 20 propriedades rurais. Com menos de 5 ha são 7 propriedades que representam 25% do total. Possui ainda 3 unidades (15%) entre 5 a menos de 10 hectares; entre 10 a menos de 20 ha possui 4 unidades (20%); 3 propriedades entre 20 e menos de 50 hectares (15%) e 3 propriedades na faixa de 100 a menos de 200 ha (15%). Não existentes propriedades em outras faixas de extensão de áreas.

Maquiné: conta com 44 propriedades rurais. São 6 que possuem menos de 5 hectares que correspondem a 13,6% do total; 2 propriedades entre 5 e menos de 10 (4,5%). Possui ainda 9 propriedades que possuem entre 10 a menos de 20 hectares (20,5%); 6 entre 20 a menos de 50 hectares (13,6%); entre 50 e menos de 100 ha, são 10 unidades (22,7%); 9 unidades entre 100 a menos de 200 (20,5%) e 2 propriedades situadas entre 200 a menos de 500 hectares (4,5%).

Morrinhos do Sul: o município possui 36 propriedades rurais. Destes 5 são áreas que possuem menos de 5 hectares e correspondem a 14% do total de unidades (propriedades); possui ainda 9 propriedades de 5 a menos de 10 hectares (25%) e 7 propriedades que possuem de 10 a menos de 20 hectares (19,4%); possui 5 propriedades que possuem de 20 a menos de 50 hectares (14%). Entre 50 a menos de 100 ha, são 4 propriedades (11%) e outras 4 de 100 a menos de 200 ha (11%). Entre 200 e menos de 1.000 hectares possui apenas 2 propriedades rurais (5,6%).

Mostardas: o município possui um total de 301 propriedades rurais da agricultura não familiar. Deste total 65 são compostas de unidades com áreas de menos de 5 hectares (21,6%); conta com 34 unidades que possuem de 5 a menos de 20 hectares (11,3%); 11 propriedades possuem entre 20 ha e menos de 50 hectares (3,7%) e mais 11 (3,7%) entre 50 hectares e menos de 100. Na faixa de 100 a menos de 200 hectares são 75 propriedades (25%) e na faixa de 200 ha até 10.000 hectares são 105 propriedades que representam 35% do total.

Osório: conta com 123 propriedades rurais. Deste total 15,5% unidades se encontram na faixa de propriedades que possuem menos de 5 hectares, que correspondem a 19 unidades. Na faixa de propriedades de mais de 5 hectares e menos de 20 hectares existem 16 propriedades (13%); 9 propriedades do município possuem entre 20 a menos de 50 hectares (7,3%); 12 unidades de 50 a menos de 100 hectares (9,8%); 31 propriedade entre 100 a menos de 200 ha (25,2%). Entre 200 e menos de 10.000 hectares são 36 propriedades (29,2%).

Palmares do Sul: Num total de 111 unidades, apenas 1,8%, ou 2 propriedades se situam na faixa de menos de 5 hectares. Entre 5 e menos de 10 hectares existem 6 propriedades (5,4%); 4 propriedades se situam na faixa de 10 e menos de 20 ha (3,6%) e outras 4 (3,6%) entre 20 a menos 50 hectares. Existem ainda 11 propriedades rurais na faixa de extensão de 50 a menos de 100 hectares (10%); 31 unidades entre 100 a menos de 200 hectares (28%); São 53 propriedades que possuem de 200 ha até de 10.000 (47,7%) do total.

Tavares: o município conta com 171 propriedades rurais. Destas apenas 12 (7%) possuem menos de 5 hectares de extensão; 46 propriedades possuem de 5 a menos de 20 hectares (27%); na faixa de 20 a menos de 50 ha, existem 26 unidades que representam 15,2%; entre 50 a menos de 100 hectares existem 7 unidades (4,1%). Entre 100 a menos de 200 hectares existem 37 propriedades (21,6%); entre 200 a 10.000 hectares o município possui 43 propriedades (25,2%).

Terra de Areia: o município abrange um total de 68 propriedades rurais. Destas 16 possuem menos de 5 hectares (23,5%); entre 5 e menos de 10 hectares foram encontradas 13 propriedades (19%) e de 10 a menos de 20 hectares existem 11 unidades (16,2%); na faixa de 20 a menos de 50 ha, existem 14 unidades (20,6%); de 50 a menos de 100 hectares, 8 propriedades (11,8%) e 6 propriedades na faixa de 100 a menos de 200 hectares (8,8%).

Torres: possui 50 propriedades rurais, sendo 16 as propriedades que possuem menos de 5 hectares (32%) do total; 10 propriedades de 5 ha a menos de 10 ha representam (20%); 8 unidades de 10 a menos de 20 ha (16%); 3 propriedades entre 20 e menos de 50 hectares (6%); 8 unidades entre 50 a menos de 100 hectares (16%) e 5 propriedades situadas na faixa de extensão de 100 a menos de 200 ha (10%).

Tramandaí: nesse município existem 30 propriedades rurais da agricultura não familiar. Deste total 7 propriedades possuem menos 5 hectares (23,3%); conta ainda com 6 propriedades que possuem entre 5 a menos de 20 hectares (20%) 2 unidades que estão situadas na faixa de 20 a menos de 50 hectares (6,7%) e 3 que possuem de 50 a menos de 100 ha (10%); 6 propriedades de 100 a menos de 200 hectares (20%) e 6 propriedades entre 200 e menos de 2.500 hectares (20%).

Três Cachoeiras: o município conta com 72 propriedades. Deste total 27 possuem menos de 5 hectares e representam 37,5%; 21 propriedades com 5 ha e menos de 20 hectares representam 29,2%; 10 unidades de 20 a menos de 50 ha (13,9%); 8 propriedades de 50 a menos de 100 hectares (11,1%) e ainda 6 propriedades de 100 a menos de 200 hectares (8,3%).

Três Forquilhas: o município conta com 67 propriedades da agricultura não familiar. Destas 32 propriedades tem menos de 5 hectares de área (48%); 22 propriedades de 5 a menos de 20 ha (33%); 7 propriedades de 20 a menos de 50 hectares (10%); 2 propriedades de 50 e menos de 100 hectares (3%); 2 unidades na faixa de 100 a menos de 200 hectares (3%) e outras 2 (3%) entre 200 e menos de 500 hectares.

Xangri-lá: possui apenas 14 propriedades rurais, 3 destas se situam na faixa de menos de 5 hectares (21,3%); 3 propriedades com 50 a menos de 100 hectares (21,4%); 2 que estão na faixa de 100 a menos de 200 hectares (14,3%) e, 6 propriedades com 200 a menos de 500 hectares (42,9%).

Quanto a Extração Vegetal e a Silvicultura, apurou-se que são praticadas em um número reduzido de municípios da região, segundo o Censo Agropecuário de 2017³⁵. Na Silvicultura, de tipologia agricultura familiar, destacam-se os municípios:

- Caraá, onde 82% do valor da produção é proveniente de atividade empreendida em áreas de 5 a menos de 20 hectares;
- Em Osório, 92% da renda proveniente da atividade é oriunda do trabalho em terras de 10 a menos de 20 hectares;

³⁵ Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Agropecuário, (2017).

- Em Mostardas a silvicultura de tipologia agricultura familiar tem a participação da renda total da atividade (30%) desenvolvida em áreas de maior extensão, de 10 a menos de 100 hectares;
- Tavares tem 55% da renda da atividade silvicultura da agricultura familiar desenvolvida em áreas de 10 a 50 hectares e 33% da renda provenientes de áreas de 50 a menos de 200 hectares.

Na Silvicultura, de tipologia agricultura não familiar, destacam-se:

- Capivari: o total do valor da produção está concentrado (não foi possível estipular percentual por classe de tamanho) em áreas entre de 100 a menos de 2500 hectares;
- Caraá: 75% do valor proveniente da produção em silvicultura provém de atividade desenvolvidas em áreas de 3 a menos de 50 hectares;
- Mostardas: em torno de 63% do total do valor da produção é oriundo da atividade em áreas de **2.500 a menos 10.000** hectares; o restante é oriundo de áreas acima de 100 e menos de 2500 hectares;
- Osório: em torno de 60% do valor da produção é proveniente de atividade desenvolvida em áreas entre 100 a menos de 1.000 hectares;
- Palmares: em torno de 68% do total do valor da produção, é oriundo de áreas de 500 a menos de 2500 hectares.
- Tavares: em torno de 30% do valor da produção é proveniente das atividades desenvolvidas em área entre 100 a menos de 500 hectares e 14% é proveniente da classe de 5 a menos de 50 hectares; o restante do valor que completa 100% não foi possível classificar por classe de extensão de área.

Da mesma forma a atividade de Extração Vegetal é desenvolvida em um pequeno número de municípios. Destacam-se, pela tipologia agricultura familiar:

- Caraá: onde 67% do valor da produção é oriundo de áreas entre de 10 a menos de 20 hectares e 33% de 20 a menos de 50 hectares;
- Itati: 100% do valor da produção provém de atividades em áreas de 20 a menos de 50 hectares.

Para a tipologia de Extração Vegetal praticada pela agricultura não familiar não foram encontrados dados relevantes em nenhum dos municípios do Litoral Norte.

Capítulo 3 Litoral Norte: Uma região? Três regiões?

A narrativa que corriqueiramente é empreendida sobre o Litoral Norte do Rio Grande do Sul, principalmente pelos meios midiáticos e políticos, leva a crer que esta região possui um grau considerável de homogeneidade entre seus diversos espaços, estabelecido a partir da paisagem praiana.

A porção espacial praiana por certo foi, e é, um fator inegável de atrativo para o turismo sazonal e influenciou o crescimento demográfico daqueles municípios que trilharam essa escolha utilizando os aspectos naturais existentes junto a orla marítima; é importante considerar, também, o papel exercido pela capital, Porto Alegre e a região metropolitana, como demandantes de espaços de turismo à beira-mar.

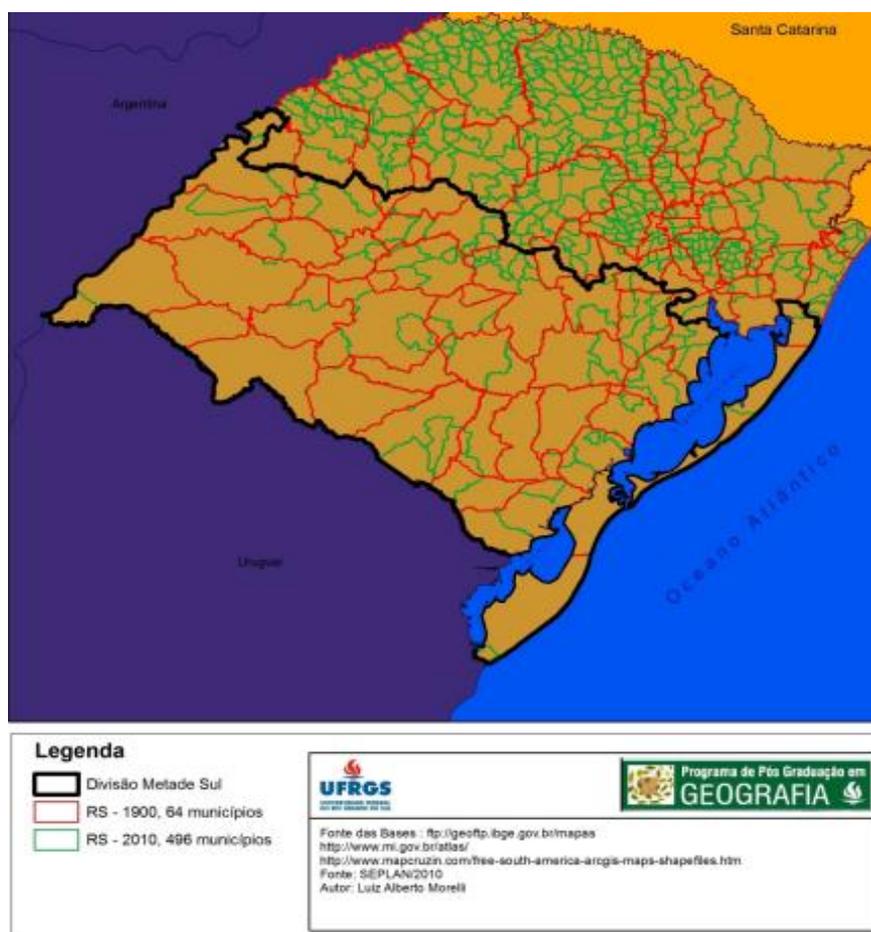
No entanto, a região abrange porções distintas, marcadas pela heterogeneidade, quanto aos seus usos e funções. A formação histórico-econômica desta região nos aponta para diversas realidades, dado o Litoral Norte possuir formações econômicas iniciais distintas, empregando em cada porção usos que podem ser verificados até a atualidade. Constata-se que há três dinâmicas, marcadamente espacializadas, resultantes das atividades prevaletentes em cada porção deste espaço.

A atividade inicial do estado, assim como do país, foi voltada à atividade agropecuária. No RS por suas peculiaridades territoriais, em extensão, colonização e escolhas políticas, se consolidou como um estado fortemente voltado a essa atividade. Mas a forma de ocupação interna desse espaço se diferenciou ao longo do tempo, principalmente no que diz respeito à estrutura fundiária e às relações sociais de trabalho.

Na etapa colonial, ocorre a ocupação do sul do estado, imprimindo à região, características como a estrutura fundiária baseada na grande propriedade, uso e ocupação da terra baseado na pecuária, tendo como consequência uma baixa densidade demográfica com os núcleos urbanos mais distantes uns dos outros, pouca diversificação da matriz econômica, com pouca distribuição de renda. Na etapa do Império ocorre a ocupação do norte do estado, impulsionado basicamente, pelas imigrações estrangeiras imprimindo à região características como a estrutura fundiária baseada na pequena e na média propriedade, no uso e ocupação do solo baseado na policultura, tendo como consequência uma densidade demográfica maior, com núcleos urbanos mais próximos uns dos outros e diversificação da matriz econômica com evolução para agroindústrias com distribuição maior da renda (MORELLI, 2011, p. 79).

Se considerarmos que no corte de linha imaginária que se realiza sobre o mapa do RS, dividindo a mesorregião em duas – sul e norte – encontraremos o Litoral Norte dividido. Abrangidos pela mesorregião norte encontram-se os municípios, com orla marítima ou não, a partir do município de Balneário Pinhal (inclusive), em direção norte. Em direção ao sul, a partir deste corte que divide o mapa das duas metades, estão abrangidos os municípios de Capivari do Sul, Palmares do Sul, Mostardas e Tavares.

Figura 7 - Recorte (linha imaginária) da Metade Sul e Metade Norte do RS



Fonte: MORELLI (2011, p. 27).

Figura 8 - Mapa do Litoral Norte do RS para comparativo com as áreas da Metade Sul e Metade Norte do RS



Fonte: <https://rotaseroteiros.com.br/rota-litoral-norte-gaucha/>

Na porção ao sul se evidencia – pela estrutura fundiária existente nos municípios – que essas localidades apresentam dinâmica semelhante àquelas que caracterizam a “Metade sul”. Diferentemente da porção interior (que não possui orla) próxima à Encosta da Serra, onde prevalecem as pequenas e médias propriedades rurais e em grande número de unidades, majoritariamente do tipo classificado como agricultura familiar, e com características de serviços voltadas à subsistência de moradores fixos.

Quanto a porção praiana, voltada preponderantemente às atividades econômicas ligadas ao turismo, é importante destacar que a mesma também não possui homogeneidade, ainda que prevaleçam os serviços voltados para as atividades sazonais e de veraneio. As praias situadas em municípios da porção ao sul, são destino de estratos sociais ou de moradia fixa de pessoas de menor poder aquisitivo quando comparadas às praias situadas em municípios na porção em direção norte.

Nesse caso, essa realidade fica evidenciada pelo detalhamento realizado no capítulo anterior, sobre os tipos de serviços que prevalecem. Serviços como restaurantes, hospedagem, paisagismos e aqueles voltados à construção civil e de atividades imobiliárias são preponderantes na porção ao norte.

Utilizando-se ainda do conceito de metade sul e metade norte do estado, onde o litoral norte do Rio Grande do Sul é cortado, Morelli (2011) aponta que na formação inicial da atividade agropecuária no estado a porção norte se caracterizou por uma estrutura fundiária de pequenas propriedades rurais, diversificada, com base na força de trabalho familiar, voltada a subsistência e ao mercado consumidor local/regional, alta densidade populacional e proximidade dos núcleos urbanos.

Diferentemente, a metade sul do estado foi inicialmente caracterizada por estrutura fundiária de grandes propriedades rurais, produção extensiva, mercado consumidor nacional, força de trabalho escravo e assalariado (posteriormente), baixa densidade populacional e núcleos urbanos dispersos (Morelli, 2011)³⁶

O sul do estado foi a primeira porção do espaço geográfico do Rio Grande do Sul a ser ocupada, e ao longo do processo histórico vem sendo associada socioeconomicamente ao latifúndio, em sua forma e função. Generalizando, a forma ficou associada à grande propriedade e ao latifundiário e a função à matriz produtiva ou atividade econômica baseada inicialmente na pecuária extensiva e posteriormente nas lavouras comerciais de arroz e soja (...) os ciclos econômicos baseados em monoculturas no sul do estado apresentaram ao longo de seus processos, dificuldades de comercialização, de produção, de uso e manejo do solo, entre outras, sendo superados economicamente pelo processo de desenvolvimento da policultura familiar e seus desmembramentos praticados no norte do estado, ocorrendo uma diferenciação socioeconômica. As características físicas, sociais, culturais e identidades regionais, influenciadas pela estrutura fundiária e pelas dinâmicas demográficas de ocupação do território podem ter sido decisivos nas diferenciações socioeconômicas percebidas atualmente entre as metades norte e sul do estado (MORELLI, 2011, p. 80).

Buscando as raízes históricas iniciais que caracterizaram essas porções destacamos também os trabalhos de Molet (2013 e 2014), sobre o “litoral negro” do Rio Grande do Sul. Segundo pesquisa da autora - que remete ao século XIX, para mapear as comunidades quilombolas do litoral no Rio Grande do Sul - a partir de São José do Norte e áreas posteriormente desmembradas, em que hoje se situam os municípios de Palmares do Sul e Tavares.

³⁶ Com base em Morelli (2011, p. 77): Quadro 3 “características socioeconômicas entre a metade norte e metade sul do Rio Grande do Sul no período de 1822 a 1889”.

O “litoral negro” do Rio Grande do Sul é formado por uma faixa de terras situada entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, compreende as cidades de São José do Norte, Tavares, Mostardas e Palmares do Sul. Atualmente, nesta região, há oito comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares: Vila Nova em São José do Norte; Capororocas, Anastácia Machado e Vó Marinha em Tavares; Casca, Colodianos e Teixeiras em Mostardas; Limoeiro em Palmares do Sul (MOLET, 2013, p. 01).

Nesta região concentrou-se o trabalho de negros escravizados em grandes extensões de terras, que permaneceu também nas condições de trabalhadores negros forros. Segundo Molet (2013, p. 10) “O litoral sulino foi marcado pela presença de trabalhadores escravizados que atuaram nas diversas fazendas da região (...) a mão de obra escrava foi muito importante no litoral, pois atuou em várias atividades”.

A historiografia rio-grandense produzida no período compreendido entre 1930 e 1960 trazia o mito da democracia pastoril, pois ressaltava a extrema liberdade dos escravos e a pouca importância do trabalho dos mesmos (...) há uma tendência na tradição e na historiografia regional do Rio Grande do Sul em representar o habitante sulino na figura de um único tipo social que é o gaúcho, o cavaleiro e o peão da estância e desse modo há uma desvalorização do negro e do índio (MOLET, 2013, p. 04-05).

Já na metade norte do estado, incluindo aquela porção que viria a se tornar uma parte da região Litoral Norte prevaleceu o trabalho livre de colonização europeia nas pequenas propriedades destinadas a esses trabalhadores.

(...) os primeiros colonos alemães chegados no Litoral Norte, em 1826, eram divididos em católicos e evangélicos, nos quais os primeiros formaram a colônia de São Pedro (atual Dom Pedro de Alcântara), enquanto o segundo grupo forma a colônia de Três Forquilhas que se transformaria no atual município de mesmo nome (...) por volta de 1890, chegam os italianos, incentivados pelo imperador D. Pedro II, com o propósito de ampliar a agricultura familiar em áreas devolutas, além de oferecer resistência a possíveis investidas estrangeiras; advindos do norte da Itália, onde as condições de miserabilidade na época eram imensas (...) inicialmente, ocuparam a região onde hoje é o município de Caraá e estenderam-se a Maquiné (Strohaecker, 2007), onde difundiram novos elementos à cultura regional, principalmente por ocuparem relevos mais altos exigindo cultivo específico. O surgimento de pequenas comunidades, mais tarde vilarejos, era crescente. Concomitantemente, as estâncias, também se multiplicaram e a região, agora mais habitada, passa a exigir melhor infraestrutura, em especial, escolas e atendimento médico. A expansão da agricultura no Litoral Norte, através do desenvolvimento de novas culturas, de novas técnicas e de novos meios de ocupação do espaço, foi a principal contribuição dos europeus. Seus laços sociais no tempo difundiram a cultura de suas colônias no desenvolvimento da região (RAMOS, 2014, p. 43-44).

Quanto as etnias indígenas no Litoral Norte do RS, algumas das presenças documentadas são as etnias Carijó e Araxã, exterminadas no processo de ocupação

e uso comercial dos seus territórios e as etnias Guarani, Xokleng e Kaingang (CUNHA, 2012). Cunha (2012) destaca que as pesquisas sobre essas presenças étnicas, assim como, sobre o LN propriamente, ainda carecem de maiores pesquisas e valorização desse tema por parte da produção historiográfica.

A parca importância econômica e populacional do LNRS, até meados do século XX, teve como consequência a pouca atenção que lhe dispensou a historiografia geral do Rio Grande do Sul. É somente com a popularização do rodoviarismo, a partir dos anos 1950, e da utilização da beira-mar como lazer, que o LNRS passa a ganhar algum destaque no cenário gaúcho (CUNHA, 2012, p. 28).

Dada a natureza do “trabalho” indígena, voltado a própria subsistência e desprovido do intento de acumulação capitalista, a mão de obra quando utilizada não se fazia indiscriminadamente em relação a todos os povos presentes no litoral norte, pois, havia grande dificuldade aos colonizadores em absorver para as atividades então existentes. Quando existia, essa mão de obra poderia ser escrava ou não e, incidente sobre algumas etnias e não sobre outras. Quanto a isso Cunha (2012) ressalta sobre os Xokleng,

(...) sempre foram vistos como agressivos e de submissão praticamente impossível. Eram nômades ou seminômades, viviam em pequenos grupos dispersos, falavam uma língua emaranhada e não possuíam maiores tradições de trabalhos agrícolas. Sob a ótica da exploração colonial, esses indígenas eram indivíduos não produtivos, ou pessoas de quem não se podia extrair qualquer colaboração (CUNHA, 2012, p. 87). O Xokleng não interessava ao projeto colonizador porque desconheciam o trabalho sedentário e também por não ser produtor de algo comercializável. Mais do que isso, porém, sua exclusão se deu porque o que estava em jogo era a posse de suas terras a partir de 1773 (CUNHA, 2012, p. 18).

A expansão das ocupações territoriais sob as áreas originalmente ocupadas pelas etnias indígenas, para fins comerciais/econômicos, gerou conflitos constantes e promoveram o deslocamento desses povos para as partes interiorizadas do RS, afastando-as cada vez mais da porção litorânea do estado. A imigração alemã que ocorreu entre 1824 e 1889, teve seus assentamentos, designados pelo governo, sobretudo em terras tradicionais Kaingang, que deram origem as colônias como as de São Leopoldo, Feliz, Mundo Novo, Bom Princípio, São Pedro de Alcântara de Torres, Três Forquilhas, entre outras (Becker, 1995; Marcon, 1994) (CUNHA, 2012).

Para o autor “O fato de não encontrarmos notícias sobre conflitos entre índios e criadores de gado no século XVIII, na área que estamos analisando, não significa que eles não pudessem ter ocorrido, pois a fronteira étnica já estava mais do que posta” (CUNHA, 2012, p. 89). De forma que o uso intensivo dessa mão de obra era dificultado por conflitos incessantes, desde o avanço sobre suas terras, no início do século XIX,

(...) o grupo humano que avançava sobre o território indígena no LNRS, no início do século XIX, já era, de certa forma, um velho conhecido dos autóctones. Os brancos já vinham sendo observados há mais de dois séculos, em virtude da proximidade da área Xokleng do Atlântico. Também eram temidos, principalmente pelo poder de suas armas de fogo e pela extraordinária eficiência de seus objetos cortantes de ferro. Conheciam-no pelas suas constantes tentativas de escravizá-los, pelo uso de seu território pelos tropeiros e criadores de gado, assim como pelas iniciativas de religiosos que cogitaram catequizá-los (CUNHA, 2012, p. 91).

Para a compreensão da permanência de traços originários da formação econômica e sócio-espacial nas atuais disparidades encontradas no litoral norte, utilizamos aqui o conceito de *rugosidades* de Santos (2006, p. 92), que nos diz “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”.

Nesse sentido entendemos que a região pesquisada forma um espaço diverso, com porções peculiares a sua formação e a distribuição de seus fatores, que influenciadas por condições pré-existentes, naturais ou construídas, constitui-se como uma variável significativa que pode influenciar na concentração de riqueza, portanto, no fenômeno da desigualdade.

Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. Para o tempo atual, os restos do passado constituem aquela espécie de "escravidão das circunstâncias anteriores" de que falava John Stuart Mill. É nesse sentido que falamos da inércia dinâmica do espaço (Santos, 1985). As divisões anteriores do trabalho permitem rever as formas herdadas segundo uma lógica que as restabelece no momento mesmo de sua produção. As rugosidades, vistas individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados. O meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais. Desse modo, o meio ambiente construído se contrapõe aos dados puramente sociais da divisão do trabalho. Esses conjuntos de formas ali estão à espera, prontos para eventualmente exercer

funções, ainda que limitadas por sua própria estrutura. O trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer. A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas (SANTOS, 2006, p. 92).

Colabora com essa abordagem Lencioni (2020), que - fundamentada em Harvey (2007) - argumenta que as estruturas geográficas não são um dado a priori, mas, produzidas no processo social e que os espaços e diferentes formas de espacialidades são criadas pelo processo de acumulação de capital.

Nos diz a autora “A produção do espaço no capitalismo se constitui como um processo social que incorpora a natureza como um recurso para o capital. Portanto, despe-se a natureza do seu sentido estritamente natural para incorporar, também, o sentido social” (LENCIONI 2020, p.05). A produção dessas espacialidades, decorrentes destes processos, comandados pelas relações sociais de produção e acumulação de capital, seriam, portanto, o fenômeno que conduz a formação de um desenvolvimento geográfico desigual (LENCIONI 2020).

Para Santos (2003) a totalidade do espaço deve ser compreendida na abrangência das várias dimensões que o constituem, os tempos e as escalas, as estruturas, compreendendo que novas formas, dado o momento histórico, representam os modos usuais de produção, salientando que essa dinâmica se constitui como um todo, indissociável, afastando a ideia de uma análise vertical, rígida, ordenada, por vezes concebida pelo estruturalismo.

O ponto essencial é que as categorias estrutura, função e forma, bem como a de processo (tempo e escala), são indissociáveis tanto enquanto categorias analíticas como enquanto categorias históricas. Elas são as categorias que definem a totalidade concreta, a totalidade em seu processo permanente de totalização. Não obstante, as relações entre estas categorias são muitas vezes vistas como uma ordem rígida, inalterável, como uma verticalidade, à maneira estruturalista. Vale dizer, a forma é sempre pensada como algo a ser comandado: comandado pelo processo, pela função, pela estrutura, quer em separado, quer conjuntamente. (...) Em cada momento histórico as novas formas representam o modo usual de produção. Mas é a formação socioeconômica que lhes dá sua significação real-concreta dentro do sistema. As formas não constituem apenas uma figura de matéria vagamente percebida; elas são uma figura matéria que comporta uma finalidade a ser cumprida. Todas as formas são dotadas de uma estrutura técnica que compromete o futuro. Isto se torna ainda mais intenso no presente período tecnológico (SANTOS, 2003, p. 200).

Com base nas disparidades intrarregionais apresentadas, propomos aqui um outro olhar sobre a região considerando três porções espaciais distintas, fundamentadas nos elementos de prevalência das atividades econômicas, bem como, de apropriação da terra voltada às atividades rurais. Ressalta-se que, pelos dados socioeconômicos apresentados, consideramos que essas porções apresentam, de modo geral, contradições no que tange ao desenvolvimento, uma vez que, como já destacamos nos dados, toda a região apresenta um baixo rendimento dos residentes, (aferido em salários-mínimos), bem como, em relação ao fator Educação³⁷, sobretudo, nas áreas rurais.

Neste estudo, foram considerados fatores além da renda propriamente, mensurada pelas fontes utilizadas, mas de forma indireta, se considerou a propriedade da terra como uma variável importante para considerar a concentração da riqueza. Nesse sentido, há evidências de maior igualdade na **porção interiorizada situada ao norte**, já que existe uma desconcentração da propriedade rural, um setor de serviços preponderantemente voltado as comunidades residentes, uma variação importante no IDHM acompanhado de uma redução significativa do índice de desigualdade/GINI, bem como, a presença de uma relevante atividade agroindustrial.

Na **porção praiana** se evidenciam importantes contrastes. Além da baixa ocupação e renda dos trabalhadores, do pouco número de propriedades rurais (em comparação ao restante do LN), observa-se um setor de serviços/comércio que prioritariamente está voltado ao atendimento do turismo sazonal além de uma pujante atividade de construção civil para atender a demanda de férias e/ou segunda residência³⁸ de populações que se deslocam de outras regiões do estado.

³⁷ Ressaltamos sobre essa questão que a educação formal, que considera anos de estudo em instituições de ensino, no que tange a população rural exige considerações distintas daquelas voltadas à população urbana. Qual influência desta variável sobre a técnica e conseqüentemente a renda do trabalhador rural? Considerando que em todos os municípios há populações ligadas as atividades urbanas e que as apurações consideram o fator educação como variável componente do desenvolvimento humano municipal para o conjunto dos residentes, bem como, as limitações dessa pesquisa, deixamos aqui como uma questão a ser investigada em outro trabalho.

³⁸ É necessário dizer que poderá ainda, ocorrer diferenciações importantes na complexidade das atividades produtivas voltadas ao turismo praiano, quando comparados os diversos municípios atualmente voltados ao turismo. Ainda que, grosso modo, a atividade de construção civil seja relevante nesta porção, bem como os serviços, há que se considerar que àqueles municípios considerados “pólos” de turismo tendem a atender uma demanda maior e com maior capacidade financeira que os demais. A quantidade e qualidade de construção civil que ocorre, por exemplo, em Xangri-lá corresponde a mesma que ocorre em Balneário Pinhal? Essa é uma questão não respondida aqui e que demanda novas pesquisas, mas que nos parece relevante quando consideramos as diferenciações “norte e sul” da região.

Em relação a **porção situada ao sul**³⁹ do LN, há evidências de concentração de recursos, dada a base na estrutura fundiária existente, com uma maior quantidade de grandes propriedades rurais e a pouca complexidade envolvendo essas atividades, pois há baixa industrialização da produção e relevante atividade extrativista. O setor de serviços nessa porção adquire características complementares as atividades agropecuárias da região, por exemplo, a atividade de transporte rodoviário de cargas e demais serviços ligados a esta atividade, detalhados nas páginas 62 a 67.

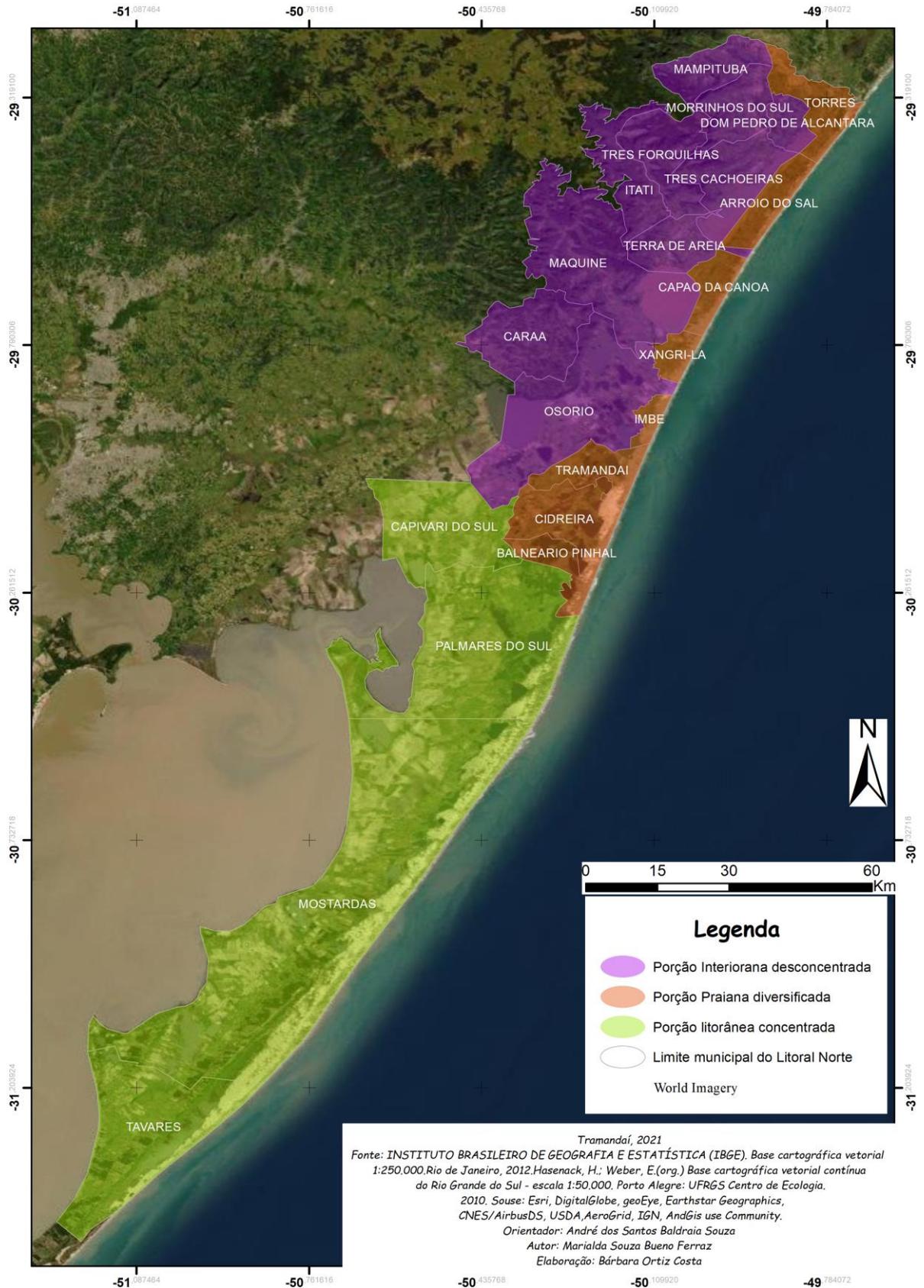
³⁹ Nesta pesquisa consideramos essa porção interiorizada ainda que possua orla, uma vez que a atividade de turismo praiano não se destaca como atividade relevante na dinâmica econômica dos municípios em questão.

Quadro 1 - Proposta de Regionalização

Porção Interiorizada desconcentrada com base em agricultura, agroindústria e serviços	Porção Interiorizada concentrada com base em agricultura e serviços decorrentes	Porção Praiana diversificada, urbana, com base em serviços
Características: grande número de pequenas e médias propriedades rurais, de tipologia familiar; agroindústrias; serviços voltados a moradores fixos.	Características: médias e grandes propriedades rurais; serviços voltados a escoamento da produção agropecuária e extrativista	Características: serviços (incluído o comércio) voltados ao turismo praiano e o atendimento de contingentes sazonais, além das populações residentes (fixa); construção civil e atividades imobiliárias
Municípios	Municípios	Municípios
Caraá Dom Pedro de Alcântara Itati Mampituba Maquiné Morrinhos do Sul Osório Terra de Areia Três Cachoeiras Três Forquilhas	Capivari do Sul Mostardas Palmares do Sul Tavares	Arroio do Sal Balneário Pinhal Capão da Canoa Cidreira Imbé Tramandaí Torres Xangri-lá

Fonte: Elaboração própria.

Mapa 2 - Proposta de regionalização



4 Considerações Finais

Utilizamos a perspectiva teórica do estruturalismo latino-americano, nos conceitos de centro e periferia e do subdesenvolvimento, no entendimento de que os espaços são resultantes da propagação do progresso técnico, que nos lugares esse se difunde de forma seletiva e desigual e do processo de acumulação na periferia do capitalismo mundial.

Tanto o Brasil, como o estado do RS e o Litoral Norte, sobre o qual focamos a pesquisa, reproduzem, em subescalas/subespaços as contradições colocadas por níveis distintos de incorporação desse progresso técnico. Subsistem setores de maior e menor complexidade e ainda aqueles considerados atrasados, o que caracteriza a heterogeneidade da base produtiva e a história espacial seletiva.

São os resultantes da história acumulada, que mantém traços da formação inicial, bem como, a dinâmica “moderna”, influenciadas, dependentes e subordinadas à dinâmica global, seja na permanência dos latifúndios, seja na base de serviços de baixa complexidade que atendem a maioria e, os serviços voltados a atender a minoria de maior capacidade financeira.

Pontuamos a seguir algumas considerações sobre as evidências apuradas na pesquisa e reflexões que resultaram desta.

- ✓ Ainda que a renda seja um fator determinante para traçar perfis de desigualdade para o país, em várias escalas geográficas (sejam elas as grandes regiões e as subescalas nacionais), o acesso a bens e serviços ofertados pelo Estado, são fatores fundamentais para a análise da situação de pobreza e desigualdade no Brasil;
- ✓ A desigualdade merece ser analisada a partir da apropriação da renda por estratos sociais, considerando que as médias, em situações de aumento das rendas favoráveis aos mais ricos e de forma mais acelerada, pode acarretar significativas distorções;
- ✓ A pirâmide de apropriação da riqueza nacional não tende a possuir mobilidade, já que em diferentes governos, conjunturas diversas, se mostra rígida quanto aos estratos mais altos, no entanto, há indícios de uma mobilidade para baixo (aumento do número de pobres, destacadamente, no período pandêmico e pós pandêmico da Covid19);
- ✓ As políticas governamentais foram incapazes de desconcentrar a renda no país, nos períodos analisados, em que pese, um maior aumento de IDH para todas as grandes regiões nacionais. Não ocorreram mudanças estruturais, no período analisado, que afetassem a distribuição da renda nacional, como por exemplo, a tributação sobre

fortunas e a incorporação da mão de obra desempregada, bem como a formalização dessa mão de obra⁴⁰;

- ✓ A desigualdade pode ser revelada espacialmente, mas é necessários recortes de variáveis como a raça e o gênero, uma vez que estas parcelas populacionais apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica. Os dados demonstram que os mais afetados são os pretos e pardos⁴¹ (categoria do IBGE) e as mulheres (com menores rendas), do que aqueles classificados como brancos e os homens, seja na apropriação da renda, seja a possibilidade de acessos a serviços fundamentais, como a educação e saneamento.
- ✓ Quanto a região Litoral Norte do RS: se observou que todos os municípios tiveram – a partir dos anos 90 – elevação significativa no componente Renda, do IDHM. Entretanto, o componente Educação foi o menos afetado positivamente e, em alguns municípios, recuou no período comparado (em 20 anos);
- ✓ Ainda que o fator saúde tenha, através do componente Longevidade (IDHM), demonstrado uma variação positiva, a mortalidade infantil está abaixo das metas mundiais estipuladas pela ONU, em praticamente todos os municípios pesquisados;
- ✓ Embora o fator renda *per capita* tenha sofrido uma importante variação positiva ao longo de duas décadas (1991 a 2010), a renda média mensal (em salários-mínimos) dos trabalhadores formais da região, apurada em 2019, é inferior à renda média mensal do país e inferior a renda média mensal da Região Sul e pouco mais da metade da renda média da capital do estado, Porto Alegre;
- ✓ A taxa de ocupação dos trabalhadores do Litoral Norte do RS é preocupante e inferior as taxas para o Brasil e para o Estado do Rio Grande do Sul no mesmo período;
- ✓ O setor Serviços, incluído o Comércio, é a principal base econômica dos municípios à beira-mar, voltados ao turismo praiano. Dentre esses serviços e comércios, destacam-se as atividades de alimentação, beleza, venda de vestuário e alguns municípios, aquelas atividades ligadas a manutenção de residências como paisagismo, serviços de manutenção e limpeza, além da atividade imobiliária e da indústria da construção civil;
- ✓ O setor de serviços também é relevante em todas as demais porções da região, interiorizadas, tanto próximo a Encosta da Serra como as porções ao Sul do Estado. Nesses casos é importante destacar que, excluídos os serviços/comércios voltados à

⁴⁰ Ver Anexo 1, p. 107.

⁴¹ Ver Anexo 2, p.109.

subsistência das populações fixas, destaca-se na porção ao sul, o transporte rodoviário de cargas e atividades produtivas ligadas ao setor de manutenção e comércio de peças de veículos, que indicam serviços relacionados ao escoamento da produção agropecuária desta porção;

- ✓ O setor Indústria na região do Litoral Norte é diretamente relacionado à produção agropecuária. A agroindústria, é uma atividade de maior relevância nos municípios caracterizados por propriedades classificadas como agricultura familiar;
- ✓ O setor agropecuário é nitidamente característico das porções interiorizadas e é preponderantemente de tipologia agricultura familiar quanto a quantidade de estabelecimentos. Os estabelecimentos situados na porção desconcentrada são majoritariamente ligados a agricultura familiar; são em maior quantidade de unidades e individualmente de menor extensão territorial (em hectares); portanto constata-se que nesta porção há uma estrutura fundiária pulverizada em relação a propriedade da terra;
- ✓ A agricultura não familiar é mais nitidamente percebida ao sul da região, onde a atividade agropecuária é realizada em propriedades onde prevalecem maiores extensões de áreas. Tanto na tipologia agricultura não familiar, quanto agricultura familiar, nessa porção territorial se verificam grandes propriedades rurais e em menor número, o que aponta, para a concentração da estrutura fundiária e da propriedade da terra;
- ✓ Por fim, fatores causais dessa diferenciação espacial, quanto a distribuição da atividade produtiva na região Litoral Norte do Rio Grande do Sul, bem como, a distinção desses espaços – que podem apontar para uma “repartição” do mesmo dadas essas características e relacioná-los a desigualdades intrarregionais, devem ser considerados para uma observação mais detalhada da região afim de que estudos sobre esse espaço considere as diferenças significativas de suas formações socioeconômicas constituídas pelas dinâmicas produtivas em cada porção, uma vez que neste estudo identificamos três dinâmicas existentes que confrontam com a visão de um espaço homogêneo: a) uma porção interiorizada desconcentrada, com base em agricultura, agroindústria e serviços; b) uma porção interiorizada concentrada, com base em agricultura e serviços decorrentes e c) uma porção praiana, diversificada, urbana, com base em serviços.

5 Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ LEGUIZAMÓN, S. **A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano**. Alberto Cimadamore e Antonio David Cattani (Org). In: **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

ARAÚJO, Tânia B. **Desigualdades regionais ainda resistem a mudanças**. Revista Em Discussão, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/pacto-federativo/partilhados-tributos/desigualdades-ainda-resistem-as-mudancas>. Acesso em: 20/10/2020.

_____. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional**. Revista Econômica do Nordeste. Banco do Nordeste, Vol. 30, n.2, abr-jun,1999.

ASSIS, Maria Cristina de. **Metodologia do trabalho científico**. Evangelina Maria B. de Faria; Ana Cristina S. Aldrigue. (Org.). In: **Linguagens: usos e reflexões**. 3ª ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009.

ATLASBR - **ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL**. Perfil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 22/10/2020.

BAGOLIN, Izete P.; CARNEIRO, Douglas M. **Distribuição da renda do trabalho versus perfil socioeconômico e crescimento nos três Coredes de menor PIB per capita do Rio Grande do Sul, nos anos 2000**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 93-104, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – Uma Resenha**. BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2012.

BUARQUE, Cristovão. **Nordeste: quinhentos anos de descobertas**. Sachs, Wilhelm e Pinheiro (Org). In: **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BUENO, Edir de Paiva. **O índice de desenvolvimento humano (IDH):** avaliação de seus pressupostos teóricos e metodológicos. Boletim Goiano de Geografia. 2007, Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337127148003>.

CAMARGO, Aspásia. **Federalismo e identidade nacional.** Sachs, Wilhelm e Pinheiro (Org). In: **Brasil: um século de transformações.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CEPAL. **Revista Horizontes - 2030:** a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável. México: CEPAL, 2016.

CHAMPAGNE, Patrick. **Iniciação à prática sociológica.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

CIMADAMORE, A.; CATTANI, A. D.; **A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina:** uma introdução. Alberto Cimadamore e Antonio David Cattani (Org). In: **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina.** Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

COREDE-LN/Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral Norte – Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030.** Osório, 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Lauro Pereira da. **Índios Xokleng e colonos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (Séc. XIX).** Porto Alegre: Editora Evangraf, 2012.

DINIZ, Clélio Campolina. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional.** Revista Nova Economia, Belo Horizonte, 19(2), p. 227-249, maio-agosto de 2009.

FIALHO, Marco Antônio Verardi; SCHNEIDER, Sergio. **Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul.** Revista Teoria e Evidência Econômica, v.8, n.15, p. 117-150, novembro/2000. Passo Fundo: UPF, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24ª ed. São Paulo: Nacional, 1991.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **O capitalismo Global**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Em busca de novo modelo**. Reflexões sobre a crise contemporânea. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GÓES, Carlos. **A desigualdade regional no Brasil não é o que você pensa**. Instituto Mercado Popular. Novembro, 2017. Disponível em <http://mercadopopular.org/2017/11/desigualdaderegional-brasil/>. Acesso em: 11/10/2020.

GOMES, Amanda da Silveira Duarte. **A economia de Torres e de sua região de influência: estrutura produtiva, dinâmica social e demográfica e potencial de desenvolvimento**. Dissertação. Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Taquara, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio> Acesso em 12/10/2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. PNAD. **Síntese dos Indicadores Sociais, uma análise das condições de vida da população brasileira**. Informações Demográficas e socioeconômica nº 39, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, Agência de Notícias. **PNAD Contínua**: taxa de desocupação é de 12,6% e taxa de subutilização, de 26,5% no trimestre encerrado em setembro de 2021. Disponível: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de->

noticias/releases/32357-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-6-e-taxa-de-subutilizacao-de-26-5-no-trimestre-encerrado-em-setembro> Acesso em 23/10/2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. PNUD et al. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Dezembro de 2013. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf> Acesso em: 26/12/2020.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. 3ª ed. Campinas: Alínea, 2006.

LENCIONI, Sandra. **O capital e seu espaço. Para além de produzir valor e espaço, o capital produz o desenvolvimento geográfico desigual**. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de Geografia, nº 44, 2020.

LOPES, Eduardo Baptista; RUIZ, Thays C.D.; ANJOS, Francisco Antonio dos. **A ocupação do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil, e suas implicações no turismo de segunda residência**. URBE-Revista Brasileira de Gestão Urbana. Nº 10, maio-agosto, p. 426-441, UNIVALE. Balneário Camboriú, 2108.

MARCATO, Marília Bassetti; SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. **Estruturalismo Latino-americano e Desenvolvimento na Perspectiva Neo-Schumpeteriana**. Conferência Internacional LALICS. Sistemas Nacionais de Inovação e Políticas de CTI para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável. Rio de Janeiro, 2013.

MAESTRI, Mario. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. 2ª ed. Porto Alegre: FCM Editora, 2021.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. **Casca e Limoeiro: as comunidades quilombolas no litoral negro do Rio Grande do Sul, durante o século XIX**. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, UFSC, 15 a 18 de maio de 2013.

_____. **O litoral negro do Rio Grande do Sul, durante o século XIX: reflexões sobre o conceito de quilombo**. I Seminário Internacional “Brasil no século XIX”, 25 a 29 de agosto de 2014.

MORELLI, Luiz Alberto. **A Monocultura do eucalipto e a monopolização do território na metade sul do Rio Grande do Sul**. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MURILLO, S. **Produção de pobreza e construção de subjetividade**. Susana Murillo in: **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Cimedamore et al (Org). Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

NASSER, Bianca. **Economia Regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento**. Revista do BNDES, Estudos e Publicações. v. 7, n.14, P.145-178. Rio de Janeiro: BNDES, Dez, 2000. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>> Acesso em 02/11/2020.

NEXO JORNAL. **Desigualdade aumenta no Brasil da Pandemia: o 1% está mais rico**. 25 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/extra/2021/06/25/Desigualdade-aumenta-no-Brasil-da-pandemia-o-1-est%C3%A1-mais-rico>> Acesso em 23/10/2020.

O'LEARY, Zina. **Como fazer seu projeto de pesquisa: guia prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. In: **Crítica à razão dualista – O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORTIZ, Bárbara C. **Base cartografia contínua do Rio Grande do Sul – escala 1:50.000**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

RAMOS, Alexandre Costa. **Fatores de atração migratória no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento regional: um estudo a partir dos municípios de Capão da Canoa e de Osório**. Dissertação. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2014.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O Estruturalismo Latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** , 9ª ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2002.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). **Território: Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Ed. HUCITEC, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Economia Espacial.** 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **A Natureza do Espaço.** 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **O Espaço Dividido.** 2ª ed. São Paulo: EDUSP/Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SOUZA, Pedro H.G.F de. CARVALHAES, Flavio A.O. **Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade de Renda (2002-2011).** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, ano 1, pp. 101-128, 2014.

SOUZA, Pedro H.G.F. de. **Somos uma sociedade construída a partir de contrastes que nunca foram superados.** Entrevista concedida à Flávia Benfica. Correio do Povo, em 13 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/blogs/di%C3%A1logos/somos-uma-sociedade-constru%C3%ADda-a-partir-de-contrastes-que-nunca-foram-superados-1.386937>> Acesso em 23/10/2020.

STROHAECKER, Tânia M. **A urbanização no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa.** Tese. Instituto de Geociências/UFRGS. Porto Alegre, 2007

APÊNDICE

Variação do GINI e Renda *per capita* nos municípios do litoral norte do RS – de 1991 a 2010

Município	Indicador	1991	2000	2010	em %
Arroio do Sal	GINI	0,51	0,50	0,47	-7,8
	Renda per capita mensal em R\$	427,95	619,14	800,40	87,03
Balneário Pinhal	GINI	0,50	0,61	0,50	0,0
	Renda per capita mensal em R\$	338,95	621,31	662,85	95,56
Capão da Canoa	GINI	0,59	0,52	0,47	-20,3
	Renda per capita mensal em R\$	423,32	614,43	884,47	108,94
Capivari do Sul	GINI	0,58	0,65	0,68	17,2
	Renda per capita mensal em R\$	460,97	823,36	1196,47	159,55
Caraá	GINI	0,49	0,48	0,39	-20,4
	Renda per capita mensal em R\$	207,10	291,31	490,65	136,91
Cidreira	GINI	0,52	0,58	0,49	-5,8
	Renda per capita mensal em R\$	381,85	589,20	750,55	96,56
Dom Pedro de Alcântara	GINI	0,52	0,46	0,43	-17,3
	Renda per capita mensal em R\$	197,15	341,98	611,05	209,94
Imbé	GINI	0,47	0,53	0,68	44,7
	Renda per capita mensal em R\$	455,45	683,13	1359,66	198,53
Itati	GINI	0,58	0,49	0,47	-19,0
	Renda per capita mensal em R\$	250,14	411,21	592,80	136,99

Mampituba	GINI	0,46	0,48	0,46	0,0
	Renda per capita mensal em R\$	245,63	300,14	456,27	85,75
Maquiné	GINI	0,58	0,54	0,43	-25,9
	Renda per capita mensal em R\$	280,37	448,96	604,04	115,44
Morrinhos do Sul	GINI	0,44	0,50	0,47	6,8
	Renda per capita mensal em R\$	241,54	305,65	705,78	192,20
Mostardas	GINI	0,63	0,55	0,55	-12,7
	Renda per capita mensal em R\$	412,92	403,81	627,16	51,88
Osório	GINI	0,56	0,55	0,53	-5,4
	Renda per capita mensal em R\$	523,37	660,42	957,94	83,03
Palmares do Sul	GINI	0,67	0,52	0,53	-20,9
	Renda per capita mensal em R\$	453,66	460,99	730,31	60,98
Tavares	GINI	0,61	0,59	0,42	-31,1
	Renda per capita mensal em R\$	350,69	450,71	594,12	69,41
Terra de Areia	GINI	0,50	0,58	0,43	-14,0
	Renda per capita mensal em R\$	347,59	493,64	620,36	78,47
Torres	GINI	0,49	0,55	0,51	4,1
	Renda per capita mensal em R\$	476,87	631,08	853,62	79,00
Tramandaí	GINI	0,52	0,58	0,50	-3,8
	Renda per capita mensal em R\$	383,76	655,46	737,84	92,27

Três Cachoeiras	GINI	0,62	0,48	0,40	-35,5
	Renda per capita mensal em R\$	568,37	516,86	713,84	25,59
Três Forquilhas	GINI	0,56	0,46	0,41	-26,8
	Renda per capita mensal em R\$	196,54	332,19	489,32	148,97
Xangri-lá	GINI	0,51	0,50	0,47	-7,8
	Renda per capita mensal em R\$	479,67	544,38	798,62	66,49

Fonte de dados: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil/Atlas dos Municípios/Dados desagregados brutos. Elaboração própria.

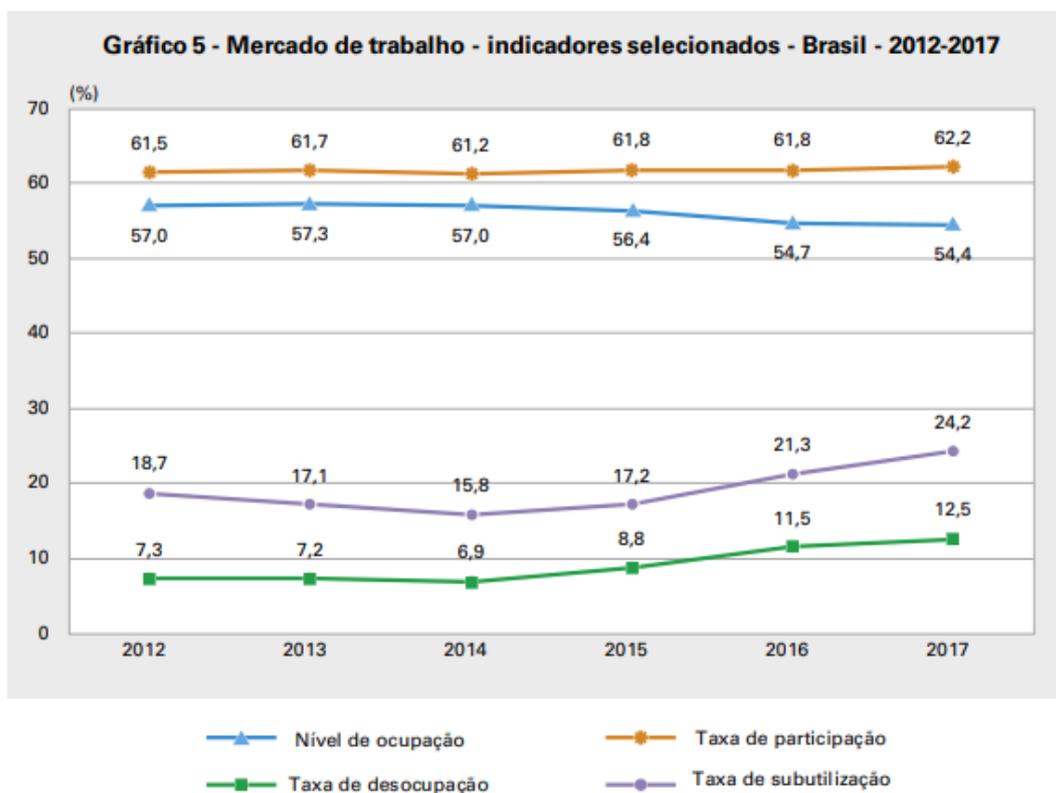
ANEXOS

ANEXO 1 – Rendimento e Ocupação dos trabalhadores no Brasil (2017)

Tabela 4 - Rendimento médio habitual mensal do trabalho principal por posição na ocupação, segundo atividades - 2017

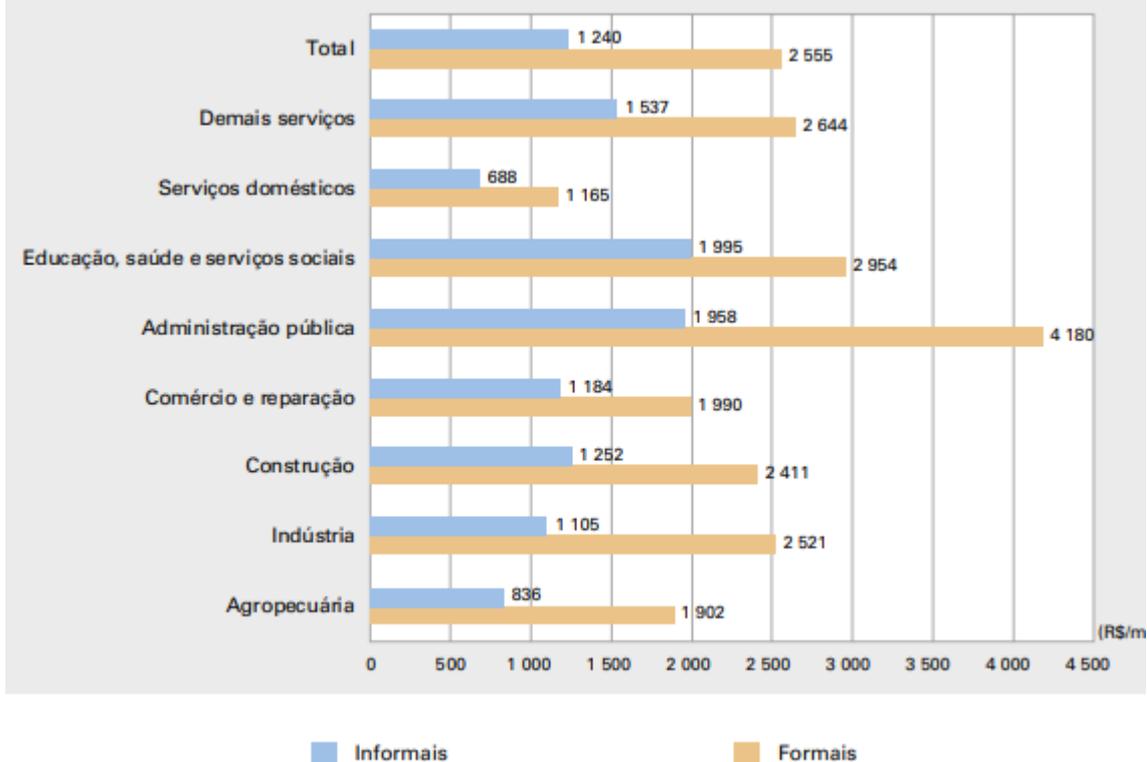
Atividades	(R\$ mês)					
	Média	Empregado		Militar ou funcionário público	Conta própria	Empregador
		Com carteira	Sem carteira			
Total	2 039	2 038	1 158	3 767	1 557	5 211
Agropecuária	1 223	1 558	733	x	1 052	5 060
Indústria	2 138	2 390	1 260	x	1 190	4 882
Construção	1 687	1 981	1 086	-	1 419	5 338
Comércio e reparação	1 699	1 623	1 037	-	1 425	4 020
Administração pública	3 721	2 608	1 958	4 360	x	-
Educação, saúde e serviços sociais	2 748	2 281	1 794	3 091	3 408	10 507
Serviços domésticos	832	1 165	688	-	-	-
Demais serviços	2 239	2 218	1 495	x	1 901	5 709

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.



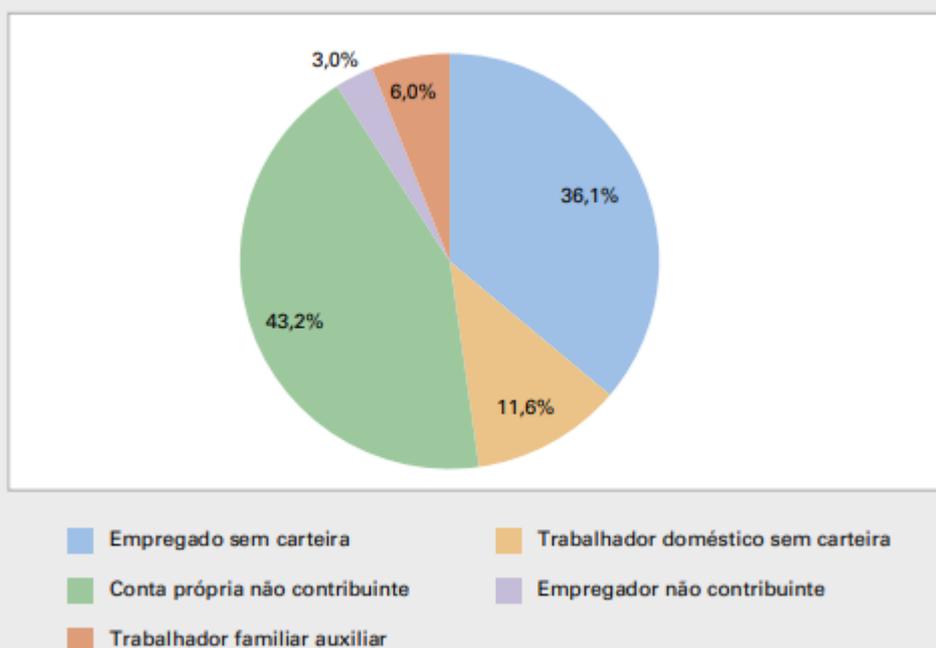
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.

Gráfico 26 - Rendimento médio real habitual do trabalho principal de pessoas de 14 anos ou mais de idade por tipo de vínculo, segundo atividade econômica - 2017



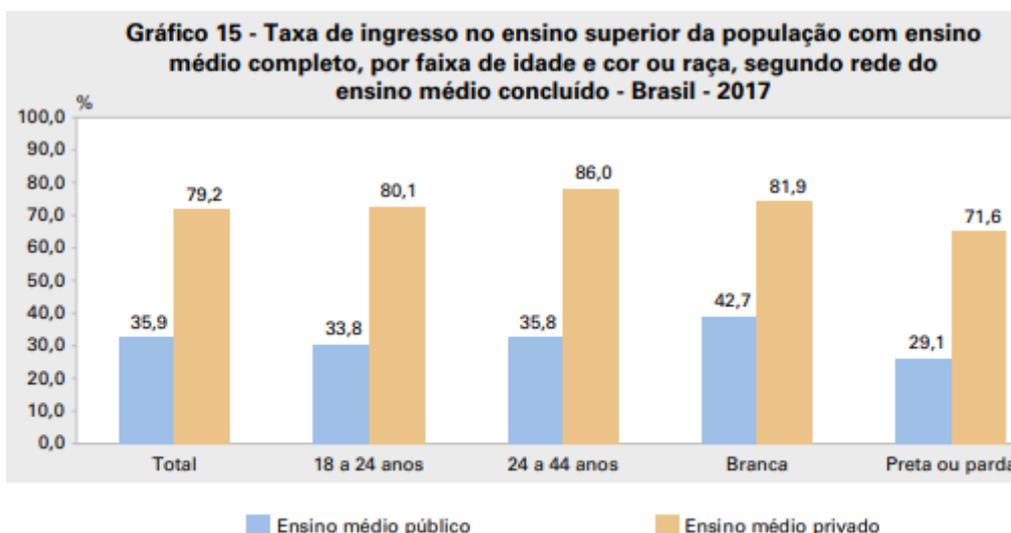
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Gráfico 23 - Participação relativa das categorias do trabalho informal - Brasil - 2017

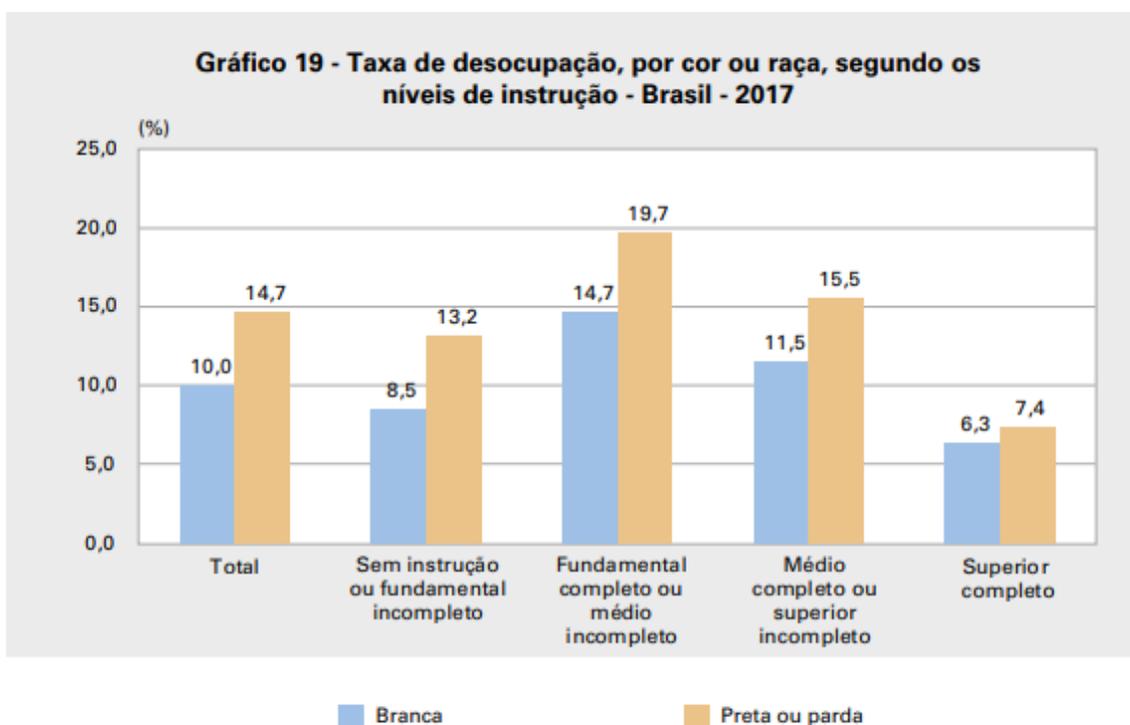


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

ANEXO 2 – Acesso ao ensino superior e desocupação por cor/raça no Brasil (2017)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Número de estabelecimentos rurais nos municípios do Litoral Norte RS, por tamanho das propriedades (em hectares) - Censo Agropecuário 2017

	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	
Arroio do Sal (RS)	Total	67	22	45
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	2	-	2
	De 0,5 a menos de 1 ha	1	-	1
	De 1 a menos de 2 ha	-	-	-
	De 2 a menos de 3 ha	3	-	3
	De 3 a menos de 4 ha	-	-	-
	De 4 a menos de 5 ha	2	-	2
	De 5 a menos de 10 ha	12	2	10
	De 10 a menos de 20 ha	10	1	9
	De 20 a menos de 50 ha	13	1	12
	De 50 a menos de 100 ha	12	6	6
	De 100 a menos de 200 ha	9	9	-
	De 200 a menos de 500 ha	3	3	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
Produtor sem área	-	-	-	
Balneário Pinhal (RS)	Total	19	13	6
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-	-
	De 0,5 a menos de 1 ha	1	-	1
	De 1 a menos de 2 ha	2	1	1
	De 2 a menos de 3 ha	1	1	-
	De 3 a menos de 4 ha	-	-	-
	De 4 a menos de 5 ha	-	-	-

	De 5 a menos de 10 ha	-	-	-
	De 10 a menos de 20 ha	1	-	1
	De 20 a menos de 50 ha	2	1	1
	De 50 a menos de 100 ha	1	-	1
	De 100 a menos de 200 ha	5	5	-
	De 200 a menos de 500 ha	1	1	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	1	1	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	1	1	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	1	1	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	2	1	1
Capão da Canoa (RS)	Total	28	21	7
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-	-
	De 0,5 a menos de 1 ha	2	1	1
	De 1 a menos de 2 ha	1	-	1
	De 2 a menos de 3 ha	-	-	-
	De 3 a menos de 4 ha	-	-	-
	De 4 a menos de 5 ha	-	-	-
	De 5 a menos de 10 ha	1	1	-
	De 10 a menos de 20 ha	4	4	-
	De 20 a menos de 50 ha	5	3	2
	De 50 a menos de 100 ha	3	2	1
	De 100 a menos de 200 ha	6	6	-
	De 200 a menos de 500 ha	2	2	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	1	1	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	1	1	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	2	-	2

Capivari do Sul (RS)	Total	95	64	31
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	1	1	-
	De 0,5 a menos de 1 ha	1	-	1
	De 1 a menos de 2 ha	1	-	1
	De 2 a menos de 3 ha	-	-	-
	De 3 a menos de 4 ha	1	-	1
	De 4 a menos de 5 ha	1	-	1
	De 5 a menos de 10 ha	2	-	2
	De 10 a menos de 20 ha	8	1	7
	De 20 a menos de 50 ha	10	-	10
	De 50 a menos de 100 ha	12	4	8
	De 100 a menos de 200 ha	13	13	-
	De 200 a menos de 500 ha	24	24	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	16	16	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	4	4	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	1	1	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
Produtor sem área	-	-	-	
Caraá (RS)	Total	1.332	331	1.001
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	9	3	6
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	7	4	3
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	16	7	9
	De 0,5 a menos de 1 ha	45	17	28
	De 1 a menos de 2 ha	102	42	60
	De 2 a menos de 3 ha	141	58	83
	De 3 a menos de 4 ha	107	37	70
	De 4 a menos de 5 ha	91	25	66

	De 5 a menos de 10 ha	342	57	285
	De 10 a menos de 20 ha	261	28	233
	De 20 a menos de 50 ha	137	13	124
	De 50 a menos de 100 ha	32	12	20
	De 100 a menos de 200 ha	11	11	-
	De 200 a menos de 500 ha	-	-	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	1	-	1
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	30	17	13
	Total	59	34	25
Cidreira (RS)	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	1	-	1
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-	-
	De 0,5 a menos de 1 ha	-	-	-
	De 1 a menos de 2 ha	-	-	-
	De 2 a menos de 3 ha	-	-	-
	De 3 a menos de 4 ha	1	-	1
	De 4 a menos de 5 ha	-	-	-
	De 5 a menos de 10 ha	2	1	1
	De 10 a menos de 20 ha	2	1	1
	De 20 a menos de 50 ha	14	1	13
	De 50 a menos de 100 ha	14	6	8
	De 100 a menos de 200 ha	9	9	-
	De 200 a menos de 500 ha	4	4	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	4	4	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	5	5	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	1	1	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	2	2	-

Dom Pedro de Alcântara (RS)	Total	266	11	255
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-	-
	De 0,5 a menos de 1 ha	4	1	3
	De 1 a menos de 2 ha	33	1	32
	De 2 a menos de 3 ha	48	-	48
	De 3 a menos de 4 ha	32	-	32
	De 4 a menos de 5 ha	24	1	23
	De 5 a menos de 10 ha	71	-	71
	De 10 a menos de 20 ha	37	2	35
	De 20 a menos de 50 ha	12	3	9
	De 50 a menos de 100 ha	3	1	2
	De 100 a menos de 200 ha	2	2	-
	De 200 a menos de 500 ha	-	-	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	-	-	-
Imbé (RS)	Total	17	7	10
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-	-
	De 0,5 a menos de 1 ha	-	-	-
	De 1 a menos de 2 ha	-	-	-
	De 2 a menos de 3 ha	1	-	1
	De 3 a menos de 4 ha	1	-	1
	De 4 a menos de 5 ha	1	-	1
	De 5 a menos de 10 ha	1	-	1
	De 10 a menos de 20 ha	2	-	2
	De 20 a menos de 50 ha	3	-	3

	De 50 a menos de 100 ha	1	-	1
	De 100 a menos de 200 ha	3	3	-
	De 200 a menos de 500 ha	4	4	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	-	-	-
	Total	339	41	298
Itati (RS)	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	1	-	1
	De 0,5 a menos de 1 ha	5	-	5
	De 1 a menos de 2 ha	41	7	34
	De 2 a menos de 3 ha	30	4	26
	De 3 a menos de 4 ha	34	4	30
	De 4 a menos de 5 ha	25	6	19
	De 5 a menos de 10 ha	76	4	72
	De 10 a menos de 20 ha	62	6	56
	De 20 a menos de 50 ha	45	2	43
	De 50 a menos de 100 ha	14	3	11
	De 100 a menos de 200 ha	4	4	-
	De 200 a menos de 500 ha	1	1	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
De 10.000 ha e mais	-	-	-	
Produtor sem área	1	-	1	
Mampituba (RS)	Total	445	20	425
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	3	-	3

	De 0,5 a menos de 1 ha	2	-	2
	De 1 a menos de 2 ha	19	2	17
	De 2 a menos de 3 ha	25	2	23
	De 3 a menos de 4 ha	51	2	49
	De 4 a menos de 5 ha	47	1	46
	De 5 a menos de 10 ha	130	3	127
	De 10 a menos de 20 ha	115	4	111
	De 20 a menos de 50 ha	47	3	44
	De 50 a menos de 100 ha	3	-	3
	De 100 a menos de 200 ha	3	3	-
	De 200 a menos de 500 ha	-	-	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	-	-	-
Maquiné (RS)	Total	532	44	488
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	1	-	1
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	3	-	3
	De 0,5 a menos de 1 ha	2	-	2
	De 1 a menos de 2 ha	45	-	45
	De 2 a menos de 3 ha	43	3	40
	De 3 a menos de 4 ha	40	2	38
	De 4 a menos de 5 ha	22	1	21
	De 5 a menos de 10 ha	86	2	84
	De 10 a menos de 20 ha	139	9	130
	De 20 a menos de 50 ha	112	6	106
	De 50 a menos de 100 ha	28	10	18

	De 100 a menos de 200 ha	9	9	-
	De 200 a menos de 500 ha	2	2	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	-	-	-
	Total	592	36	556
Morrinhos do Sul (RS)	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-	-
	De 0,5 a menos de 1 ha	-	-	-
	De 1 a menos de 2 ha	26	-	26
	De 2 a menos de 3 ha	45	3	42
	De 3 a menos de 4 ha	51	1	50
	De 4 a menos de 5 ha	58	1	57
	De 5 a menos de 10 ha	176	9	167
	De 10 a menos de 20 ha	149	7	142
	De 20 a menos de 50 ha	71	5	66
	De 50 a menos de 100 ha	10	4	6
	De 100 a menos de 200 ha	4	4	-
	De 200 a menos de 500 ha	1	1	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	1	1	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	-	-	-
	Total	737	302	435
Mostardas (RS)	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	3	2	1
	De 0,5 a menos de 1 ha	7	3	4
	De 1 a menos de 2 ha	38	15	23

	De 2 a menos de 3 ha	47	26	21
	De 3 a menos de 4 ha	31	10	21
	De 4 a menos de 5 ha	34	9	25
	De 5 a menos de 10 ha	82	19	63
	De 10 a menos de 20 ha	101	15	86
	De 20 a menos de 50 ha	119	11	108
	De 50 a menos de 100 ha	89	11	78
	De 100 a menos de 200 ha	77	75	2
	De 200 a menos de 500 ha	51	51	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	25	25	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	20	20	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	9	9	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	4	1	3
Osório (RS)	Total	529	125	404
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	6	-	6
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	2	1	1
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	5	-	5
	De 0,5 a menos de 1 ha	8	1	7
	De 1 a menos de 2 ha	31	5	26
	De 2 a menos de 3 ha	30	7	23
	De 3 a menos de 4 ha	40	2	38
	De 4 a menos de 5 ha	25	3	22
	De 5 a menos de 10 ha	109	7	102
	De 10 a menos de 20 ha	95	9	86
	De 20 a menos de 50 ha	78	9	69
	De 50 a menos de 100 ha	29	12	17

	De 100 a menos de 200 ha	31	31	-
	De 200 a menos de 500 ha	19	18	1
	De 500 a menos de 1.000 ha	9	9	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	8	8	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	1	1	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	3	2	1
	Total	259	112	147
Palmares do Sul (RS)	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-	-
	De 0,5 a menos de 1 ha	1	-	1
	De 1 a menos de 2 ha	4	1	3
	De 2 a menos de 3 ha	1	-	1
	De 3 a menos de 4 ha	1	-	1
	De 4 a menos de 5 ha	4	1	3
	De 5 a menos de 10 ha	22	6	16
	De 10 a menos de 20 ha	35	4	31
	De 20 a menos de 50 ha	68	4	64
	De 50 a menos de 100 ha	35	11	24
	De 100 a menos de 200 ha	31	31	-
	De 200 a menos de 500 ha	27	27	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	9	9	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	13	13	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	4	4	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	4	1	3
	Tavares (RS)	Total	717	171
Mais de 0 a menos de 0,1 ha		-	-	-

	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	2	-	2
	De 0,5 a menos de 1 ha	2	-	2
	De 1 a menos de 2 ha	15	3	12
	De 2 a menos de 3 ha	19	4	15
	De 3 a menos de 4 ha	30	4	26
	De 4 a menos de 5 ha	15	1	14
	De 5 a menos de 10 ha	97	19	78
	De 10 a menos de 20 ha	172	27	145
	De 20 a menos de 50 ha	197	26	171
	De 50 a menos de 100 ha	79	7	72
	De 100 a menos de 200 ha	46	37	9
	De 200 a menos de 500 ha	30	30	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	9	9	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	3	3	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	1	1	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	-	-	-
Terra de Areia (RS)	Total	301	68	233
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	2	1	1
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-	-
	De 0,5 a menos de 1 ha	2	-	2
	De 1 a menos de 2 ha	43	5	38
	De 2 a menos de 3 ha	31	2	29
	De 3 a menos de 4 ha	20	3	17
	De 4 a menos de 5 ha	16	5	11
	De 5 a menos de 10 ha	70	13	57
	De 10 a menos de 20 ha	62	11	51

	De 20 a menos de 50 ha	37	14	23
	De 50 a menos de 100 ha	12	8	4
	De 100 a menos de 200 ha	6	6	-
	De 200 a menos de 500 ha	-	-	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	-	-	-
	Total	352	50	302
Torres (RS)	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	1	-	1
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-	-
	De 0,5 a menos de 1 ha	3	1	2
	De 1 a menos de 2 ha	30	3	27
	De 2 a menos de 3 ha	25	3	22
	De 3 a menos de 4 ha	28	4	24
	De 4 a menos de 5 ha	25	5	20
	De 5 a menos de 10 ha	82	10	72
	De 10 a menos de 20 ha	59	8	51
	De 20 a menos de 50 ha	68	3	65
	De 50 a menos de 100 ha	26	8	18
	De 100 a menos de 200 ha	5	5	-
	De 200 a menos de 500 ha	-	-	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
De 10.000 ha e mais	-	-	-	
Produtor sem área	-	-	-	
Tramandaí (RS)	Total	69	30	39
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	2	-	2

	De 0,5 a menos de 1 ha	2	2	-
	De 1 a menos de 2 ha	3	-	3
	De 2 a menos de 3 ha	7	4	3
	De 3 a menos de 4 ha	1	-	1
	De 4 a menos de 5 ha	1	1	-
	De 5 a menos de 10 ha	12	3	9
	De 10 a menos de 20 ha	10	3	7
	De 20 a menos de 50 ha	11	2	9
	De 50 a menos de 100 ha	8	3	5
	De 100 a menos de 200 ha	6	6	-
	De 200 a menos de 500 ha	3	3	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	2	2	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	1	1	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	-	-	-
Três Cachoeiras (RS)	Total	681	72	609
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	1	-	1
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-	-
	De 0,5 a menos de 1 ha	5	1	4
	De 1 a menos de 2 ha	44	6	38
	De 2 a menos de 3 ha	60	8	52
	De 3 a menos de 4 ha	58	5	53
	De 4 a menos de 5 ha	81	7	74
	De 5 a menos de 10 ha	177	11	166
	De 10 a menos de 20 ha	148	10	138
	De 20 a menos de 50 ha	85	10	75
	De 50 a menos de 100 ha	16	8	8

	De 100 a menos de 200 ha	5	5	-
	De 200 a menos de 500 ha	1	1	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
	De 10.000 ha e mais	-	-	-
	Produtor sem área	-	-	-
	Total	409	68	341
Três Forquilhas (RS)	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	3	1	2
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	1	-	1
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-	-
	De 0,5 a menos de 1 ha	2	2	-
	De 1 a menos de 2 ha	32	12	20
	De 2 a menos de 3 ha	41	7	34
	De 3 a menos de 4 ha	45	6	39
	De 4 a menos de 5 ha	25	4	21
	De 5 a menos de 10 ha	98	16	82
	De 10 a menos de 20 ha	83	6	77
	De 20 a menos de 50 ha	63	7	56
	De 50 a menos de 100 ha	10	2	8
	De 100 a menos de 200 ha	2	2	-
	De 200 a menos de 500 ha	2	2	-
	De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
De 10.000 ha e mais	-	-	-	
Produtor sem área	2	1	1	
Xangri-lá (RS)	Total	18	14	4
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	-
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	-
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-	-
	De 0,5 a menos de 1 ha	-	-	-

De 1 a menos de 2 ha	2	1	1
De 2 a menos de 3 ha	1	1	-
De 3 a menos de 4 ha	-	-	-
De 4 a menos de 5 ha	1	1	-
De 5 a menos de 10 ha	-	-	-
De 10 a menos de 20 ha	1	-	1
De 20 a menos de 50 ha	-	-	-
De 50 a menos de 100 ha	3	3	-
De 100 a menos de 200 ha	2	2	-
De 200 a menos de 500 ha	6	6	-
De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-
De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-	-
De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-	-
De 10.000 ha e mais	-	-	-
Produtor sem área	2	-	2

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017